

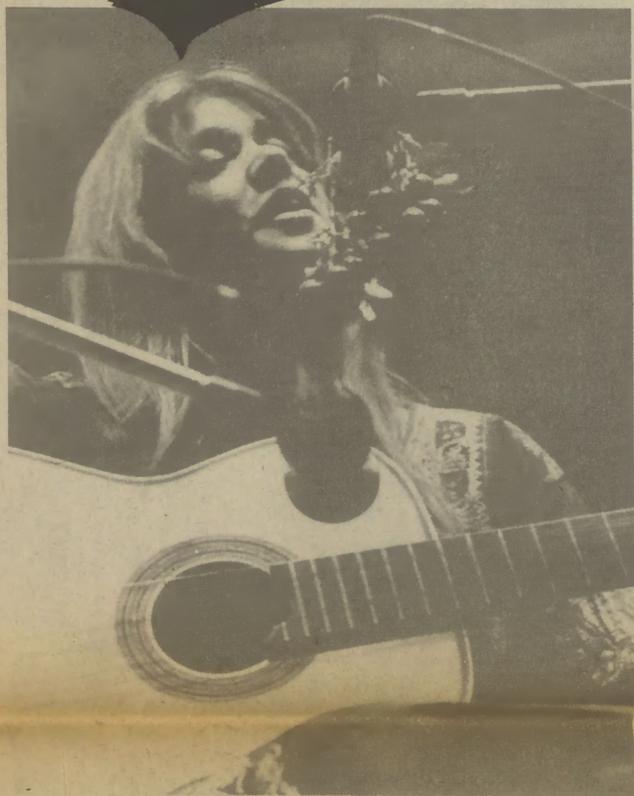
Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 761  
28 de Julho de 1988  
Preço: 50\$00

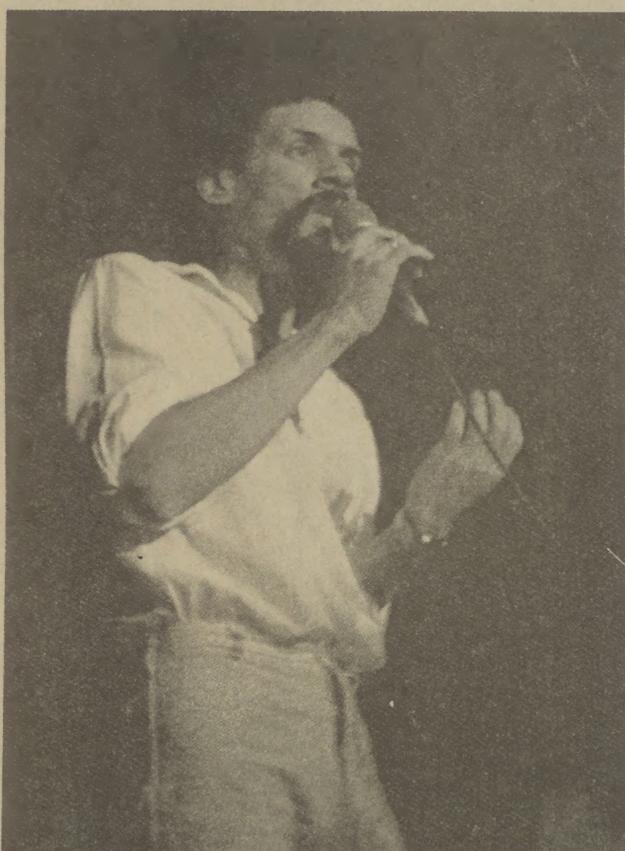
Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## Melanie



## A festa!

LOURES • 9, 10, E 11 SETEMBRO



## Gonzaguinha

# VERGONHA!

## Aumentos segundo Cavaco Silva:

# 5,5%

para  
os trabalhadores  
da Petroquímica

# 36%

para ministros,  
secretários de Estado,  
deputados, etc.

Pág. 6/Semana

### CGTP

Protesto contra aprovação  
dos «pacotes»

### ENFERMEIROS

Obtido acordo em Faro

### FUNÇÃO PÚBLICA

Divulgadas linhas gerais  
das reivindicações

### PETROQUÍMICA

Greve e recusa de 5,5%  
de aumento

Págs. 1, 2 e 3/Semana

## REUNIÃO DA COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

**1.** A Comissão Política do Comité Central do PCP reuniu no dia 25 de Julho para apreciar a situação política e a actividade partidária, especialmente a preparação do XII Congresso do Partido.

**2.** A Comissão Política examinou o processo de revisão da Constituição e volta a chamar a atenção para o curso extremamente preocupante que lhe está a ser imprimido pelas negociações PSD/PS e as confirmadas indicações de graves cedências do PS.

Considerando a actividade da Assembleia da República nos últimos dias que antecederam a suspensão dos seus trabalhos, a Comissão Política aponta ao povo português a gravidade e a inconstitucionalidade flagrante de vários dos diplomas aprovados e agora dependentes, quanto à promulgação, da decisão do Presidente da República. Destacam-se en-

tre os diplomas em questão a repetição do pacote laboral, a lei de reconstituição do latifúndio e a chamada lei de delimitação dos sectores.

A Comissão Política alerta, também, a opinião pública para o escandaloso aumento dos titulares dos cargos políticos em percentagens que chegam a atingir os 36 por cento e com efeitos retroactivos a partir de 1 de Janeiro por aqueles mesmos, o governo Cavaco Silva e o PSD, que quiseram impor aos trabalhadores tectos salariais de 6,5 por cento. Em coerência com a posição de sempre do PCP nesta matéria, os deputados comunistas votaram contra os aumentos (desta vez acompanhados de todos os outros deputados da oposição) e denunciaram a escandalosa operação a partir da própria tribuna da Assembleia da República.

**3.** A Comissão Política apreciou também o agravamento da situação social e as lutas da classe

operária e de outros trabalhadores que, apesar do período do ano, continuam a desenvolver-se, decidindo manifestar todo o apoio e solidariedade do PCP aos trabalhadores nela empenhados.

**4.** A Comissão Política tomou conhecimento da forma positiva como, em numerosas organizações do Partido, foram acolhidas as resoluções da última reunião do Comité Central, nomeadamente as respeitantes ao novo Programa do Partido e às alterações aos Estatutos.

A Comissão Política reafirma o apelo feito pelo CC a todos os militantes e organizações para que participem activamente nos trabalhos preparatórios do XII Congresso já em curso, bem como nos debates que, oportunamente, se vão realizar em todo o Partido para a discussão dos documentos que para o efeito o Comité Central deverá aprovar.

Na continuação nos trabalhos preparatórios do XII Congresso, a Comissão Política deliberou convocar uma nova reunião do Comité Central para os dias 23 e 24 de Agosto próximo.

**5.** A Comissão Política tomou a decisão de dirigir através da SIP uma carta de protesto ao director de informação da RTP pela inqualificável operação de ataque ao PCP e de intoxicação da opinião pública promovidas pelo «Jornal de Sábado». A Comissão Política deliberou também fazer a competente participação pelo mesmo motivo ao Conselho de Comunicação Social.

25 de Julho de 1988

A Comissão Política do Comité Central  
do Partido Comunista Português

## Mensagem do CC do PCUS ao CC do PCP

Pág. 8/Semana

## Passos decisivos na construção do futuro

**A**s Resoluções do plenário do CC do PCP na semana última, relativas à preparação do XII Congresso e ao exame da actualidade política portuguesa, suscitaram o vivo interesse de todos os militantes e organizações do Partido assim como de círculos políticos democráticos mais directamente empenhados na travagem dos planos de subversão institucional actualmente em curso sob a acção do Governo PSD/Cavaco Silva.

As Resoluções do CC dando conta do andamento dos trabalhos preparatórios do Congresso, designadamente da elaboração dos documentos fundamentais que deverão ser-lhe submetidos — o projecto de um novo Programa e o da revisão dos Estatutos — começaram já a ser examinados em numerosas reuniões e plenários de organização por todo o País no último fim-de-semana e nos primeiros dias da semana em curso e vão continuar a sê-lo até meados do mês de Agosto.

Apesar da época estival e do correspondente período de férias tudo aponta para uma nova e vasta contribuição do colectivo partidário até ao exame e aprovação definitivos dos dois projectos de documentos pelo Comité Central na Reunião Plenária marcada para os dias 23 e 24 de Agosto que abrirá uma nova fase mais ampla e conclusiva dos debates, a culminar no próprio Congresso. Passos decisivos estão a ser dados na construção do futuro.

**S**imultaneamente foi encarada a intensificação da preparação das Teses do Comité Central a submeter nos prazos previstos ao exame e debate de todo o colectivo partidário.

Importantes contribuições sectoriais para as Teses foram até agora recolhidas em estudos e trabalhos elaborados e em Encontros, Assembleias, Colóquios e outras realizações colectivas do Partido. Outras mais virão ainda das múltiplas iniciativas programadas para os próximos dois meses de um debate que se pretende enriquecer e alargar a simpatizantes e amigos do PCP dos quais se espera um valioso contributo.

É, pois, numa dinâmica de busca colectiva de resposta aos desafios de uma época em profunda transformação que todo o Partido na preparação do XII Congresso se lança com renovado entusiasmo na definição de uma estratégia de intervenção política e

de vida orgânica interna correspondentes a uma democracia avançada que recolha e recrie o património revolucionário do 25 de Abril, rasgue novos horizontes e aponte novos objectivos para a revolução portuguesa na perspectiva do socialismo.

**N**o processo de renovação revolucionária de toda a actividade do Partido, torna-se necessária a revisão dos Estatutos que actualize princípios e regras de funcionamento às exigências da hora actual e às novas condições do processo político, na perspectiva do Congresso.

O aprofundamento da democracia interna e da direcção colectiva na reformulação do centralismo democrático; as formas e o carácter da circulação de informação no seio do Partido e da sua transferência para o domínio público; o método das eleições para as diversas instâncias do Partido; uma definição mais criteriosa dos direitos e deveres dos militantes e outras disposições estatutárias que a situação actual aconselhe a introduzir, eis toda uma vasta matéria que se oferece, com as do Programa, à reflexão e ao debate aprofundados de todos os membros e organizações do Partido.

E' em simultâneo com este vasto e exigente trabalho de elaboração do novo Programa do Partido e de apuro dos princípios e das regras de funcionamento do Partido com vistas ao Congresso, a necessidade indeclinável e imperiosa de dar resposta às solicitações da luta diária dos trabalhadores e do povo, à exigência de uma profunda inserção nos problemas actuais e imediatos que respeitam às preocupações populares mais instantes relativamente à política anti-democrática, antipopular e antinacional conduzida pelo Governo PSD/Cavaco Silva.

Destas exigentes e complexas tarefas se está desempenhando com denodo o nosso vigoroso colectivo partidário.

**S**alta à vista que a seriedade e profundidade com que o Partido e os seus órgãos dirigentes encaram a preparação do seu XII Congresso se chocam com a insidiosa campanha anti-PCP que se espelha nos órgãos de comunicação social dominados pela direita e de alguns outros de uma pseudo-esquerda de feição democrática que lhe segue os passos.

Seguindo uma linha já conhecida e posta em prática relativamente a outros partidos comunistas irmãos da Europa Ocidental, a comunicação social manipulada directa ou indirectamente pela grande burguesia pretende com todo o descaro, bolsando contra os comunistas portugueses as mais soezes calúnias, falsidades e mentiras, dominar e influir nas decisões capitais do PCP, na preparação e nas decisões do seu XII Congresso, na escolha dos seus dirigentes, na batalha de princípios. Esforça-se por lançar a confusão na opinião pública e mesmo no seio do Partido.

Devemos ser «compreensivos» quanto ao móbil ideológico da campanha anticomunista da direita restauracionista e de outra pseudo-esquerda de feição democrática. Ser compreensivos e ao mesmo tempo dar-lhes o necessário combate.

É já mais difícil compreender que camaradas do nosso Partido se prestem a este jogo confusionista, que transfiram para fora do seu Partido, por métodos que não são normais e colidem com as regras estatutárias do Partido, opiniões e decisões que, independentemente do seu valor e do seu mérito relativos, da sua aprovação ou não nas organizações e debates do Partido em que participem, poderiam representar contribuições positivas para a elaboração e formulação de ideias e propostas a submeter ao Congresso. Não deixa de ser significativo e estranho que camaradas que ainda recentemente reprovavam injustificadamente ao Partido os atrasos na elaboração de um projecto de Programa, venham agora atacar a iniciativa de o elaborar e submeter ao debate do Partido como se conclui da Resolução do CC de 18/19 de Junho.

**O** momento que vivemos exige dos comunistas uma viva percepção dos problemas fundamentais da hora presente e dos interesses em jogo na sociedade portuguesa actual.

A situação política nacional caracteriza-se por uma aceleração dos planos de restauração a curto prazo dos monopólios e dos latifúndios pela direita governante, dos planos de destruição das conquistas democráticas do 25 de Abril.

Os últimos dias de sessão legislativa antes do início das férias parlamentares foram marcadas pela aprovação com a exclusiva votação da maioria absoluta do PSD na As-

# Resumo

**20**  
Quarta-feira



Álvaro Cunhal divulga em conferência de imprensa as conclusões da reunião do Comité Central do PCP, que marcou para o Porto o XII Congresso ■ Delegações do PS e do PCP voltam a encontrar-se na Assembleia da República abordando o tema da revisão constitucional ■ Uma delegação do CGTP-Intersindical Nacional, chefiada pelo seu coordenador Carvalho da Silva, é recebida pelo Primeiro-Ministro, a quem expõe as questões candentes da situação laboral ■ Grupo de personalidades que visitou Angola, dá conferência de imprensa e manifesta a convicção de que a paz voltará àquele país com a independência da Namíbia ■ A FESTRU anuncia que a greve da RN registou uma adesão da ordem dos 90 por cento ■ Cantinas da Universidade de Coimbra fecham por motivo de greve dos trabalhadores em luta pelo pagamento de subsídios atrasados ■ Grupo parlamentar do PCP revela à imprensa que a Comissão da AR agravou a proposta de lei de bases da Reforma Agrária ■ Relatório da OCDE revela que a dívida externa do Terceiro Mundo continuou a aumentar no ano de 1987 ■ Haydar Kutlu, secretário-geral do PCT, falando ao tribunal que o julga em Ankara, afirma que o golpe militar de 1980 foi preparado nos Estados Unidos ■ Os governos de Angola, Cuba e África do Sul anunciam a ratificação dos «Princípios para uma solução Pacífica no Sudoeste da África», aprovado em Nova Iorque ■ O secretário-geral da ONU anuncia o envio imediato de equipas de estudo do cessar-fogo entre o Irão e o Iraque.

**21**  
Quinta-feira

Terminam os trabalhos da sessão legislativa na Assembleia da República, com a aprovação pelo PSD de novo aumento para os titulares de cargos políticos ■ Costa Brás é reeleito pela AR para o cargo de Alta Autoridade Contra a Corrupção ■ A Associação de Amizade Portugal-Angola protesta contra o facto de a Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros ter recebido uma representação da Unita ■ Mário Soares, na sua viagem ao Douro, inteira-se dos protestos das populações contra o encerramento de linhas férreas ■ Dukakis é aclamado como candidato democrático à presidência dos Estados Unidos ■ O Presidente da República Popular de Angola afirma em Luanda que «nunca se esteve tão próximo de encontrar uma solução para a questão da África do Sudoeste» ■ O advogado dos «Seis de Sharpeville» anuncia que as autoridades vão em breve examinar o pedido de reabertura do processo ■ O Vietname convida os Estados Unidos a participarem na busca dos restos mortais de soldados americanos desaparecidos durante a guerra.

**22**  
Sexta-feira

A UGT denuncia o acordo sobre política de rendimentos, por as perspectivas inflacionistas haverem sido excedidas, segundo Torres Couto ■ É adjudicado o Plano Director para os lixos da Região de Lisboa ■ Morrem sete pessoas e ficam feridas outras 47, em consequência da explosão de um carro armadilhado, em Beirute Ocidental ■ As hostilidades entre o Irão e o Iraque voltam a intensificar-se enquanto se aguardam resultados dos esforços do secretário-geral da ONU para acabar com a guerra.

**23**  
Sábado

Em comunicado distribuído no final da reunião do seu Conselho Nacional, o PS afirma «não existir qualquer situação de impasse» no processo de revisão constitucional ■ A delegação soviética às conversações de Genebra apresenta novas propostas para a redução de mísseis nucleares ■ A «Eastern Airlines», companhia de aviação dos Estados Unidos, reduz drasticamente o número de voos e anuncia o despedimento de quatro mil trabalhadores ■ Violenta tempestade na região de Paris provoca vastos estragos materiais e dezenas de feridos ■ Cerca de 20 pessoas são dadas como desaparecidas na sequência do afundamento de um pesqueiro japonês, ao largo de Tóquio, abalroado por um submarino da armada nipónica.

**24**  
Domingo



Mário Soares conclui a viagem pelo Douro descendo o rio até ao Porto num barco rebelo ■ O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais afirma que no próximo ano os portugueses pagarão o Imposto Complementar, além de terem de pagar o recém-criado Imposto Único ■ Beach Boys e Joan Baez dão espectáculo em Vigo perante quarenta mil pessoas ■ Terroristas lançam novo ataque a Cabul, disparando mais de uma dezena de roquetes sobre a cidade e fazendo outros tantos mortos ■ Chega a Teerão a missão técnica da ONU encarregada de estudar as modalidades do cessar-fogo entre o Irão e o Iraque.

**25**  
Segunda-feira

Reúne-se a Comissão Política do CC do PCP que alerta para o «curso preocupante» da revisão constitucional ■ O Secretariado do CC do PCP e a Comissão Executiva de «Os Verdes» anunciam a constituição da coligação CDU, na Madeira, para concorrer às eleições regionais ■ Celestino Costa, primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe inicia visita oficial a Portugal ■ O Dia das Forças Armadas é comemorado no Porto ■ Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE confirmam a data das eleições para o Parlamento Europeu: 15 e 18 de Julho do próximo ano ■ Entram em greve os trabalhadores da Petroquímica, com



uma adesão superior aos 65 por cento ■ O vice-ministro grego dos Negócios Estrangeiros anuncia em Bruxelas que a CEE vai propor, pela primeira vez, consultas políticas à União Soviética ■ O governo do Kampuchea propõe novo plano de paz, prevendo a formação de um Conselho Nacional de Reconciliação ■ O secretário da Defesa dos EUA, Carlucci, rejeita propostas soviéticas de inspeções de navios e submarinos portadores de mísseis ■ Delegações da Grécia e dos Estados Unidos iniciam em Atenas conversações sobre as bases americanas naquele país.

**26**  
Terça

Um avião da Força Aérea despenha-se na região de Torres Vedras provocando a morte dos seus dois tripulantes. Com a queda deste Cessna FTB, eleva-se a 22 o número de desastres ocorridos com aviões militares nos últimos 12 anos ■ Em conferência de imprensa conjunta, as estruturas da Reforma Agrária e as ORT's sublinham que a chamada Lei de Bases da Reforma Agrária deve «ser remetida ao Tribunal Constitucional para fiscalização prévia da sua constitucionalidade» ■ A CGTP envia aos órgãos do poder uma exposição sobre a entrada em vigor do novo regime jurídico do subsídio de doença e da protecção da maternidade onde afirma que este regime «é o responsável pelo afastamento de milhares de pessoas do âmbito da Segurança Social» ■ Em Lisboa, o ministro angolano das Relações Exteriores considera que a presença de um delegado do grupo terrorista UNITA na Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros e Emigração constitui «uma ingerência grosseira nos assuntos internos de Angola e uma manifestação reveladora de um saudosismo fanático» ■ É anunciado que na próxima reunião quadripartida sobre a África Austral se vai iniciar o debate do calendário da independência da Namíbia ■ As Filipinas suspendem as conversações sobre o futuro das bases norte-americanas instaladas em seu território, por divergências quanto aos montantes das compensações financeiras.

sembleia da República e a colaboração do CDS, dos «pacotes» legislativos inconstitucionais do Governo cavaquista e por medidas executivas no plano social contra os interesses dos trabalhadores da indústria, da agricultura, dos serviços, da Função Pública e outros sectores e camadas da população carenciadas ou a braços com agudos problemas como os agricultores. O agravamento da situação nacional é um facto indesejável:

Um «acordo» de rendimentos baseado em números falsificados da taxa de inflação; subidas de preços dos produtos de primeira necessidade oficialmente admitidos em cerca de 10%; a insistência em tectos salariais abaixo da taxa real de inflação para os trabalhadores, em contraste com os escandalosos aumentos de vencimentos para os altos cargos políticos (ministros, deputados, alto funcionalismo) que atingem os 27 a 36% (!); novos aumentos da carga fiscal numa «reforma» que briga com todos os conceitos de equidade beneficiando os ricos e agravando os ricos e agrava os sectores e camadas mais desfavorecidos da sociedade.

A campanha anticomunista da direita — que certos camaradas inconscientemente alimentam — visa desviar da aceleração dos planos restauracionistas do poder dos monopólios as atenções dos portugueses, visa debilitar numa primeira fase e tornar inoperante numa segunda fase, a força mais consequente e dinâmica que mais firmemente se opõe aos projectos restauracionistas da direita sociológica e do seu Governo PSD/Cavaco Silva e mais consequentemente luta por uma alternativa democrática e por um projecto de democracia avançada na construção do futuro.

A resposta de trabalhadores e de populações afectadas nos seus interesses vitais pela política cavaquista é concludente.

Isso significa que o projecto que o PCP propõe para o limiar do século XXI — de que será a principal força da sua concretização no futuro dos portugueses — assenta em aspirações diariamente afirmadas no terreno da luta em todas as frentes do contencioso democrático: na luta política e institucional na luta social, na luta por uma economia ao serviço do povo e do País, na luta pela democratização da cultura na luta pela independência nacional e pela Paz.

O XII Congresso vai constituir seguramente um passo de alcance histórico da prossecução destes objectivos.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido  
Comunista Português. Rua Soeiro  
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua  
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL Central Distribuidora Livrelra,  
SARL Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alcova de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 -  
8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B - 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska  
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Junho: 29 270 exemplares

## Um Verão saudável?

# Enfermeiros em Faro chegam a trabalhar 32 horas seguidas

## Acompanham as ambulâncias ou acompanham os doentes?

Situações críticas e mesmo alarmantes nos hospitais distritais, designadamente em Faro, Portimão e Torres Novas, foram divulgadas sexta-feira passada pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. Há enfermeiros que chegam a trabalhar mais de trinta horas seguidas; um só enfermeiro pode ter que acompanhar duas ambulâncias; o acompanhamento médico é insuficiente. Mas entre outras situações perigosas, que o Sindicato traz a público, destaque-se a sua actividade para as combater, protegendo os utentes. Assinalável nesse campo é um acordo efectuado com o Conselho de Administração do Hospital de Faro.

É neste último estabelecimento hospitalar que as coisas têm piorado mais ultimamente. Segundo o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, recentemente criado para abranger todo o território nacional, há «alguns enfermeiros a efectuar trinta e duas horas seguidas, entre trabalho por turnos e evacuação de doentes».

O Sindicato (SEP), por intermédio da sua direcção nacional, a fim de tornar menos graves situações inqualificáveis, reuniu-se com os administradores do Hospital de Faro, chegando a acordo no seguinte:

- É criado um subsídio de 5 mil escudos por evacuação;
- Os enfermeiros serão reembolsados por eventuais despesas indispensáveis.
- Será criado um seguro para todos os enfermeiros ocupados em evacuações;
- Haverá uma escala de evacuações, assegurada por enquanto por pessoal voluntário.

Estas últimas medidas que damos em resumo terão um complemento importante para o doente. De acordo com o divulgado pelo SEP, sempre que o enfermeiro entender que assim o exige o estado do doente, pelo qual não se pode responsabilizar sozinho, deve reclamar o acompanhamento do médico na ambulância. Quando esse acompanhamento seja negado, o enfermeiro pode recusar-se a assistir o doente sozinho. A administração do Hospital de Faro comprometeu-se a elaborar urgentemente sobre

este esse assunto uma circular informativa, sublinha o SEP.

### Seguros próprios para o pessoal

O Sindicato, que fornece mais informação sobre regalias elementares conseguidas em Faro, chama a atenção para a necessidade de «seguros específicos para o pessoal de saúde que vai nas ambulâncias».

Outra das questões urgentes locadas pelo SEP é a da falta de pessoal de enfermagem «exclusivamente para a evacuação de doentes».

Carências dessa ordem obrigam a que os enfermeiros, que já são poucos nos seus locais de trabalho, tenham que acudir a evacuações indispensáveis.

Há casos em que os locais de trabalho de estabelecimentos hospitalares chegam a ficar sem um único enfermeiro devido à necessidade de participarem nessas evacuações.

Quando as distâncias a percorrer são grandes, «o enfermeiro muitas vezes faz o trabalho de evacuação do doente no final de um turno». Trabalhos desses, que naturalmente exigiriam pessoal supranumerário, chegam a durar oito horas e mais.

Um enfermeiro regressa dessa viagem de ida e volta e «muitas vezes vai ter que iniciar outro turno». O tempo durante o qual deveria ter descansado foi ocupado com o transporte do doente.

Outra anormalidade mere-

ce ainda a atenção do SEP. Quando um enfermeiro acompanha duas ambulâncias, como tem sucedido, poderá acompanhar na verdade os doentes? A pergunta não é retórica. O sindicato responde com razão que as ambulâncias é que são acompanhadas, não os doentes. Dizer outra coisa seria «mera utopia», para utilizar a expressão do SEP.

Referimos situações de extrema urgência. Em casos que não podem esperar, acrescenta o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, «não só é necessária a presença do enfermeiro, como também do médico».

Enfermeiros e enfermeiras, por mais qualificados que sejam, não podem naturalmente substituir a presença de um clínico — especializado quando assim o exija o estado do doente.

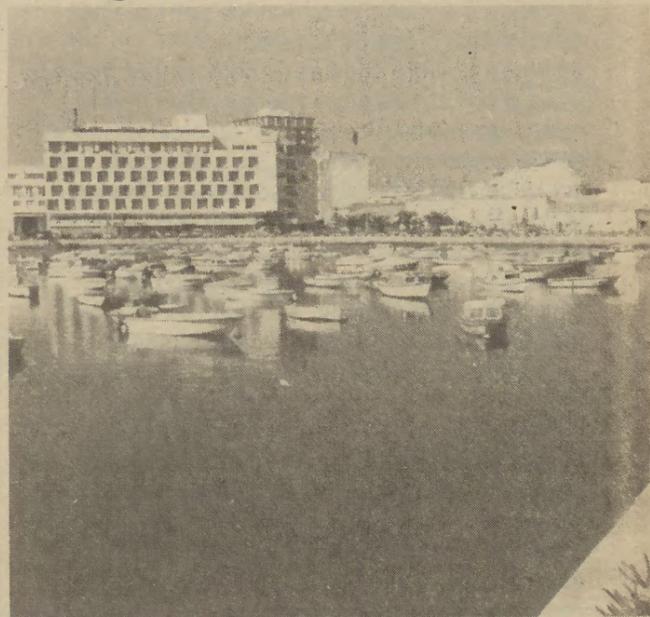
«Um enfermeiro não se pode responsabilizar por acções que não são da sua esfera» (que não são da sua competência), como recorda o SEP.

Além de Faro, o Sindicato só cita expressamente os

«hospitais distritais de Portimão e Torres Novas». Mas um comunicado que emitiu sobre esses assuntos, sexta-feira passada, pode em linhas gerais ser considerado para outros estabelecimentos hospitalares, centros de saúde e serviços do mesmo sector.

Na verdade, o SEP refere-se à «problemática que envolve a evacuação de doentes de uns para outros hospitais». Assim, não será especulativo generalizar, quando o Sindicato assinala a necessidade de se «assegurarem os serviços com as funções da equipa multidisciplinar, com as condições de transporte (Ambulâncias) e com a necessidade de seguros específicos para o pessoal de saúde que vai nas ambulâncias nessas situações» de evacuação.

Muito concretamente, o SEP reclama a presença nos serviços de «pessoal supranumerário». Para atender convenientemente esses casos de urgência, ou de emergência, é indispensável poder dispor desse pessoal, «em presença física ou não», nos locais de trabalho, principal-



Para que em Faro haja férias, também deve haver saúde

mente nos hospitais que refere: Faro, Torres Novas e Portimão.

Para a direcção do SEP, o caso mais grave é do de Faro.

Depois de referir que é frequente o médico não acompanhar o doente nas evacuações de hospital para hospital, «situação que está contra o próprio estatuto hospitalar», o SEP reclama «a continuidade da assistência médi-

ca» e destaca outros aspectos como os que se prendem com «as condições das ambulâncias que nem sempre são as mais recomendáveis para o transporte de doentes».

Salienta ainda o SEP que, no caso de Faro, essas situações se agravam e só se conseguirão resolver efectivamente com «a admissão de muitos mais profissionais de enfermagem».

Daí o acordo que o SEP procurou estabelecer com a administração do Hospital. Numa reunião no passado dia 15, conseguiu o Sindicato, pelo menos o seguinte:

O subsídio de 5000 escudos por evacuação será entregue ao enfermeiro ou enfermeira «antes da saída do hospital»; esta disposição aplica-se a partir de 1 de Agosto próximo. O reembolso por despesas refere-se a «transporte, alojamento, etc.». O seguro para todos os enfermeiros que participem nas evacuações está dependente de uma proposta a apresentar pelo grupo de trabalho que estuda o assunto. A escala de evacuação será assegurada por voluntários, até que seja possível efectuar uma outra com «enfermeiros supranumerários nos serviços» competentes.

## Protesto da CGTP

A CGTP, que foi recebida quinta-feira passada pelo Primeiro-Ministro, protestou contra o conjunto de diplomas recentemente aprovados na Assembleia da República. Para a Central, esses instrumentos legislativos praticamente impostos pelo partido do Governo, constituem «uma autêntica revisão antecipada da Constituição da República».

A afirmação é feita numa nota para os jornais da passada sexta-feira. Sublinha a nota que a CGTP-IN «está convicta de que as instituições voltarão a funcionar, designadamente contra o «pacote laboral», lei agrícola, («pacote agrícola»), delimita-

ção dos sectores (privatizações) e reforma fiscal.

Quanto ao aumento dos vencimentos dos titulares de cargos políticos, embora a CGTP nunca tenha defendido «concepções miserabilistas ou de igualitarismo utópico», reafirma, mesmo assim, que esses aumentos «de 25 a 36 por cento» com retroactividade a Janeiro deste ano, além de escandalosos, são indicadores de «uma política que privilegia os seus exclusivos interesses de grupo em detrimento e ao arripio dos interesses e direitos da esmagadora maioria da população portuguesa».

Numa nota do seu depar-

tamento de informação, dada de 22 do corrente, a CGTP acrescenta que «os titulares de cargos políticos devem ser remunerados condignamente». Mas para a CGTP não é exactamente isso que está em causa. O que está em causa é o facto de ser «moral, política e socialmente injusticável» que o Governo insista na tentativa de bloquear «o aumento dos salários dos trabalhadores por conta de outrem», com o «argumento» naturalmente falacioso da inflação nos seis por cento, «obrigando os trabalhadores a desenvolver formas de luta prolongadas», afectando às vezes a população.

**Trabalhadores**

## Sumário sindical

### Eles são coloridamente maioritários e maioritariamente coloridos

Eles são coloridamente maioritários e maioritariamente coloridos, um laranjal ao pé deles fica mais apagado que um canteiro de couves ou um tarro de bolota, além disso são extremamente sociais, como se vê todos os dias nas colunas de mexericos, beberetes, recepções e outros festões onde há sempre vários deles, de copo em punho ou «smoking» ao vivo a associar à grande e à maioritária, e ainda por cima são democratas, o que os transforma automaticamente em sociais-democratas, imagine-se a pinta, a classe e o imponderável destas coisas da onomástica política, prodígio assim não se via desde que o António Silva descobriu ser a ópera uma música para operários, a quem, de resto, eles são especialistas a dar «música» em pacotes chamados «laborais» mas geralmente conhecidos como de pacotilha, só que de pacotilha é que eles não são, benza-os Deus, e isso provou-se mais uma vez quando se auto-aumentaram a semana passada na ordem dos 27 a 36%, que isto da dignidade dos cargos públicos não é para brincadeiras nem vistas curtas, cá na terra já olhamos as coisas d'alto vai para cima de quinhentos anos, acima acima gajeiro que da gávea de S. Bento é que Portugal se vê bem, tanta laranja, senhores!, agora é que não há escorbuto que nos dobre a equipagem, isto é só vitamina C e rjeza maioritária, qual fome que alastra, quais empresas que fecham, quais agricultores na falência, qual Saúde que se degrada, quais escolas que faltam, qual desemprego que cresce, qual inflação que muda de sítio, quais jovens à procura do primeiro emprego, quais famílias à espera de casas, quais multidões a viver em barracas, qual degradação do poder de compra, qual descontentamento que se multiplica em greves sucessivas, quais promessas não cumpridas, qual cumprimento do que não se prometeu! nós, além da pátria dos navegantes, da espada do Afonso Henriques, dos barões assinalados, do milagre das rosas, das barbas do João de Castro, da padeira de Aljubarrota, da estratégia do Viriato, da bordoadada nos infieis, da mais velha aliança, da mais nova Europa, dos Gamas, dos Cabrais, dos casinos de Macau, do Eusébio, do Futre, do fado, dos touros e do Imposto Complementar somos, sobretudo, o País do 19 de Julho, das maiorias felizes, das vitórias que dão bigode, das comemorações nacionais em inglês, dos planos de desenvolvimento integrado, da integração dos planos de desenvolvimento, do desenvolvimento dos planos integrados, da planificação integradamente desenvolvida ou mesmo desenvolvidamente integrada, um país de ciclistas que não pode parar, um gigantesco «chantier» que anda a construir o futuro, o maior produtor mundial de felicidade *per capita*, a mais recente aquisição no plantel dos países europeus, do Primeiro-Ministro mais bem penteado, do Presidente mais viajado, do Governo mais calado, do vinho do Porto mais legítimo, do tinto com laranja também chamado sangria, nós somos o País da moda e a pátria deles, que são coloridamente maioritários e maioritariamente coloridos.

A «Technicolor». Num País a preto e branco.

**USS** — A União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal promove  **cursos de formação profissional** para jovens dos 18 aos 24 anos e para maiores de 25 anos — trabalhadores de pequenas e médias empresas com menos de 500 trabalhadores. Em desdobráveis distribuídos à Imprensa a USS refere que, «em princípio, os cursos terão o seu início em fins de Julho e o seu termo em Dezembro de 1988». Segundo os regulamentos que divulgou, no primeiro caso (**jovens**) os cursos abrangem Técnicas de Comunicação Social; Programador de Informática; Óleo, Hidráulica, Pneumática e Automatização; e Desenho de Construção Mecânica. No segundo caso, (maiores de 25 anos-**PMEs**) os cursos abrangem, além de programador de informática, as disciplinas de Contabilidade e Técnicas da Função Administrativa. As restantes — Óleo, etc. — são comuns aos dois curso da USS, que pode ser contactada para mais informação na Rua Silva Porto, 6-A, em Setúbal, ou pelos telefones 37739/37749/37714 da rede da cidade.

**FEPACES** — A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, com sede em Lisboa, naturalmente insatisfeita com os 7,7 por cento de aumentos salariais obtidos pelas «organizações sindicais da UGT (FETICEP, FETESE e SIMA)» nas conversações com o conselho de gerência da SECIL, após consulta aos trabalhadores decidiu recorrer à greve. Mas não foi necessário concretizá-la. No primeiro dia previsto para aquela forma de luta, que se prolongaria por 24 horas, o mesmo sucedendo uma semana depois, a CNP (comissão negociadora patronal) «sentou-se à mesa das negociações com as organizações sindicais da CGTP-IN, tendo-se acordado **7,95 por cento** para a tabela salarial e **um aumento de 20 por cento para o subsídio de transportes** (correspondendo ao pagamento de 90 por cento da totalidade do transporte a cada trabalhador) o que, globalmente, corresponde a **mais de 8 por cento**, com produção de efeitos a 1 de Junho». A FEPECES congratula-se com este resultado e assinala que «vale a pena lutar», que «a unidade dos trabalhadores é um factor decisivo e insubstituível para a defesa consequente dos seus interesses e direitos».

**FESTRU** — A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos esforça-se por «evitar a continuação da **instabilidade na Carris**». Continuando a «desenvolver todos os esforços para repor a justiça na empresa», responsáveis daquela Federação deslocaram-se, quinta-feira passada, à sede da empresa para exigir da nova comissão administrativa da Carris o cumprimento da promessa de reunir com a FESTRU, nomeadamente por causa do processo de **revisão do AE** (acordo de empresa). A nova CA da Carris tinha na verdade prometido reunir-se com a Federação em 19 de Junho. Esta organização sindical intermédia da CGTP, num *telex* de 21 do corrente, acusa os administradores da mesma empresa de transportes de não terem tomado «qualquer iniciativa que demonstrasse vontade de diálogo e intenção de resolver os problemas». A FESTRU lembra ser «mais que evidente o desajustamento dos aumentos salariais que estão a ser aplicados na Carris». A alteração dos salários impõe-se para os sindicatos e para grande parte dos trabalhadores. Segundo a FESTRU, «hoje já



Calçado quer salários dignos



Na Secil conseguiu-se evitar a greve



O «Jornal da Fenprof» que acaba de distribuir o seu número de Junho preenche assim parte da página três. A Fenprof é uma das organizações sindicais que integra a Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública

nem o sr. Primeiro-Ministro defende os valores da inflação prevista para o corrente ano», afirma ainda a mesma Federação.

**SMZS** — O Sindicato dos Médicos da Zona Sul, num *telex* de 20 do corrente assinado pela direcção, solidariza-se com os 464 médicos do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, que «em abaixo-assinado repudiam a nomeação político-partidária do prof. C. Moura». O Sindicato, com sede na capital, recorda que o corpo clínico do mesmo hospital «tinha democraticamente eleito o seu representante». A direcção do SMZS, nos termos do abaixo-assinado, exige «a substituição do presidente do conselho de gerência nomeado pelo Governo» e propõe, «como alternativa, o recentemente eleito dr. Díaz Gonçalves».

**SPGL** — O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa assinala que, após a participação activa de vários milhares de docentes (3500 num plenário em Lisboa), do primeiro ciclo do ensino básico e educadores de infância, o grupo negociador do Ministério da Educação aceitou a proposta da FENPROF (federação do sector), segundo a qual, sublinha o SPGL, «os educadores e professores em exercício de funções à data da entrada em vigor do presente estatuto (trata-se da carreira docente) são equiparados aos docentes formados para o mesmo sector educativo nas escolas superiores de educação ou em universidades, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, para efeitos de enquadramento na carreira e de obtenção das especializações, nomeadamente as previstas nos artigos 8.º, 1.º alínea a) e 33.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, no quadro das exigências referidas para o ingresso nos respectivos cursos». Esta passagem de um comunicado de 20 do corrente vem sublinhada no próprio texto do *telex* do SPGL, assinado por Lurdes Fernandes em nome da direcção. O mesmo Sindicato, noutro documento subscrito também por um elemento da direcção, Fernanda Duarte, sublinha por sua vez uma passagem que transcrevemos a seguir: «Os vencimentos dos professores profissionalizados do ensino primário, habilitados com o curso especial a que se refere o Decreto-Lei 111/76, de 7 de Fevereiro, passam a corresponder aos vencimentos dos restantes professores habilitados com o curso normal, de acordo com a legislação em vigor sobre fases e diuturnidades a que já tinham direito».

**SOICMADAC** — O Sindicato Operário da Indústria do Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra, com sede em S. João da Madeira, ao anunciar nova reunião com os representantes do patronato para quinta-feira passada, e uma assembleia geral do Sindicato no dia seguinte, recusava aumentos salariais de 7,5 por cento e acusava os patrões de pretendem «pôr em causa a entrada em vigor dos salários em 1 de Julho». Num apelo à «unidade de todas as trabalhadoras e trabalhadores» e à participação nas empresas e na acção do Sindicato, o SOIC perguntava no título do seu comunicado-convocatória para que servem os 2500 escudos que o patronato do sector quer negociar. A direcção sindical de S. João da Madeira assinala ainda que a passagem de 6,5 para 7,5 por cento na proposta patronal se deveu à «determinação dos sindicatos».

Trabalhadores

## Reivindicações da FP ao Governo

# Divulgadas linhas gerais da proposta 89

A criação de um Conselho Superior de Administração Pública faz parte da proposta que a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acaba de entregar ao Governo, abrangendo os critérios gerais da proposta reivindicativa para 1989 no que se refere à negociação da regulamentação colectiva de trabalho naquele sector da Administração Pública.

O documento que foi entregue ao Governo na semana passada pela Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, incluindo os professores e várias outras categorias e classes profissionais, num total de 30 sindicatos, «analisa a situação dos trabalhadores» e, no capítulo da massa salarial, «exige a reposição dos salários reais e pensões ao nível de Janeiro de 1988».

O secretariado ( direcção ) da Frente Comum (FC) entregou aquela proposta ao secretário de Estado do Orçamento. Trata-se, nos termos anunciados pela Federação (FNSFP), de «um extenso documento» onde são enunciados «os critérios gerais que devem presidir à negociação dos aspectos reivindicativos para 1989». O mesmo documento será discutido com os trabalhadores nos vários sindicatos da FNSFP e da FC. Dele sairá a proposta reivindicativa para o próximo ano.

O departamento de informação da FNSFP prevê para meados de Setembro o termo da discussão dessa proposta que pretende em especial repor o fortemente abalado poder de compra dos trabalhadores ao serviço do Estado, das administrações públicas e serviços que, conforme se sabe, tiveram este ano um aumento que não ultrapassou os seis e meio por cento.

### Participação nos ganhos de produtividade nacional

O documento da FC divide-se em três partes. Além da «**garantia das condições de vida e de trabalho**», a FNSFP acentua a «**participação e negociação colectiva**», como instrumentos fundamentais do progresso na Administração. Além dessas duas partes da proposta dos sindicatos, a Federação

chama ainda a atenção para os **critérios que devem ser fixados no que respeita à massa salarial para 1989**.

A reposição dos salários reais, relativamente ao período anterior à imposição prática de um «tecto» de 6,5 por cento, deve ser acompanhada, segundo o mesmo documento entregue ao secretário de Estado, da **participação dos ganhos de produtividade nacional**.

De um sumário sobre as principais matérias da proposta submetida à análise da Secretaria de Estado do Orçamento e do Governo pelos sindicatos da FP refira-se também uma reivindicação já antiga, e nunca de todo satisfeita, que tem a ver com «**a aprovação de uma nova lei-quadro do sistema de carreiras assente numa profunda alteração da actual grelha de salários**».

Quanto ao Conselho Superior de Administração Pública, os sindicatos da FC adiantam apenas que ele se destinaria a discutir medidas sectoriais e globais. Mas inscrevem a criação desse Conselho na «parte referente à regulamentação das formas de participação», que deve ser a «**todos os níveis de estruturas**», tanto laborais como profissionais.



Em Lisboa, 6 de Fevereiro, 88

### Segurança e estabilidade de emprego

Um dos pontos mais relevantes da proposta diz respeito à garantia e estabilidade do emprego na Função Pública em geral. Assim, devem ser negociadas com o Governo «as propostas já feitas sobre carreiras» pelos sindicatos e estabelecidas «**regras mínimas de formação profissional**».

Os níveis salariais devem ser aproximados dos que já se praticam «**noutros sectores e na CEE**».

Os «**regimes de remunerações acessórias**» devem ser limitados e integrados.

Devem ser negociadas — reclama ainda a FC — algumas «alterações ao recente decreto sobre horários de trabalho».

Os regimes de férias, faltas e licenças devem ser reformulados e uniformizados.

Devem estabelecer-se «**medidas mínimas urgentes sobre higiene e segurança no trabalho**».

De sublinhar é ainda a atenção dedicada pelo documento entregue ao secretário de Estado do Orçamento no que respeita a «**diversas alterações no decreto que regula a negociação na Função Pública**».

Trata-se da negociação no âmbito da regulamentação

colectiva, que inclui as tabelas salariais.

Por outro lado mas ainda nesse campo, os sindicatos e designadamente a FNSFP e a FC manifestam «**sérias preocupações**» quanto à revisão constitucional. A ir por diante, essa revisão não deveria «**reduzir quaisquer direitos dos trabalhadores da Administração Pública, incluindo os civis das Forças Armadas e de Segurança**».

São por último focados outros assuntos de real interesse, como sejam os relacionados com a tributação de rendimentos dos TFP, o nível de assistência na doença e a uniformização dos esquemas de acção social complementar.

# Bancários advertem contra instabilidade

Um largo sector dos bancários abrangidos pela recente revisão do ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical) adverte contra «**intencões (que) vão no sentido de aprofundar**», também na banca, «**a instabilidade social**». Uma moção destinada a combater essa tendência dos responsáveis pela gestão das instituições de crédito (ICs) foi aprovada, com seis votos contra, por cerca de 500 delegados e membros dos secretariados de secção reunidos em Lisboa no passado dia 15. Segundo o texto a que o «Avante!» teve acesso, a proposta de revisão do ACTV apresentada pelos sindicatos «**continha reivindicações justas dos trabalhadores**», continuando a ser indispensável lutar por elas.

O plenário sindical, destinado a apreciar o resultado da luta (greves) e da negociação, reafirma que as reivindicações apresentadas aos representantes das ICs «**não podem de forma alguma em causa a situação económico-financeira dos bancos, nem tão-pouco o seu desenvolvimento**».

### Obrigados a lutar

A moção recorda que «os bancários foram obrigados a desenvolver formas de luta; recorrendo à greve». Sem referir os aumentos conseguidos (6,04 por cento), o documento aprovado considera que o Governo e os conselhos de gerência impuseram «a aceitação de uma tabela salarial que nem sequer repõe o poder de compra».

O texto da moção refere ainda que os delegados sindicais e membros dos secretariados de secções decidiram «reafirmar a sua disposição de continuar a lutar», repelindo «todas as intencões do Governo que possam vir a ser reanimadas para liquidar direitos contratuais».

A luta que, segundo a moção, implicará a **mobilização e esclarecimento de todos os bancários**, destina-se também a travar «todas as in-

tenções do Governo» que ponham em causa «o desenvolvimento da banca nacionalizada e da economia nacional».

O mais amplo sector sindical dos trabalhadores dos bancos nacionalizados várias vezes tem repetido a sua posição frontalmente contrária à privatização das instituições de crédito.

O mesmo sector, numa medida ainda mais ampla, re-

forçada pela unidade que recentemente teve um reflexo muito positivo nas eleições para os corpos gerentes do SBSI, adverte também e mais uma vez contra «a iniciativa governamental de «**destruição dos SAMS**» (serviços de assistência médica e medicamentosa), específica dos bancários, e contra a segurança social no âmbito do acordo colectivo de trabalho vertical agora em vigor».

Acrescente-se, por nossa

conta, que um processo de negociação colectiva é um instrumento legal, mas exigente no campo do reforço da unidade para poder ser inteiramente aplicado e se necessário revisto, em função de contingências que possam levar sindicatos e trabalhadores não só a defendê-lo, mas a encará-lo como um processo em aberto sujeito à introdução de melhorias, desde que o movimento sindical tenha força para as defender.

# Algum alarme na greve do gás

Números contraditórios sobre a adesão à greve na Petroquímica e Gás de Portugal causaram algum alarme nos lisboetas consumidores do conhecido gás da companhia. A administração da empresa procurou reduzir o alcance da greve, lançando a público logo no primeiro dia de paralisações (25) uma percentagem inverificável e pouco credível de 5 por cento. Os sindicatos não só desmentiram este índice de adesão, como advertiram contra o uso do gás, pois a adesão ultrapassaria, segundo indicaram, os 60 por cento.

Já que a greve, a crer na disposição dos responsáveis pela empresa, pode vir a prolongar-se por mais dois

dias, recorde-se que as razões da paralisação do trabalho se devem a motivos tão legítimos e dignos de apoio como um «tecto salarial» de 5,5 por cento.

Sindicatos da CGTP e da UGT não aceitam «revisões» de tamanho tão reduzido, precisamente nesta altura em que já se sabe de fonte certa que a inflação deste ano ultrapassará pelo menos os 7 por cento em Dezembro.

Depois de uma reunião efectuada três dias antes do início da greve, que foi na segunda-feira passada, dia 25, a comissão executiva ( direcção ) do conselho nacional da Federação dos Sindicatos da Indústria Química e Far-

macêutica afirmava que o conselho de gerência «**não apresentou novas posições**».

A direcção sindical da FSTIQF, que emitiu na passada sexta-feira um comunicado sobre a ida para a greve, sublinhava que a Federação propunha para os salários um aumento de 9,5 por cento a partir de 1 de Maio findo.

Realçava a FSTIQF que «os resultados económicos altamente positivos» cresceram anualmente, entre 1981 e 1987, da seguinte forma:

**Vendas: mais 18,8 por cento ao ano**

**VAB (valor acrescentado bruto): mais 27,4 por cento/ano**

**Produtividade: mais 26**

**por cento ao ano**

Trata-se de valores médios dignos de registo.

Na altura do comunicado, três dias antes da greve, isto é, com tempo suficiente para as negociações evoluírem se a administração quisesse, nem o Governo — pois a empresa é pública, como se sabe — nem o conselho de gerência aceitaram mover-se da insustentável posição dos 5 e meio por cento.

Justamente do seu ponto de vista os sindicatos chamavam a atenção para o facto de o Governo Cavaco Silva manter essa intransigência só para os trabalhadores; de ter afinal «dois pesos e duas medidas», dada a injustificável diferença que me-

deia entre os 5,5 e os vinte e mesmo os trinta e tal por cento atribuídos aos aumentos dos dirigentes políticos e outro pessoal dessa área.

Sem demagogia, aliás combatida pela CGTP (ver estas páginas), a Federação sentiu-se, porém, na obrigação de alertar para esses aumentos, que segundo afirma chegam a atingir 36 por cento — «um escândalo vergonhoso», escreve a direcção da FSTIQF, que não poderá deixar de ser firmemente denunciado, repudiado e combatido por todos os trabalhadores e cidadãos honestos que vivem uma vida difícil, o que não acontece naturalmente com «a clientela política» do PSD.

## Nacional

## Lei das Associações de Mulheres MDM saúda e adverte

«A recente aprovação, pela Assembleia da República, da Lei das Associações de Mulheres representa o reconhecimento do papel importante do Movimento Feminino em Portugal na luta pela emancipação da mulher, pela democracia e pela igualdade», afirma um comunicado do MDM enviado à imprensa no final da semana passada, que prossegue:

«Está de parabéns a Coordenadora Nacional de Mulheres (AMS, CEM/DM, GML, LDM, MDM, UMAR) que, ao tomar a iniciativa de apresentar à Assembleia da República aquele projecto-lei, soube interpretar correctamente algumas das reivindicações mais sentidas pelas organizações de mulheres.

«Estão ainda de parabéns as organizações de mulheres que, firme e sistematicamente, têm vindo a defender coerentemente os direitos das mulheres, alcançando uma maturidade que perspectiva o reforço do Movimento Feminino no nosso país».

«Contudo — reflecte o comunicado — o MDM não pode deixar de manifestar o seu repúdio pelo facto de terem sido retiradas reivindicações essenciais das associações de mulheres nomeadamente o reconhecimento do estatuto de parceiro social, o direito a tempo de antena, o direito de se poderem constituir em assistente nos processos-crime que envolvem violação dos direitos da mulher».

«Parte destas reivindicações — recorda-se ainda — têm vindo a ser assumidas pelo MDM, desde o seu 1.º Congresso em 1980, particularmente o direito a tempo de antena e o estatuto de parceiro social. Assim o MDM não pode deixar de considerar que a retirada destes artigos desvirtuou e esvaziou a essência do projecto inicial.

«Mas a experiência tem demonstrado que a luta pela concretização dos direitos das mulheres e pela democracia exige perseverança, firmeza e unidade. Nesse caminho prosseguimos confiantes de que alcançaremos os nossos objectivos», conclui o comunicado.



### O III Congresso do MDM

Entretanto o boletim deste mês do MDM/Porto destaca o III Congresso do MDM, a realizar em 29 e 30 de Outubro na Aula Magna de Lisboa. E explica-se:

«O Congresso não é apenas o grande encontro e festa das mulheres do MDM. É também o balanço dos avanços e recuos no processo da emancipação, da acção realizada por este já grande, unitário e democrático movimento de mulheres que se quer afirmar mais e mais,

como uma voz que representa, defende e aglutina as mulheres portuguesas em volta de questões que lhes são comuns.

«É também um modo de fazer o ponto da situação e traçar metas e orientações para os próximos anos na acção de consciencialização em defesa dos direitos das mulheres.

«É também a eleição a nível nacional dos órgãos dirigentes do Movimento».

Que vai discutir e aprovar o III Congresso do MDM?, pergunta-se no boletim, dando de seguida a resposta:

«O Congresso é sempre

exercício dos seus direitos no trabalho, na família e sociedade? Qual a dimensão da violação desses mesmos direitos?

• A mulher e o desemprego.

• Direito ao trabalho — qual a situação real.

• As novas tecnologias e as mulheres.

• Família — que igualdade.

• Sociedade — que oportunidades.

• Transformação das mentalidades — qual a acção desenvolvida pela igualdade.

• A escola — seu papel na transformação das mentalidades.

• Violência sobre as mulheres.

• As leis de Defesa da Maternidade, Educação Sexual e Planeamento Familiar e Interrupção Voluntária da Gravidez.

• A assistência materno-infantil em Portugal.»

Finalmente informa-se que os documentos em análise para aprovação são: Carta dos Direitos das Mulheres; Plano de Emergência e Alteração aos Estatutos, explicando-se ainda como se pode participar na preparação do Congresso:

«Promovendo reuniões e iniciativas que abram o debate a um grande conjunto de mulheres (e não apenas às aderentes do MDM), fazer um bom levantamento da situação local, preparar intervenções que permitam conhecer as acções e lutas desenvolvidas, os principais problemas e anseios das mulheres.

«Os núcleos do MDM têm um papel muito importante no desenvolvimento deste trabalho — no contacto com todas as aderentes, na sua mobilização para o congresso, no ganhar outras mulheres para serem aderentes do MDM», afirma-se ainda.

um modo de debater os nossos problemas como cidadãs, trabalhadoras e mães. Mas é preciso que os debates concluam em ideias e acções. Por isso é organizado em torno de temas centrais, como:

• Papel das mulheres no aprofundamento da democracia, uma perspectiva de desenvolvimento e progresso;

(A defesa dos direitos das mulheres como parte integrante da defesa da democracia é indicador do seu grau de avanço)

• As mulheres — qual o

zoo dilatado, para novos investimentos agrícolas;

«4 — A dilatação do prazo dos créditos contraídos sem aumento de novos encargos;

«5 — Reformulação do seguro agrícola actual ajustando-o à realidade da nossa agricultura.»

«A juntar aos grandes prejuízos sofridos ainda há as despesas com os tratamentos das culturas», recorda-se, acrescentando-se:

«Sem ajudas capazes não será possível haver estímulo à realização de novos investimentos no próximo ano, o que prejudicará o desenvolvimento da produção agrícola e a economia do País.

«Fazemos um apelo especial ao Governo, através do sr. Primeiro-Ministro, e ao Ministério da Agricultura que considerem as nossas reclamações para que num momento de tão grande calamidade agrícola, como o que se vive, não nos deixem, a nós

fatórias por parte do Ministério da Agricultura para a situação resultante da grande desgraça que se abateu sobre a agricultura deste concelho, idêntica à de toda a região, leva os agricultores aqui reunidos a fazer as seguintes reclamações:

«1 — O rápido levantamento dos prejuízos existentes por agricultor e por cultura atingida;

«2 — Atribuição de indemnizações justas a fundo perdido a todos os agricultores;

«3 — A abertura de créditos com juros bonificados, a pra-

## Bragança

## Agricultores exigem ajuda

O desastre agrícola provocado pelas chuvas continua a mobilizar os agricultores em todo o País, numa luta que cresce proporcionalmente com a indiferença governamental pela situação desesperada em que se encontra a generalidade dos camponeses no território continental. Passamos a transcrever um comunicado emitido pela Liga dos Agricultores do Concelho de Bragança, saído dum encontro que reuniu mais de 500 agricultores e que foi enviado às principais autoridades da região transmontana e do País.

«Em virtude do estado calamitoso em que se encontram as culturas agrícolas em toda a região transmontana, devido à grande quantidade de água que caiu durante a Primavera e Verão do corrente ano, mais de 500 agricultores do concelho de Bragança, reunidos no dia 21 de Julho na Escola do Ensino Superior de Educação desta cidade, decidiram enviar a V. Ex.ª as conclusões desta reunião», explica o comunicado, que prossegue:

«A insuficiência ou mesmo inexistência de medidas satis-

## PCP

## Açores

## Preparar as eleições regionais

A preparação das eleições regionais nos Açores foi o principal ponto da ordem de trabalhos da reunião que a DORAA realizou recentemente, e onde foi sublinhado que «todo o esforço que está a ser desenvolvido com êxito, resulta do facto de ser crescente a consciência colectiva de que a CDU é uma força indispensável na vida regional».

Esta constatação leva à conclusão de que «é, portanto, indispensável a presença reforçada dos deputados do PCP e independentes e das outras forças da CDU na Assembleia Regional».

Ponto alto da preparação dos comunistas e dos seus aliados para as eleições, será a realização, nos princípios de Setembro de um Encontro Regional de candidaturas, activistas e apoiantes da CDU; um encontro de onde sairão os compromissos eleitorais regionais da CDU.



Um documento a que se juntará um outro, já em fase de elaboração — Compromisso da CDU para o aprofundamento do papel político da Assembleia Regional dos Açores —, «que concentrará a orientação e as propostas fundamentais que a CDU levará, através dos deputados eleitos pelas suas listas, para a IV legislatura da Assembleia Regional».

Ainda a propósito das eleições — que se realizam a 9 de Outubro, a DORAA do PCP deliberou dirigir propostas aos outros partidos da oposição «no sentido de serem encontradas formas coordenadas de garantir uma fiscalização eleitoral eficaz», o que constitui «a única forma de garantir que sejam goradas todas as práticas ilegítimas e ilegais que em muitos locais têm sido realizadas, em actos anteriores, pelo PSD».

## Eleitoralismo

No comunicado saído da sua última reunião, a DORAA do PCP denuncia «e reclama vivamente contra toda a actividade eleitoralista ilegítima que vem transformando o Governo Regional e os seus membros em inauguradores de obras».

Uma actividade que leva a que «o presidente do Governo e muitos dos secretários regionais ocupem o tempo que deviam dedicar às suas obrigações, a constantes deslocações nas quais nada de útil se faz».

## Conferência de imprensa

Aproveitando a deslocação de vários órgãos de Comunicação Social à ilha das Flores, acompanhando a reunião anual do executivo regional naquela ilha, a Comissão Coordenadora local da CDU promoveu uma conferência de imprensa com que pretendeu «vincar bem a sua confiança na obtenção de um bom resultado eleitoral quer a nível regional, quer muito especificamente por aquele círculo eleitoral».

Na ocasião, foi sublinhado que «hoje é cada vez maior o número de pessoas que claramente percebem que a política do PSD e do governo regional é uma política que cada vez mais se distancia dos objectivos de desenvolvimento harmónico de toda a Região, tão propalado por esse partido e pelo seu governo desde os primeiros anos de autonomia; política esta que tem tendido naturalmente para a cria-

CDU  
na Assembleia  
Regional  
uma  
força  
indispensável



ção de zonas periféricas dentro da própria zona periférica que são os Açores, quer no contexto nacional, quer no contexto da CEE».

Mais se disse. Na conferência de imprensa foi ainda frisado que «é cada vez maior o número de pessoas que hoje percebem e sentem, claramente, que nesta Região e nesta ilha é absolutamente imprescindível a presença, dos diversos órgãos do Poder Regional e Local, de uma oposição coerente e consequente que, não estando disposta a silenciar por qualquer preço a corrupção, as ilegalidades, os abusos de poder e as prepotências, não rejeita de modo algum o diálogo, o trabalho e esforço conjunto com todos aqueles que pretendam e desejem alterar de forma positiva a vida no arquipélago».

## Cinco linhas para desmembrar a EDP

A célula do PCP na EDP emitiu um comunicado onde alerta para o teor das intervenções políticas do ministro da Indústria e Energia e do secretário de Estado da tutela, sublinhando que as duas, embora em estilos diferentes, «vieram demonstrar claramente quais são as intenções do actual Governo do PSD relativamente ao sector público energético: emagrecer, desmembrar, privatizar».

No comunicado, a célula do PCP nesta empresa pública

caracteriza a política de recuperação financeira da EDP na perspectiva deste governo em cinco pontos. «Sanear todos os que de algum modo estiveram comprometidos com a formação da EDP; alienar patrimónios para realizar capital financeiro e alienar actividades; reduzir os investimentos realizados pela empresa; reduzir drasticamente os quadros de pessoal; e obrigar os devedores, particularmente as Câmaras Municipais, a saldarem as suas dívidas».

Em relação a este último ponto, afirmam os comunistas na EDP ser «sintomático que o actual Governo, na sua política pseudo-moralizadora, denuncie e exija que as câmaras devedoras paguem à EDP, enquanto ele próprio não providencia para que se reforcem os capitais próprios da empresa e, mais grave, não cumpra os compromissos de encargos que assumiu, por exemplo, no caso da Câmara do Porto».

«Os trabalhadores — salienta o comunicado — devem estar na primeira linha do combate à má qualidade de serviço, aos abusos e corrupção. Todas as anomalias, desleixos e acidentes na prestação do serviço, pelos quais os clientes se sintam lesados, só contribuem para facilitar os ataques que a direita move contra a empresa».

Finalmente, conclui a célula do PCP na EDP, «os trabalhadores devem unir-se em torno

das suas estruturas representativas, vencendo o comodismo, o medo, o oportunismo e as várias barreiras político-ideológicas, resistindo à corrosão e à desorientação que os adversários da EDP gostariam de ver instalados no espírito dos trabalhadores. O desmembramento e privatização da EDP seriam antes de tudo um grave atentado à racionalidade, aos interesses técnico-económicos do País e ao bem-estar das populações».

## Setúbal

## Concelho merece melhor

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP reuniu-se recentemente para analisar a gestão autárquica PS/PSD naquela cidade, tendo concluído que «Setúbal merece melhor» e que por isso «é necessário mobilizar todos os esforços, alargando a unidade para proporcionar a Setúbal o que Setúbal merece».

No comunicado divulgado no final da reunião, a Comissão Concelhia do PCP diz o porquê desta sua afirmação, chamando a atenção para aspectos sectoriais da política

autárquica do PS/PSD, em contraponto com os «avanços conseguidos nos pelouros do trânsito e da electrificação», da responsabilidade dos eleitos da CDU.

Chama o comunicado a atenção para «a situação extremamente degradada da higiene e limpeza do concelho, mesmo em zonas centrais como os bairros do Salgado e do Liceu, assim como em logradouros de outros bairros e zonas periféricas como Azeitão, Pontes ou Monte Belo».

Atenção ainda para «a elaboração anárquica de projectos que feitos sem os devidos cuidados, podem conduzir à destruição parcial de obras de vulto». Um caso é citado, o da Praça do Bocage.

Outros exemplos da má gestão autárquica da coligação PS/PSD são apontados neste comunicado da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP. A fraca concretização de empreendimentos dos investimentos programados na área do saneamento básico e do abastecimento de água, a

diminuição substancial das verbas para os investimentos com equipamentos urbanos e ainda a discriminação de trabalhadores e a promoção de outros com base em critérios político-partidários.

Factos que são tanto mais graves, quanto a Câmara Municipal de Setúbal foi dos ramos municípios que viu um aumento das suas verbas resultante da nova Lei das Finanças Locais.

Daí a conclusão de que «Setúbal merece melhor».

## Évora

## Reestruturação administrativa

O PCP, por intermédio do seu grupo parlamentar, entregou na Assembleia da República um projecto de lei sobre a reestruturação administrativa de Évora. Em brochura agora publicada, os comunistas explicam à população quais os objectivos da proposta.

E afirmam que «o crescimento constante da nossa cidade, exige um reordenamento administrativo» que visa «melhorar a gestão democrática e a estrutura administrativa aproximando-a das populações, e facilitar o rela-

## PCP protesta contra «Jornal de Sábado»

A SIP divulgou segunda-feira passada uma nota de imprensa onde se faz eco de uma carta dirigida pelo PCP ao director de informação da RTP. Uma carta onde, «no legítimo exercício de um direito democrático», se protesta contra o teor de uma peça transmitida no «Jornal de Sábado» da RTP/1 na rubrica Dossier a propósito da última reunião do Comité Central do PCP.

Na referida carta, o PCP sublinha que, na referida peça, as «reais decisões e resoluções aprovadas» na reunião do CC do PCP «foram praticamente submergidas por uma extensa série de especulações, muitas das quais situando-se na esfera da pura intriga e de ostensiva intoxicação da opinião pública».

O PCP considera ainda assumir «particular gravidade o facto de na referida intervenção da jornalista sem que ao PCP

ou às suas estruturas para o efeito competentes tenha sido antecipadamente dirigida qualquer consulta ou pergunta se ter atribuído a uma próxima reunião do CC, a realizar em Agosto, não apenas uma pretensa ordem de trabalhos como igualmente pretensas futuras decisões concretas sobre questões da vida interna do PCP, incluindo a «suspensão» de seis militantes que se chega ao ponto de expressamente nomear».

Lamentando que, mais uma vez, «nos serviços informativos da RTP elementos de carácter noticioso surjam fraudulentamente embrulhados e compaginados com comentários, especulações, falsidades e interpretações», o PCP reclamou da RTP/1 «a rectificação de critérios» que, em sua opinião, «colidem com elementares princípios deontológicos e com o direito dos telespectadores a uma informação isenta e objectiva».

## Beja

## Carta de intenções e reivindicativa

No distrito de Beja, «o tecido social e empresarial está de tal forma fragilizado e a estagnação económica é tão acentuada, que se impõe a conjugação dos esforços das forças políticas democráticas, do Poder Local, dos sindicatos, dos agentes sociais, económicos e culturais do distrito na elaboração de estudos e propostas que possibilitem o aproveitamento dos recursos existentes e a captação de financiamentos nacionais (Estado, sector privado e cooperativo) e comunitários». Esta uma das conclusões saídas do encontro sobre o desenvolvimento económico e social para o distrito de Beja — que se realizou em Maio deste ano promovido pela Comissão Distrital de Beja do PCP — e agora publicadas sob a forma de uma «Carta de Intenções e Reivindicativa».

Este documento analisa as permissas necessárias para uma política de desenvolvimento económico, para uma política de justiça social e para uma política de qualidade de vida, concluindo que «as políticas de direita e social-democratas conduziram o

distrito a uma situação de tal modo grave, que se impõem atitudes e medidas adequadas para estancar a tendência de desertificação económica e social, resolver a crise estrutural e abrir o caminho para o progresso».

Os resultados da política seguida para o distrito são visíveis: «38 por cento de analfabetos, 27 por cento de desempregados, 25 por cento da população com mais de 60 anos e a ausência de formação profissional qualificada. São indicadores que falam por si e dispensam comentários acerca dos resultados a que conduziram na nossa região a política de abandono do fascismo e mais recentemente as alianças do PS com o PSD e o CDS e os governos PSD».

### Rejeição e reivindicação

Na Carta de Intenções e Reivindicativa para o desenvolvimento económico e social do distrito de Beja, a afirmação de que se rejeita «qualquer modelo de desenvolvimento que assente na

exploração dos trabalhadores e dos agricultores e no baixo nível de vida material e cultural das populações».

A rejeição também dos pacotes laboral e agrícola que agravariam a situação na região, designadamente com a destruição completa das UCP's/Cooperativas, com a asfixia das explorações dos pequenos agricultores, rendeiros e seareiros, e ainda a quebra da produção, o aumento do desemprego e da instabilidade no trabalho.

E as reivindicações. O constatar de que «se faz sentir cada vez mais a ausência de um poder regional democrático (regionalização) e a inexistência de políticas concretas, planificadas e integradas de desenvolvimento regional».

E a necessidade da «coordenação de uma política nacional de desenvolvimento, planificada, divulgada e participada, com objectivos de desenvolvimento». Uma necessidade que é fundamental «para que todos os intervenientes possam conhecer e participar nas diversas fases de execução».

com o actual surto de crescimento e desenvolvimento e com a classificação do seu Centro Histórico como Património Cultural».

Com a proposta de lei que o PCP levou à Assembleia da República, Évora ficará com oito freguesias, em vez das cinco actuais. As freguesias de Santo Antão, São Mamede e Canaviais continuarão a existir, sendo que no caso da de Canaviais, os seus limites serão ajustados. O objectivo, uma vez mais, é o de servir cada vez melhor a população.

## Assembleia da República

### Sessão legislativa termina com escândalo

# PSD propõe e aprova aumento de 36% para titulares de cargos políticos

Na véspera do termo do primeiro ano da presente Legislatura, um escândalo veio juntar-se à obsessiva lufa-lufa que contagiou a maioria ao pretender ver aprovados a todo o custo um conjunto de leis susceptíveis de introduzir profundas alterações institucionais e estruturais: a sua súbita decisão de impor um desmedido aumento de 36 por cento para os titulares de cargos políticos.

Tudo se passou fez ontem precisamente uma semana, durante uma reunião da 1.ª Comissão, oportunidade escolhida pelos deputados da maioria para propor o referido aumento que em números redondos e em média anda na casa dos 36 por cento, isto quando anteriormente, recorde-se, os mesmos deputados haviam considerado suficiente o aumento de 6,5 para a Função Pública.

Para Carlos Brito, líder da bancada comunista — de quem partiu a iniciativa de denunciar publicamente este caso — a situação assume contornos escandalosos e chocantes, descobrindo em sua opinião o farisaísmo do Governo que de há uns meses a esta parte vinha dissimulando a questão — assinala-se que sob a capa de moralização e de uma alegada postura de Estado o Exe-

cutivo chegara mesmo através de proposta de lei a propor um aumento médio de 13,5 por cento — para agora, num ápice, lançar este chorudo aumento, autêntico golpe destinado a passar, como salientou Carlos Brito, no meio da confusão gerada em torno dos numerosos diplomas submetidos à votação no final dos trabalhos da sessão legislativa.

#### Final grotesco

Para os parlamentares comunistas esta foi sem dúvida a «chave mais adequada para este final de sessão legislativa», cujo seu último dia de trabalhos em Plenário ficou ainda assinalado pela circunstância grotesca como referiu Carlos Brito, de pela manhã serem submetidos à votação na especialidade di-

plomias de grande complexidade como a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu ou a proposta de lei da Carreira Diplomática para depois, no mesmo dia, à tarde, serem sujeitos à votação final global.

Tal atitude, do ponto de vista do PCP, não é para causar estranheza e resulta em sua opinião do plano cavquista de sublaternização da Assembleia da República e «esvaziamento das suas competências, com a monopartidarização do seu funcionamento e gestão e a asfixia do debate democrático parlamentar».

Assim se explica pois, de acordo com as palavras do deputado comunista, que temos vindo a respigar da declaração política que proferiu faz hoje oito dias, que no plano interno da Assembleia a sessão legislativa tenha ficado «negativamente marcada» por processos «sectários e autoritários» de alterações do Regimento e da Lei Orgânica, através dos quais a maioria «reduziu a possibilidade de intervenção dos partidos da oposição, eliminou o agrupamento parlamentar da ID e limitou o exercício das

competências fiscalizadoras da Assembleia».

Entre os traços mais característicos da vida parlamentar neste período ressalta ainda, na perspectiva do PCP, a «marginalização da Assembleia em relação ao processo de integração na CEE; o recurso abusivo por parte do Governo às autorizações legislativas; a inviabilização sistemática por parte da maioria das iniciativas da oposição, designadamente projectos de lei e inquéritos parlamentares; a paralisação de comissões e sub-comissões parlamentares de presidência PSD».

#### Antecipação inconstitucional de revisão

Esclarecedor do nível de governamentalização a que o Parlamento foi sujeito é ainda a produção legislativa registada, verificando-se que dos 53 diplomas aprovados apenas oito tiveram origem em projectos de lei apresentados por deputados enquanto que 45 decorreram de propostas de lei apresentadas pelo Governo.

Este facto não é aliás alheio ao próprio conteúdo

da legislação aprovada, lembrando a este respeito Carlos Brito que toda a sessão legislativa «foi dominada pela estratégia governamental de antecipação inconstitucional da revisão da Constituição através de sucessivos «pacotes» num quadro generalizado de afrontamento não apenas com os partidos da oposição mas também dos outros órgãos de soberania e instituições democráticas».

«Esta estratégia vai traduzir-se seguramente na obtenção do espectacular mas tristíssimo recorde do maior número de declarações de inconstitucionalidade de sempre», lembrou Carlos Brito para logo advertir que «esta sessão legislativa ficará também para a história como aquela que produziu um maior número de leis que pela sua evidente inconstitucionalidade tiveram que ser submetidas a fiscalização prévia», sendo seguidamente declaradas inconstitucionais em parte ou no todo.

O líder parlamentar do PCP chamou também a atenção do hemiciclo para a circunstância de o Governo ao mesmo tempo que esqueceu todas as promessas elei-

torais que apontavam para a melhoria das condições de vida do povo português ter encaminhado a totalidade das suas energias no sentido da transferência para grupos económicos nacionais e estrangeiros de meios de produção e riquezas públicas, acção que desenvolveu simultaneamente também a par da «redução drástica dos direitos dos trabalhadores e no reforço ou na criação de novos mecanismos de controlo e manipulação da comunicação social e da opinião pública».

Fazendo o ponto à situação em que se encontra o processo de revisão constitucional, Carlos Brito manifestou por último a preocupação do PCP quer pelos «acordos que estão a ser negociados entre o PSD e o PS» quer pelo papel secundário para que está a ser relegada a Comissão Eventual da Revisão, colocando-a, tal como toda a Assembleia, «no mero papel de registo notarial de soluções discutidas, avaliadas, sopesadas e combinadas noutro lado, não pela generalidade da representação do País mas apenas por dois partidos».

## Lei de Bases da Reforma Agrária

# PSD e CDS votam reconstrução do latifúndio

A Assembleia da República encerrou para férias, mas antes deixou ao País mais uma lei que é um verdadeiro atentado a importantes princípios consagrados na Constituição da República. Trata-se da Lei de Bases da Reforma Agrária, aprovada com os votos do PSD e do CDS, com o repúdio de todos os partidos da oposição e dos mais diversos sectores da opinião democrática. Como afirmou em declaração de voto o deputado comunista Lino de Carvalho, que a seguir transcrevemos, trata-se de uma lei que «não serve nem a agricultura, nem a democracia», contra a qual «os trabalhadores irão certamente continuar a lutar».

A Proposta de Lei n.º 31/V intitulada Lei de Bases da Reforma Agrária que entrou nesta Assembleia ferida gravemente de inconstitucionalidade sai dela constitucionalmente moribunda, face às alterações introduzidas pela mão

do PSD em sede de especialidade.

As novas tabelas e critérios aleatórios de pontuação para as áreas sobcoberto das plantações agrícolas e povoamentos florestais; o desaparecimento dos já por si limitadíssimos

condicionalismos constantes do texto original em relação ao fim dos indivisos; a aberração jurídica e o convite à fraude que constitui a alteração introduzida quanto às sociedades, onde, aliás, se mantém o princípio do texto inicial da proposta de lei do Governo de que as reservas serão tantas quantas as quotas ou participações no capital social das sociedades; o agravamento da redacção do artigo 47.º quanto aos pressupostos da suspensão da eficácia do acto recorrido confirmando de uma forma mais acentuada que, na prática, em caso algum os tribunais administrativos poderão decretar a suspensão de entregas de reservas por mais ilegais que estas

sejam, as alterações no art.º 29.º quanto à reversão, impedindo na prática, a execução dos 531 acórdãos dos 574 favoráveis aos trabalhadores, todas estas relevantes alterações vieram agravar o carácter inconstitucional da proposta de lei e tornar ainda mais indeterminado o limite máximo para o número e a área das reservas que podem ser atribuídas ao abrigo desta lei, que quanto a estes artigos de tão mau que são tiveram inclusivamente a abstenção de deputados do PSD com declaração de voto onde afirmam que os dispositivos aprovados podem «levar à concentração indevida da propriedade».

#### Inconstitucionalidade global

E nem se salvaram, na especialidade, aqueles poucos casos das 23 UCP's/Cooperativas e alguns pequenos agricultores que exploram terra expropriada ou nacionalizada com contratos celebrados com o Estado. A introdução, com os aplausos do CDS, de uma alínea c) ao n.º 2 do artigo 28.º, permitindo que mesmo nesses já por si limitadíssimo número de casos possam ser demarcadas reservas, com a expulsão de agricultores e trabalhadores, deita por terra os últimos resquícios da propaganda do Governo e do PSD.

A Proposta de Lei do Governo sai, assim, com o direito absoluto de propriedade em relação ao direito de exploração ainda mais privilegiado; com o objectivo de liquidação da Reforma Agrária e reconstituição do latifúndio ainda mais claro; com a sua inconstitucionalidade ainda mais agravada.

**Inconstitucionalidade que é global** porque toda a lei inverte o sentido do texto constitucional quanto a esta matéria seja no que se refere aos artigos 81.º-h), 83.º, 96.º, 97.º e 99.º-2 seja quanto aos artigos 13.º-1, 20.º-2 e 268.º da CRP.

O projecto constitucional em matéria de Reforma Agrária e de Direitos, Liberdades e Garantias, sobretudo do direito ao recurso contencioso, é assim, pura e grosseiramente destruído.

#### O repúdio generalizado

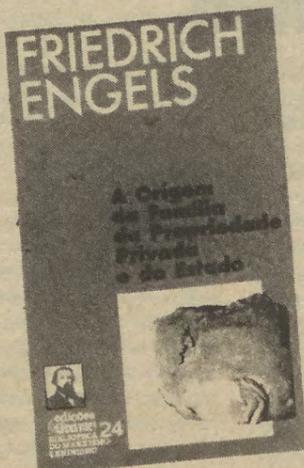
Apesar de ter contra a lei todos os partidos da oposição, com a única excepção do CDS, as opiniões de reputados constitucionalistas e especialistas dos mais diferentes quadrantes; as posições de diferentes sectores da opinião democrática, incluindo de sectores ligados à Igreja Católica como a Comissão Nacional de Justiça e Paz; Apesar de mesmo dentro do PSD e de círculos que lhe

são afectos, designadamente no Alentejo, haver vozes preocupadas e discordantes quanto a esta proposta de lei;

Apesar da oposição claramente manifestada pelos trabalhadores por organizações de agricultores, por estruturas e trabalhadores da Reforma Agrária, pelo Movimento Sindical, o PSD, com o apoio do CDS aprovou esta Lei negregada, desestabilizadora, que não serve nem a agricultura, nem a democracia, nem o País e é profundamente inconstitucional.

O PCP, ao apresentar 16 propostas de alteração na especialidade das quais só uma com algum relevo — referente aos frutos pendentes — obteve vencimento procurou ainda na especialidade impedir ou limitar as malfetorias da Lei, não o conseguindo porque encontrou pela frente a barreira do PSD malgrado algumas posições algo mais flexíveis e moderadas exprimidas a título individual por alguns deputados da maioria.

Os trabalhadores irão certamente continuar a lutar e o PCP usará ainda, se necessário, todos os meios constitucionais ao seu alcance para que este decreto agora aprovado não se transforme em Lei da República, porque a Reforma Agrária é precisa ao País e é instrumento necessário ao desenvolvimento da nossa agricultura e da melhoria das condições de vida de quem trabalha na terra.



#### Friedrich Engels A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

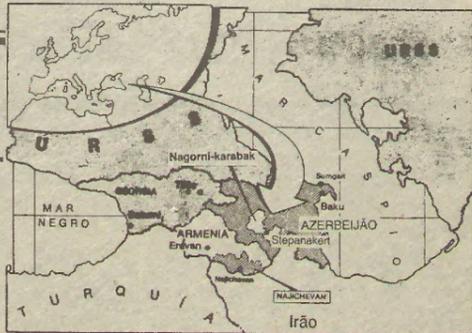
Segundo a concepção materialista, o momento em última instância determinante na história é a produção e reprodução da vida imediata. Esta é, no entanto, por sua vez também, de dupla espécie. Por um lado, a produção de meios de vida, de objectos, de alimentação, vestuário, habitação e dos instrumentos necessários para isso; por outro lado, a produção dos próprios homens, a reprodução da espécie.

Friedrich Engels

Internacional

# Nagorni-Karabak

# A difícil equação do nacional e multinacional



O Presidium do Soviete Supremo da URSS «considera impossível alterar as fronteiras e a divisão territorial nacional da República Socialista Soviética do Azerbaijão e da República Socialista Soviética da Arménia, estabelecida com base na Constituição», nos termos da qual «o território da República Federada não pode ser alterado sem o seu consentimento». A resolução do Soviete Supremo adianta que «qualquer outra decisão seria contrária aos interesses fundamentais dos povos de ambas as Repúblicas, prejudicando seriamente as relações entre as nacionalidades nesta região». Esta, em síntese, o fundamental da decisão assumida pela sessão do Soviete Supremo dedicada à discussão da situação criada em Nagorni-Karabak.

A região de Karabak havia pedido a sua integração na República da Arménia. Integração aprovada pelo Soviete Supremo da Arménia e recusada pelo Soviete Supremo do Azerbaijão, República em que esta região autónoma, de maioria arménia, actualmente se encontra integrada.

A decisão aprovada pelo Presidium do Soviete Supremo da URSS, assinala ainda que a actual situação se formou na sequência da falta de resolução na região, e durante um longo período, de muitos problemas referentes aos interesses nacionais da população arménia, sobretudo nas esferas da cultura, educação e política de quadros. E ainda da violação de direitos constitucionais da região autónoma.

Como **passos concretos**, para superação da difícil situação criada, o presidium do Soviete Supremo decidiu enviar para a região representantes seus, que deverão participar na implementação do programa de desenvolvimento socioeconómico aprovado em Março último.

Também o Conselho de Ministros da URSS e os órgãos de poder local são encarregados de tomar as medidas necessárias para **garantir a observância da Constituição e das leis soviéticas** e impedir «a actividade orientada para a instigação da inimizade entre as nacionalidades e as tentativas de utilizar os direitos democráticos com objectivos antidemocráticos».

O debate continua. Uma comissão especial do Soviete das Nacionalidades vai estudar as questões formuladas e apresentar propostas.

## Problemas difíceis

Na sua intervenção na sessão especial do Presidium do Soviete Supremo, Gorbachov destacou nomeadamente três questões. A dimensão nacional assumida pela gravidade da situação que se vive em Nagorni-Karabak. Os problemas que estão na sua raiz, das falhas por parte dos órgãos estatais ainda na etapa inicial da formação da União Soviética aos problemas que a região hoje defronta. E ainda, o aproveitamento com fins antidemocráticos dos direitos democráticos e as novas condições criadas pela *perestroika*.

Neste grande esforço de

superação de problemas reais, que há entretanto quem se empenhe em que desembogue em becos sem saída, não se regista ainda qualquer viragem da situação. Prosseguem greves e manifestações. Surgem problemas de abastecimento à população e de forragens para o gado. O «Pravda» indica que têm vindo a ser apreendidas armas. E que aumentou o número de casos de doenças nervosas na região.

Os reflexos estão naturalmente a ultrapassar as fronteiras destas Repúblicas. As consequências económicas atingem, por exemplo, a indústria ucraniana.

A tensão criada está a provocar fluxos migratórios entre as Repúblicas da Arménia e do Azerbaijão. Dados oficiais indicam que desde Fevereiro até hoje regressaram a esta República mais de 4 mil famílias azerbaijãs, que residiam na Arménia, enquanto mais de um milhar e meio de famílias arménias, que habitavam diferentes regiões do Azerbaijão, pediram autorização de residência aos Sovietes distritais da Arménia. Um facto que

naturalmente coloca questões de ordem muito prática, no domínio do alojamento e de postos de trabalho. Mas que sobretudo alerta de forma particular para a necessidade de preservar um valor fundamental — a amizade e coesão entre os povos da URSS.

## Uma questão que vem detrás

Nagorni-Karabak — região de maioria arménia, encravada numa zona de população azerbaijã, a actual República do Azerbaijão — foi fulcro de violentos conflitos inter-étnicos e religiosos ao longo da História. Em 1918-20, praticamente em vésperas da instauração do regime soviético nas duas Repúblicas, uma guerra fratricida, desencadeada por grupos nacionalistas reaccionários, levou à morte de um quinto da população de Karabak.

Já no processo de implantação dos Sovietes, a decisão de integração de Nagorni-Karabak no Azerbaijão arrastou-se até 1923. De entre as razões dessa decisão parece dominar as condições de desenvolvimento da região que o Azerbaijão poderia proporcionar. Para preservar as características nacionais dos arménios, é conferida à região autonomia no âmbito do Azerbaijão.

A questão veio a ressurgir por diversas vezes, argumentando-se sempre com a maioria arménia de Karabak. O que só por si dificilmente poderá ser invocado. Basta referir que nas zonas limítrofes da Arménia, Geórgia e Dague-

stão, há regiões com nítida preponderância de população azerbaijã.

E bem se sabe — como a experiência de muitos países indica — que tais reivindicações e «guerras» seriam possíveis por toda a parte. Em geral com consequências bem negativas.

Mas há um outro factor a ter em conta, e que a própria realidade soviética favoreceu: o carácter multinacional da realidade do país. Não só na Constituição. Não só por força das suas mais de cem nações e etnias. Mas no quotidiano das famílias, dos colectivos de trabalho.

## São mais de cem

Os trabalhadores da fábrica «Bakkonditioner», em Baku, Azerbaijão, pertencem a 36 nacionalidades. Um exemplo simples e concreto do que é hoje a realidade soviética. E do que tal realidade exige — mais ainda em face de distorções e problemas acumulados — de esforço, para que nenhum prejuízo seja causado à coesão de tantos povos, no respeito da especificidade de cada um.

Trata-se aqui de mais de cem nações e etnias, mais de 160 línguas diferentes (para muitas delas a escrita só foi realidade depois da Revolução de Outubro). E ainda 55 milhões de pessoas que vivem fora das zonas que corresponderiam à sua etnia.

Há grandes diferenças de homogeneidade entre as Repúblicas, enquanto o desenvolvimento económico e cultural tem conduzido a uma

acentuada mistura entre as populações. É crescente o número de casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes. O recorde pertence à Letónia, com 214 casamentos mistos em cada mil famílias. É no Azerbaijão (76 em cada mil) e na Arménia (40 em cada mil) que estes casamentos mistos são menos numerosos.

A homogeneidade étnica varia muito de República para República.

No Kasaquistão vivem cerca de 5 milhões de autóctones, em 16,4 milhões de habitantes, a Arménia conta com 3 milhões de nacionais, enquanto mais de um milhão de arménios vivem noutras regiões da URSS.

## A resposta

«O mais importante actualmente é concentrarmo-nos na tarefa de superar a situação e na solução dos problemas concretos económicos, sociais, ecológicos e outros no espírito da *perestroika*», afirmou Gorbachov na sua mensagem «aos povos da Arménia e do Azerbaijão», após os dramáticos acontecimentos de Fevereiro, que levaram à morte de 32 pessoas.

Em resposta aos problemas nacionais levantados, tem-se desenvolvido um intenso esforço de rápida solução dos problemas acumulados. No plano social e de desenvolvimento económico, e também ecológico. No plano político-ideológico. E, mesmo, com particular destaque — no plano cultural.

Entre as medidas já tomadas, relativamente ao desenvolvimento da região de Karabak, está, por exemplo, um aumento de ritmo na construção de habitação, no próximo quinquenato, de uma vez e meia. Como a região não dispõe de um número suficiente de empresas para satisfazer todas as necessidades dos jovens que saem da escola, serão construídas dez novas fábricas, assim como 14 unidades de produção agro-alimentar (queijos, carne, conservas, etc.). Ainda no plano do desenvolvimento socioeconómico, o programa prevê a duplicação da rede de estradas e importantes investimentos para a distribuição de água e gás nas localidades da região.

No plano cultural, o objectivo é que não haja diferenças para os arménios de Karabak, em relação aos habitantes da República da Arménia.

Os programas de televisão de Erevan serão difundidos na região, como os de Baku e Moscovo. Vão ser efectuados trabalhos de restauração dos monumentos da cultura arménia. Haverá em circulação um maior número de livros e publicações arménias. A partir deste ano as escolas e a universidade de Erevan vão passar a reservar lugares para os estudantes provenientes de Karabak.

Como afirmou Gorbachov no seu apelo de 27 de Fevereiro, «é tempo de tomar decisões ditadas pela razão». Há no entanto quem não pense assim. E que naturalmente tenta aproveitar esta difícil fase — em que pesam problemas acumulados, e as soluções avançadas ainda não deram o fruto.

# Coreia do Sul, país dependente

## Um mês de solidariedade

«Os trabalhadores e o povo do sul do país estão assim cada vez mais conscientes que, enquanto as tropas americanas continuarem na Coreia do Sul e não se registarem mudanças numa política favorável à divisão permanente do país, não é possível escapar às actuais tensões, à confrontação militar e à desenfreada exploração a que se entregam as sociedades multinacionais» — são palavras do Apelo da Federação Sindical Mundial, dirigidas aos trabalhadores e sindicatos de todos os países, por ocasião do mês de solidariedade com a Coreia.

O mês de solidariedade, que decorreu entre 25 de Junho e 27 de Julho, é uma iniciativa dos trabalhadores como forma de apoio «às lutas conduzidas com determinação pelos trabalhadores da Coreia do Sul para defender os direitos sindicais e as liberdades democráticas, assim como os esforços desenvolvidos pelo povo da Coreia pela reunificação pacífica do seu país».

Neste momento de solidariedade — pelo que assume

um carácter particularmente oportuno — foi divulgado o projecto do 4.º «Livro branco sobre os direitos do homem na Coreia do Sul», da autoria do Comité Internacional de Juristas para a democracia e os direitos do homem na Coreia do Sul (Comité criado em Paris em 1976).

Deste extenso trabalho, aqui reproduzimos alguns extractos.

**Violência ao serviço de quem?**  
«É verdade, a Coreia é

apenas um país entre outros a conhecer a violência política, económica e cultural, mesmo se a repressão é frequentemente de uma particular brutalidade (massacre de Kwangju, por exemplo).

«No entanto, esta violência não é apenas a expressão de um poder ditatorial querendo manter-se por todos os meios; ela é também o instrumento de estabilização de uma zona dita de «interesse vital» ao serviço da estratégia dos Estados Unidos, ela é sobretudo um «novo país industrial» onde as empresas ocidentais e japonesas podem realizar enormes lucros (mão-de-obra ainda barata, mercado interior em expansão, empréstimos no mercado financeiro internacional, *joint-ventures*, etc...).

«Além disso, certas organizações internacionais (como o FMI ou o Banco Mundial)

apresentam a Coreia como um verdadeiro modelo de «desenvolvimento», apesar do carácter «musculado» e «autoritário» que lhe é atribuído. (...) «A Coreia do Sul, pela sua política económica exógena, está profundamente inserida num mercado unificado e num conjunto político, dirigido pelos Estados Unidos e de que fazem parte os países da CEE, integrando democracias e ditaduras.

«Assim, a questão dos Direitos do Homem e das liberdades na Coreia do Sul não é uma questão «exótica» e longínqua que só secundariamente diga respeito aos europeus.»

«A subordinação à vontade política dos Estados Unidos é oficialmente justificada pela «ameaça» do Norte, e isso apesar de todas as propostas da República Popular Democrática da Coreia visando criar um clima de coexistência e

mesmo institucionalizar (com a proposta da Confederação de Koryo, salvaguardando a especificidade das duas partes). E ainda apesar da inexistência de uma presença militar soviética ou chinesa na parte Norte (a RPD da Coreia não é membro de nenhuma aliança militar). Para Seul, a «independência» consiste em estar integrado num bloco anticomunista, o que é uma concepção exclusivamente negativa e singularmente estreita de soberania, mas que corresponde perfeitamente aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. (...) Esta subordinação aos interesses estratégicos estrangeiros exprime-se pelo estacionamento permanente de 42 000 soldados americanos e de armas nucleares, pelas grandes manobras anuais «Team Spirit» e pela tutela directa de uma parte do Exército sul-coreano sob comando americano.

## Internacional

## África

# Processo de paz avança para Genebra

As conversações quadripartidas para a paz no Sudoeste de África prosseguiram nos passados dias 22 e 23 na Ilha do Sal, em Cabo Verde, com a reunião de delegações militares de alto nível de Angola, África do Sul e Cuba, bem como de um representante da administração norte-americana.

O encontro de Cabo Verde, de que não havia sido dado conhecimento prévio à imprensa, juntou os chefes de Estado-Maior de Angola, África do Sul e Cuba, respectivamente os generais António França «Ndlu», Jannie Geldenhuys e Ulisses Rosalá Deltoro, tendo os Estados Unidos, que actuam nestas conversações como medianeiros, estado representados por James Wood. Não foi divulgada a ordem de trabalhos do encontro, mas no comunicado distribuído no domingo refere-se que «durante a reunião houve uma troca de pontos de vista sobre a situação na África Austral, que prosseguirá na próxima reunião quadripartida, em Genebra, Suíça, em 2 de Agosto».

Embora colhendo de surpresa os meios políticos internacionais, o encontro de Cabo Verde inseriu-se na manifesta vontade de criar condições para um acordo de paz na região, aplanando as dificuldades previsíveis para a próxima reunião de alto nível, e surge na sequência lógica da ratificação, pelas partes envolvidas, do acordo elaborado pelos peritos em Nova Iorque, que reproduzimos na íntegra, em separado.

A manter-se este espírito, é de admitir que a Resolução 435/78 da ONU sobre a Namíbia venha a ser implementada na data prevista «se a África do Sul retirar rapidamente as suas tropas do território angolano e acabar a desestabilização através do apoio que concede aos bandos da Unita», como afirmou há dias o vice-ministro angolano Venâncio de Moura, em Harare.

Falando numa conferência de imprensa, no final de uma visita destinada a informar o presidente Robert Mugabe sobre os resultados das conversações de paz em Nova Iorque, o responsável angolano afirmou que a credibilidade da África do Sul na aplicação dos princípios para o estabelecimento da paz no sudoeste de África deverá ser julgada pela sua prática no futuro.

Na ocasião, Venâncio de Moura disse ainda que o secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, está informado sobre o estado das conversações e que as partes envolvidas na aplicação do plano da ONU, a SWAPO e a África do Sul, serão convocadas após acordar-se uma data definitiva para a implementação da Resolução 435/78.

No entanto, como sublinhou, existe ainda muito trabalho a realizar nas próximas conversações, que incidirão na interpretação dos 14 princípios de solução pacífica dos problemas da região e na sua conversão em acordos práticos a nível bilateral e multilateral.

«Há que ser realista sobre

esta questão», afirmou, recordando que todos os acordos terão a supervisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a instauração da paz na região.

Venâncio de Moura referiu-se ao facto de o acordo de Nova Iorque não mencionar a questão da retirada das tropas sul-africanas de Angola, salientando que, com a implementação da resolução sobre a Namíbia, prevendo a instalação de uma força internacional na região, a África do Sul, querendo ou não, terá de abandonar o território angolano, pois não poderá ter tropas estacionadas entre a força da ONU.

Nas últimas conversações, salientou, «obtivemos garantias da África do Sul de respeitar a Resolução 602 da ONU» (retirada das tropas sul-africanas de Angola).

Referindo-se à questão da Unita, o governante angolano rejeitou categoricamente qualquer possibilidade de reconciliação com esta organização que está ao serviço da África do Sul. Não deixou no entanto de lembrar a política de clemência em vigor há dez anos em Angola e que tem beneficiado os que aceitaram reintegrar-se na sociedade angolana.

Quanto a Savimbi, Venâncio de Moura disse que se trata de «um mercenário», e que, «se um dia tiver a coragem de regressar ao país, será o povo angolano a proclamar o seu veredicto».

«Não queremos no nosso governo representantes do *apartheid* e por isso rejeitamos qualquer negociação com a Unita», salientou.

Referindo-se à próxima ronda de negociações, em Genebra, Venâncio de Moura reafirmou a flexibilidade angolana que tem contribuído para o avanço do processo de paz, mas salientando que a soberania nacional, independência e integridade territorial serão factores a preservar a todo o custo pela República Popular de Angola.

## O acordo de Nova Iorque

**A** — Implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU. As partes deverão acertar e recomendar ao secretário-geral da ONU uma data para o início da implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU.

**B** — Os Governos da República Popular de Angola e da República da África do Sul deverão, em conformidade com as disposições da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, cooperar com o secretário-geral a fim de assegurar a independência da Namíbia, através de eleições livres e justas, abstendo-se de qualquer medida que possa impedir a aplicação da referida Resolução.

**C** — Movimentação para Norte e retirada por etapas e total das tropas cubanas do território da RPA, na base de um acordo RPA-Cuba, tendo ambos os Estados decidido solicitar a verificação «in situ» dessa retirada pelo Conselho de Segurança da ONU.

**D** — Respeito pela soberania, igualdade soberana e independência dos Estados e pela integridade territorial e inviolabilidade das fronteiras.

**E** — Não ingerência nos assuntos internos dos Estados.

**F** — Abstenção de ameaça ou utilização da força contra a integridade territorial e independência dos Estados.

**G** — Aceitação da responsabilidade dos Estados em não permitirem que os seus territórios sejam usados para actos de guerra, agressão ou violência contra outros Estados.

**H** — Reafirmação do direito dos povos da região do Sudoeste de África à autodeterminação, independência e igualdade de direitos.

**I** — Verificação e controlo da aplicação das obrigações resultantes dos acordos que vierem a ser celebrados.

**J** — Compromisso a cumprir de boa-fé as obrigações assumidas nos acordos que vierem a ser celebrados e de resolver os diferendos por via negocial.

**K** — Reconhecimento do papel dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU como garante da implementação dos acordos que vierem a ser celebrados.

**L** — Direito de cada Estado à paz, ao desenvolvimento e ao progresso social.

**M** — Cooperação africana e internacional para solução dos problemas do desenvolvimento da região do Sudoeste de África.

**N** — Reconhecimento do papel mediano do governo dos Estados Unidos da América.

## Mensagem do PCUS ao CC do PCP

O Comité Central do Partido Comunista da União Soviética enviou ao Comité Central do PCP a seguinte mensagem:

Camaradas:

O Comité Central do Partido Comunista da União Soviética agradece cordialmente os votos de amizade, expressos na saudação enviada

pelo CC do PCP ao CC do PCUS por ocasião da realização da XIX Conferência Nacional do PCUS. Encaramos essa saudação como mais uma prova de que a linha estratégica, seguida actualmente pelo PCUS com vista à renovação revolucionária da sociedade socialista, a ampliação e o aprofundamento da democracia socia-

lista, a implementação consequente dos princípios do novo pensamento na política externa do nosso Estado, a luta tenaz pela prevenção do perigo nuclear e pela sobrevivência da humanidade — goza da simpatia e do apoio das vastas camadas da opinião pública mundial.

Gostaríamos de assegurar aos camaradas portugueses

a invariabilidade da linha que escolhemos, a nossa determinação de lutar pela paz, amizade e cooperação entre os povos.

Comité Central do Partido Comunista da União Soviética

## Saudação do PCP ao PVP da Costa Rica

Realizou-se de 22 a 24 de Julho o XVI Congresso do Partido da Vanguarda Popular da Costa Rica. Assinalando o acontecimento, o Comité Central do PCP enviou ao PVP da Costa Rica a seguinte saudação:

Queridos camaradas

Por ocasião do XVI Congresso do Partido da Vanguarda Popular da Costa Rica, transmitimo-vos as calorosas e fraternas saudações dos comunistas portugueses. Fazendo votos

pelos melhores êxitos dos trabalhos do vosso Congresso no interesse da classe operária, dos trabalhadores e do povo costarriquense, do fortalecimento do papel dos comunistas na vida da Costa Rica e da luta libertadora dos povos da América Central contra o imperialismo norte-americano, pela liberdade, o progresso social e a paz.

Saudações fraternais.

O Comité Central do Partido Comunista Português

«A 27 de Junho deste ano começou a funcionar na União Soviética a primeira central eléctrica atómica. Pela primeira vez no mundo a energia eléctrica passou a ser produzida a partir do minério de urânio (de que o nosso país é rico), abrindo assim um novo caminho e novas possibilidades industriais a toda a humanidade.

Como era de esperar, a imprensa reaccionária ocultou cuidadosamente este acontecimento histórico aos seus leitores!

A primeira central atómica soviética tem uma potência de 5 000 KW, mas vão ser instaladas centrais com uma potência de 50 000 a 100 000 KW, que consumirão umas escassas centenas de gramas de minério de urânio por dia! Um quilo de urânio produzirá nestas centrais 20 milhões de KWH (ou seja o equivalente à produção da central do Castelo do Bode durante um mês!). Possibilidades imensas de produção de energia barata se abriram assim para os povos da URSS.

Enquanto os criminosos fomentadores de guerra americanos estudam novas e terríveis armas atómicas de destruição de vidas e de bens, os povos da URSS, que amam a paz e constroem activamente a nova sociedade comunista, põem a energia atómica ao serviço da humanidade, duma vida cada vez mais bela.»

«A energia atómica ao serviço da humanidade na União Soviética» — «Avante!», VI Série, n.º 189, Julho 1954)

**AVANTE!** PROLETARIADO DE TODOS OS PAÍSES UNIDOS!

«Para a paz no mundo e a segurança das nações é imprescindível uma amigável cooperação entre as grandes potências. A divisão dos grandes vencedores é a maior esperança do fascismo batido na guerra e é o objectivo da acção de intriga e provocação da reacção mundial. Daqui resultam os desesperados esforços de todas as forças reaccionárias do mundo para separar as Nações Unidas, para impedir um bom entendimento nas questões fundamentais da política internacional.

A tentativa de criação de um bloco «anglo-saxónico» dentro da ONU, opondo-se sistematicamente à URSS, procurando fazer prevalecer «por maioria» soluções de problemas para as quais um entendimento é fundamental — uma tal tentativa, inspirada pelos fomentadores de guerra, é susceptível de criar gravíssimas dificuldades entre as grandes potências e mesmo de comprometer a cooperação internacional, condição indispensável para a paz.

À base de uma tal política procurara-se salvar na Alemanha ocidental as raízes do nazismo.

À base de uma tal política de divisão entre os grandes vencedores da guerra, a reacção procura salvar os regimes fascistas de Salazar e Franco. À base de uma tal política procuram manter-se forças nazis em armas na zona britânica de ocupação, não se desmobiliza o exército reaccionário de Anders, animam-se nos Balcãs os restos organizados do fascismo. À base de uma tal política procura-se prejudicar a solução amigável das dificuldades internacionais.

Pedem a abolição do direito de «veto» aqueles que procuram substituir o entendimento pela imposição. Nas condições presentes, o direito de «veto» é uma absoluta necessidade para a defesa da paz e da segurança.»

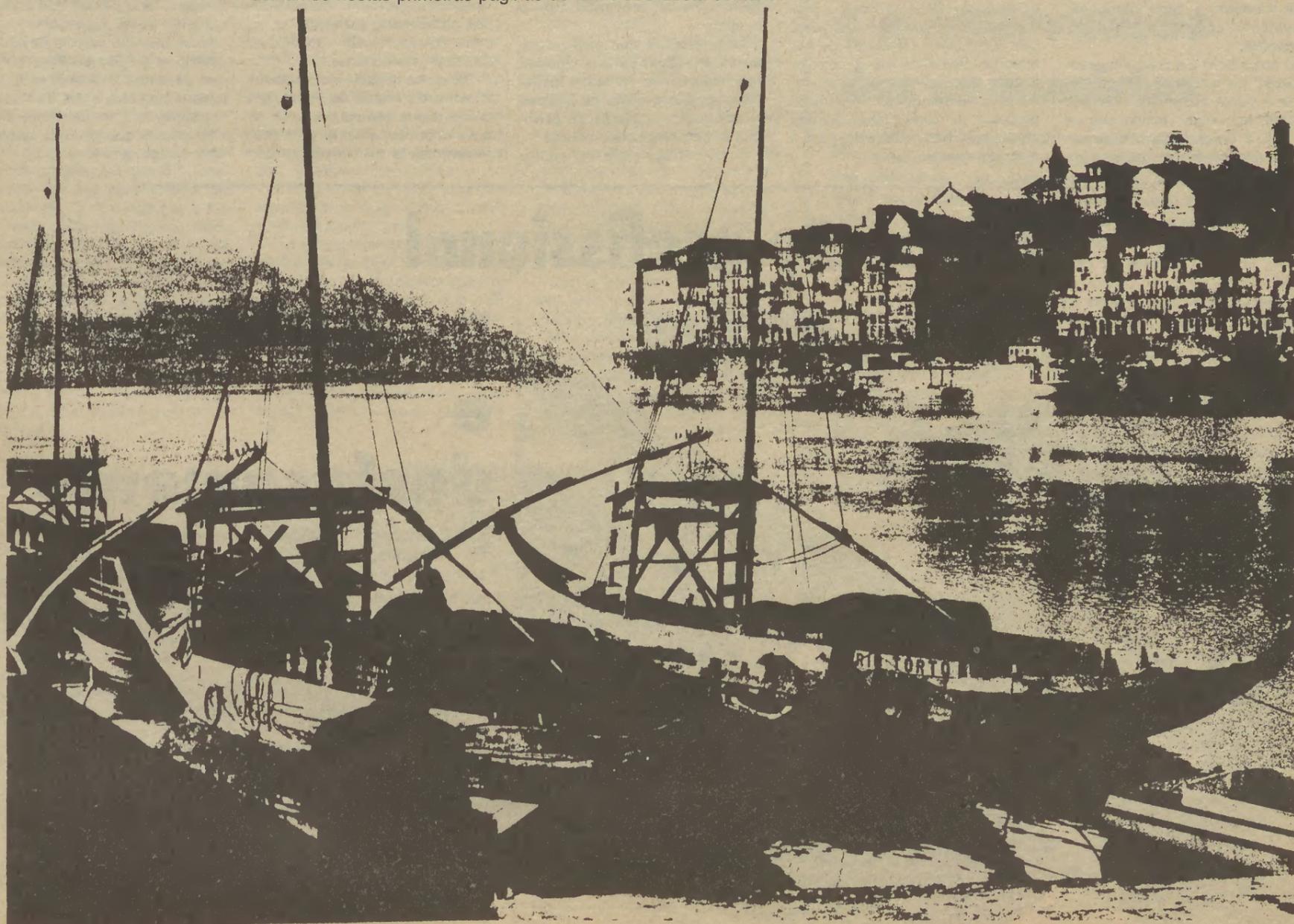
«Cooperação Necessária» — «Avante!», VI Série, n.º 91, 2.ª Quinzena Julho 1946)

## PORTUGAL e a CEE

### Os novos termos em que se colocam muitos dos problemas que eram e são do distrito do Porto

**D**ois anos e meio após a adesão de Portugal à CEE, a DORP do PCP considera necessário não só, nem principalmente, comprovar a análise que justamente fundamentou a posição do PCP contra a integração de Portugal na CEE, mas sobretudo analisar os novos termos em que muitos dos problemas que eram e são os do distrito do Porto hoje se colocam.

Esta é a proposta de análise e reflexão que a Direcção Regional do Porto avança numa tomada de posição recentemente divulgada junto da Comunicação Social. A questão do desenvolvimento económico do distrito para o progresso social; os recursos humanos; os financiamentos decorrentes da integração na CEE; e o essencial da análise que aquela Direcção Regional faz hoje sobre a situação do distrito no quadro da integração e a consequente intervenção dos comunistas — são os temas desenvolvidos pela DORP, que aqui deixamos nestas primeiras páginas do **Em Foco** desta semana.



## O distrito do Porto e a CEE



# Desenvolvimento para o progresso

## Nem tudo (longe disso...)

### são rosas...

#### • Alguns sectores industriais em análise

**E**m primeiro lugar, a questão do desenvolvimento económico do distrito para o progresso social. Trata-se de analisar em concreto como estão a reagir os sectores em que assenta a base industrial do distrito.

Como estão ou não a concretizar-se as expectativas, em grande medida positivas, que eram alimentadas pelos sectores mais fortes da indústria, como sejam os têxteis, confecções, calçado, curtumes, mobiliário e madeiras. Como estão a surgir novos projectos nos sectores tradicionais. E que projectos industriais aparecem em novos sectores. Se está a haver ou não diversificação da base industrial. O que se passa em concreto com sectores de forte representação no distrito como o das máquinas-ferramentas e o da fundição de metais. E qual é a evolução registada das actividades industriais de base — siderurgia, refinação de petróleo, metalomecânica pesada no distrito do Porto. Se estamos a assistir a um real desenvolvimento industrial ou pelo contrário, o crescimento industrial está a ser progressivamente extrovertido, quer pela dependência crescente da produção face a mercados externos, quer pela acrescida presença de capitais estrangeiros. E analisar também quem está a ganhar os mercados internos, nos diferentes ramos industriais.

Apesar de não ser possível e definitiva uma resposta a este conjunto de questões, os sinais existentes são elucidativos.

É o exemplo da **têxtil**, onde eram maiores as expectativas com a integração na CEE, tendo em conta a penetração que já existia no mercado externo e a localização no distrito de importantes unidades industriais, tecnologicamente avançadas e atingindo, quer em qualidade quer em produtividade, os melhores padrões internacionais.

É certo que a **têxtil** e as **confecções** têm atravessado anos de crescimento, quer da produção, quer das exportações. Crescimento e bastante acentuado que também a indústria de **calçado** tem registado. Entretanto, o que é actual nestes sectores, porque novo, é que o **crescimento das exportações está a ocorrer a ritmo inferior ao simultâneo crescimento das importações**.

O que é novo é a crescente preocupação dos industriais no que respeita à perda do próprio mercado interno, ao mesmo tempo que se acentua a concentração das exportações nos mesmos mercados euro-

peus que já ocupávamos antes da integração.

O que é qualitativamente novo é o surgimento em força do capital estrangeiro, com destaque para poderosos grupos multinacionais da RFA, Reino Unido, França, países escandinavos, conforme se comprova pelo facto de mais de metade (117) das empresas de capitais estrangeiros recenseadas nos sectores têxteis, confecções e calçado se terem implantado em Portugal desde 1985. Realidade que vai a par do enfraquecimento de subsectores a montante do processo produtivo têxtil — fiacções, tecelagens, estamparia e acabamentos — como o confirma quer o encerramento e dificuldades de várias grandes e médias empresas desses subsectores, quer a crescente importação de fios e tecidos. Realidade que se completa pela crescente presença de sociedades estrangeiras no próprio processo de comercialização das produções, designadamente para o mercado externo.

O que parece desenhar-se é um sector têxtil e do calçado português cada vez menos português, são exportações portuguesas com crescente componente importada, é a conquista de importantes segmentos no mercado interno, inclusive de confecções e de calçado por marcas estrangeiras, é uma base industrial têxtil no distrito crescentemente desarticulada e concentrada em subsectores de simples incorporação de mão-de-obra barata. Não se trata de exagero. As recentes declarações dos industriais têxteis dirigentes da PORTEX, na abertura da Portex Primavera/Verão, confirmam, insuspeitadamente, tais apreensões. São eles que dizem, «A crise já aí está».

Noutros sectores industriais — **mobiliário, artes gráficas, transformação da borracha e outros sectores da química ligeira, metalomecânica, máquinas-ferramentas, agro-alimentar** — independentemente dos ciclos de negócios mais ou menos favoráveis que atravessam, é sobretudo o problema da defesa do mercado interno que assume acuidade. E nem as perspectivas limitadas de exportações para algumas importantes empresas são suficientes para iludir as preocupações que se manifestam nos meios industriais com a perspectiva da integração plena e da afirmação do mercado único europeu.

As limitações que estão colocadas à expansão das poucas mas importantes unidades industriais ligadas a sectores básicos — **siderurgia, refinação de petróleos e metalomecânica pesada** —, a enorme fragilidade do sector



agrícola e o cerco que está a ser movido, por via legislativa, dos acordos negociados, de barreiras técnicas, à **pesca artesanal, da sardinha e ao arrasto costeiro**, completam um quadro francamente ameaçador para a base produtiva do distrito.

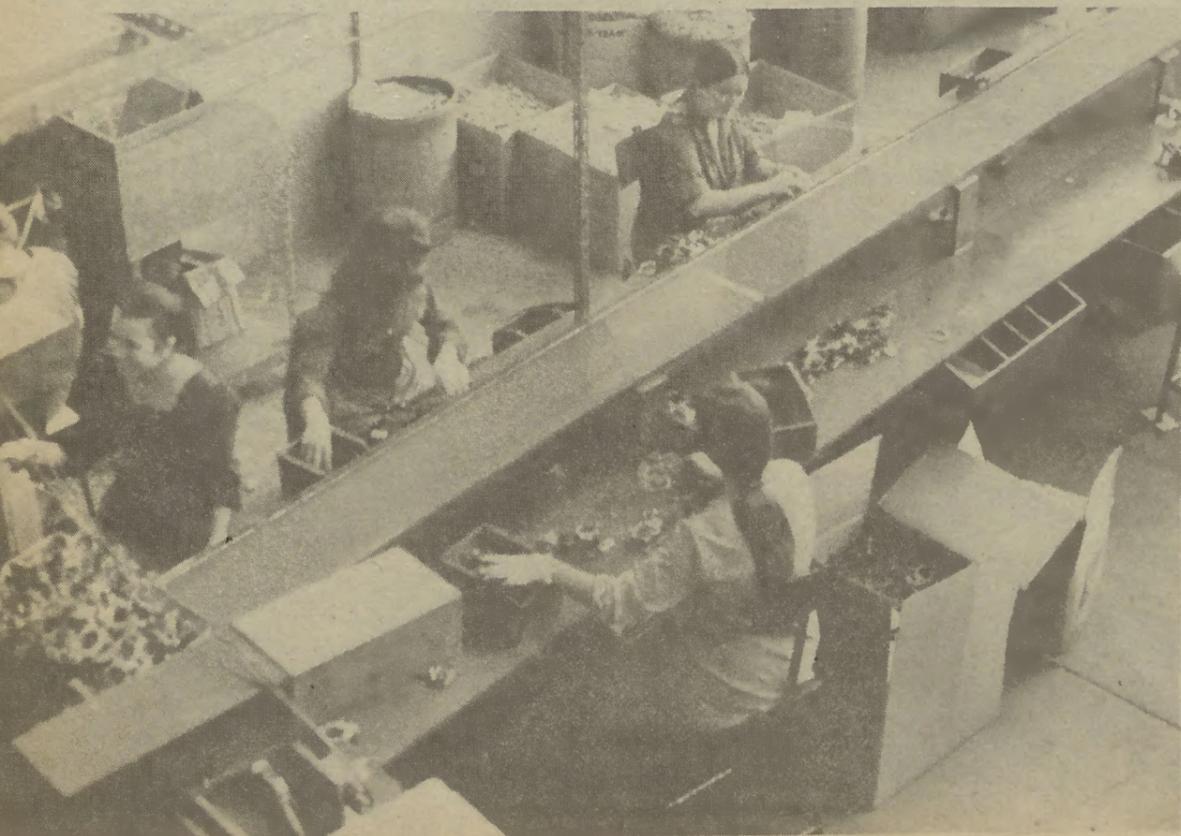
A aparente prosperidade decorrente do florescimento de actividades comerciais, sobretudo de importação/exportação, não alteram esta realidade de fundo.

Daí que a **questão do desenvolvimento da região do Porto, evitando a sua redução a uma região economicamente periférica desarticulada e extrovertida seja**

uma questão que, no seguimento da política de direita dos últimos 12 anos, a integração de Portugal na CEE veio recolocar a uma nova luz e na ordem do dia.

Tendo como eixo a questão do desenvolvimento económico — embora alargando o ângulo de análise a outros aspectos do desenvolvimento — a DORP do PCP anunciou já a realização no próximo Outono de um Encontro sobre o Desenvolvimento da Região do Porto no qual se procurará desenvolver as propostas dos comunistas do Porto relativamente à forma de encarar o conjunto de questões que neste âmbito se colocam. ■

## Formação profissional



## Insuficiência e defasamento

**U**ma segunda questão que importa analisar é a dos recursos humanos.

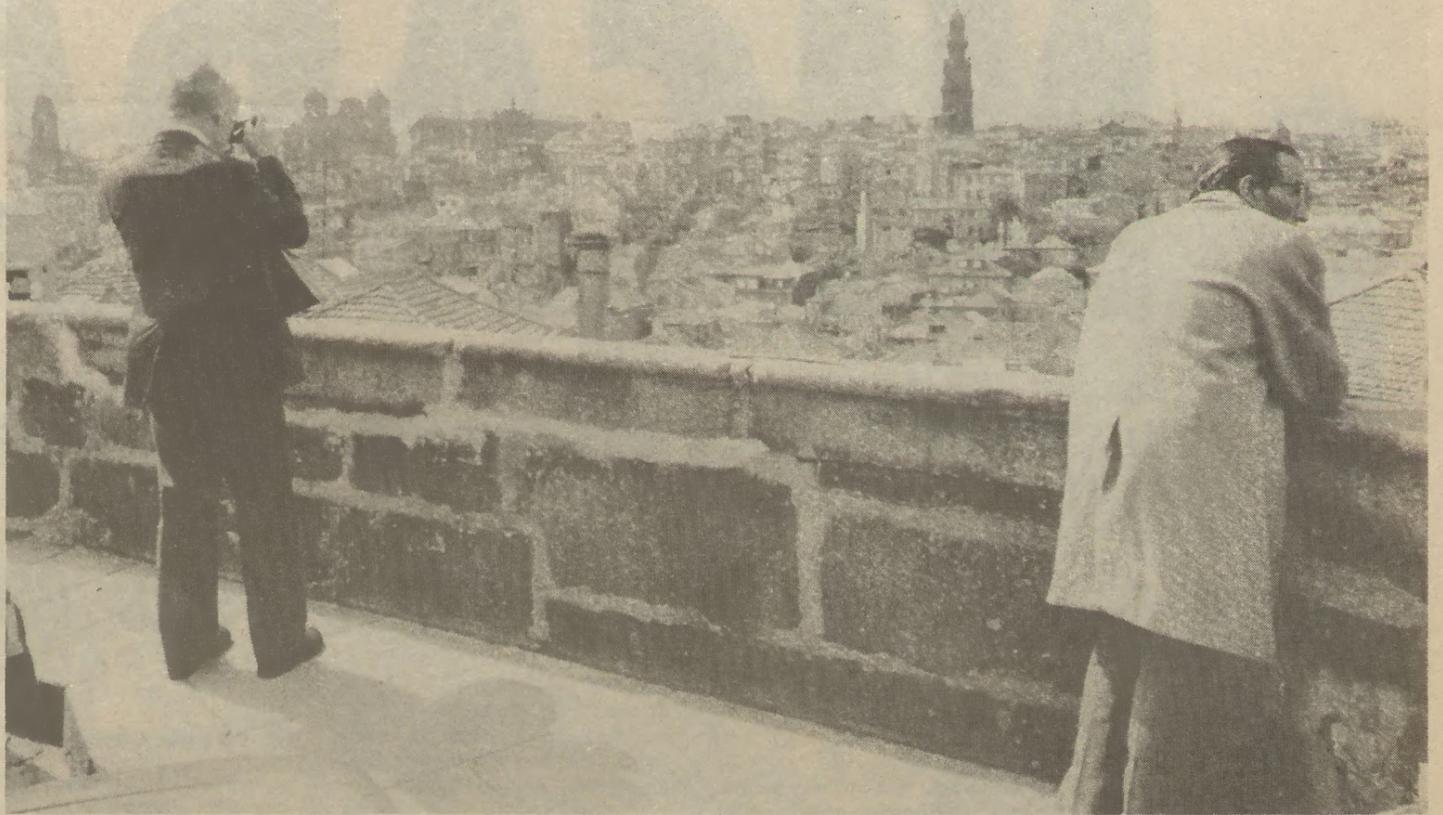
Sendo o Porto uma região com uma grande concentração de trabalhadores e com uma população jovem e em expansão, o pleno emprego e a formação profissional desta força produtiva, a elevação do seu nível de vida e o seu empenhamento criador na produção são aspectos centrais para o progresso do distrito.

Neste plano, uma questão em foco tem sido a da **formação profissional**, designadamente em função das possibilidades criadas em termos de meios financeiros, pelo acesso ao Fundo Social Europeu e correspondente participação do Estado português.

Muito poderia ser dito e muita tinta correrá ainda acerca de como esta eminente questão que é a da formação profissional numa nova geração de trabalhadores se trans-

formou com espantosa velocidade em mais um capítulo da economia subterrânea...

Entretanto, o número de **formandos** envolvidos na região do Porto, em formação em cooperação com o Fundo Social Europeu (15 713 em 1987) número que em função das candidaturas apresentadas será mais baixo em 1988, e os **grupos profissionais com maior expressão nos formandos** — professores, técnicos de informática, mecâ-



nicos, empresários agrícolas — põem em evidência quer a **mais completa insuficiência quantitativa do sistema, quer os riscos dum completo desfasamento e desarticulação do mesmo face às necessidades efectivas do desenvolvimento do distrito.**

Conhecidas que são as graves carências educativas de base no distrito — um recente estudo revelava alguns concelhos do distrito como dos mais carenciados do País e um outro punha em evidência que na têxtil algodoeira do Vale do Ave mais de 10% dos trabalhadores são analfabetos e cerca de 30% não têm a escolaridade básica completa —, conhecida que é a escassez absoluta de formação profissional pós-escolar em geral e nas empresas em particular, a reformulação imediata do sistema de formação, é uma necessidade urgente sem a qual as disponibilidades financeiras existentes ameaçam esvaír-se numa prática de desperdício e frustração.

### Trabalho infantil

Ainda no campo dos recursos humanos e no que respeita às **relações de trabalho**, não pode ficar sem observação o facto de ser nas regiões do distrito e em sectores de maior dinamismo induzido pelo afluxo de capital estrangeiro — confecções e calçado — que alastra a prática do trabalho infantil, a feitura, à tarefa numa desregulamentação selvagem da relação de trabalho.

É certo que muitas vezes não é directamente nas empresas multinacionais que tais situações ocorrem, mas sim através de centenas de pequenas e muito pequenas empresas que para elas funcionam a feitura, em regime de subcontratação, ou como simples agentes de arrematação de mão-de-obra. Mas temos que saber ver o processo no seu conjunto.

**A brutalidade está aí — milhares de crianças e jovens do nosso distrito que crescem na época dos computadores da quinta geração estão em riscos de ficar semi-analfabetos, cortando moldes de sapatos ou vestuário, pontecendo até dez, doze e mais horas por dia.** É uma realidade a exigir uma pronta intervenção múltipla — desenvolvimento da acção de denúncia, da intervenção política, dos sindicatos, dos órgãos do Poder Local, da opinião pública, designadamente dos educadores — que trave definitivamente uma situação que se traduz já em taxas de abandono da escolaridade obrigatória da ordem dos 40%, nos concelhos do distrito onde o problema mais se faz sentir. ■

## Financiamentos A governamentalização escondida com o rabo de fora...

Outro dos domínios em que se tem feito sentir mais no distrito o reflexo dos meios financeiros decorrentes da integração na CEE, é o do **financiamento de um vasto conjunto de infra-estruturas, de obras relativas à rede viária — auto-estrada Porto-Braga, IP4 cintura interna do Porto, etc. —, ferroviária — designadamente a nova ponte sobre o Douro e todos os projectos integrantes do Nó Ferroviário do Porto —, melhoramento e expansão do Porto de Leixões e do Aeroporto de Pedras Rubras**, entre outros, possibilitando a execução de um diversificado plano que alterará radicalmente a situação das vias de comunicação na região, há muitos anos projectada.

Têm sido também variados os programas de âmbito municipal, sobretudo de infra-estruturas, que têm recebido ou recebem neste momento participação do FEDER.

Estão a iniciar-se as primeiras experiências — em fase de estudos prévios — de operações integradas em sub-regiões do distrito, no concreto, uma Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) relativa aos concelhos do Vale do Ave, iniciativa dos respectivos municípios, e um Plano Nacional de Interesses Comunitários (PNIC) relativo à Área Metropolitana do Porto.

Independentemente de vários aspectos que no âmbito desta tomada de posição não é possível aprofundar, a questão de fundo que este conjunto de acções está a colocar — desde a sua concepção, elaboração, acompanhamento e execução — é o da **nefasta governamentalização que as envolve**, exercida na região sobretudo através da CCRN (1).

A questão fi recentemente focada pelos municípios envolvidos na OID do Vale do Ave, quando da deslocação ali de uma delegação de parlamentares europeus.

A DORP do PCP denunciou-a também recentemente, a propósito da forma como estão a decorrer os trabalhos preparatórios do PNIC para a Área Metropolitana do Porto e dos passos que estão a ser dados para a instituição de facto da Área Metropolitana do Porto na base de um Conselho Coordenador Metropolitano integrado pelos presidentes das Câmaras Municipais, o presidente da CCRN e representantes de departamentos governamentais.

O que vem colocar sobretudo com nova acuidade e a urgência o problema da regionalização.

Mas também da necessidade de uma atitude mais activa e enérgica de denúncia da ingerência do poder central, da defesa pelos municípios da plenitude das suas funções e prerrogativas e de iniciativa na

cooperação e coordenação intermunicipal, e da dinamização de movimentos de opinião, estruturas e iniciativas que questionem as soluções apontadas, elaborem as respectivas alternativas, afirmando cla-

ramente a vontade da região e as soluções que mais servem os interesses das suas populações. ■

(1) — CCRN: Comissão Coordenadora da Região Norte

### A acção e a intervenção dos comunistas

**A acção e intervenção políticas dos comunistas, estreitamente ligadas aos problemas e aspirações das populações, procuram desenvolver a acção política nas mais variadas formas, designadamente a luta de massas, de todos os sectores lesados nos seus interesses pela afirmação implacável dos interesses transnacionais prevaletentes nas condições da CEE.**

Trata-se de uma acção política indispensável para se garantir da parte dos órgãos de soberania nacional — órgãos do poder central e seus periféricos na região — uma atitude vigilante e activa na máxima salvaguarda possível dos interesses nacionais.

Trata-se de uma acção política insubstituível para que, inclusive, potencialidades financeiras e outras que, apesar de tudo, decorrem da integração de Portugal na CEE e que são susceptíveis de ser inseridas numa estratégia nacional e regional de desenvolvimento não sejam delapidadas, ao serviço de uma lógica estreita cuja consequência mais certa será a amplificação e proporções evitáveis do prejuízo dos interesses nacionais e regionais mais fundamentais.

É na base dessa acção política e dessa luta que se tornará possível impedir que um Governo como o do PSD/Cavaco, se abstenha na CEE na votação que abre as portas da CEE, de Portugal, aos fios e tecidos de algodão da Turquia e do Egipto ou impedir que um Comissário como Cardoso e Cunha aplauda um acordo como o Acordo de Pescas com Marrocos, que vem pôr ainda mais em causa a exportação de conservas e sardinhas portuguesas, em baixa acentuada desde a entrada de Portugal na Comunidade.

No que respeita ao muito e variado que há a fazer nesta frente de trabalho e de luta, os comunistas têm já desenvolvido valiosas iniciativas, de que é recente exemplo o debate promovido acerca do **Centro Histórico do Porto**, no seguimento do qual foi já anunciada a apresentação duma proposta de Resolução do Parlamento Europeu, e o debate público a propósito dos problemas das **pescas** e dos pescadores. Outras iniciativas irão ser desenvolvidas nos próximos meses, abrangendo diversas áreas produtivas do distrito do Porto, designadamente no âmbito da preparação das eleições de 1989 para o Parlamento Europeu. ■



## O distrito do Porto e a CEE



## Desenvolvimento para o progresso

# Nem tudo (longe disso...)

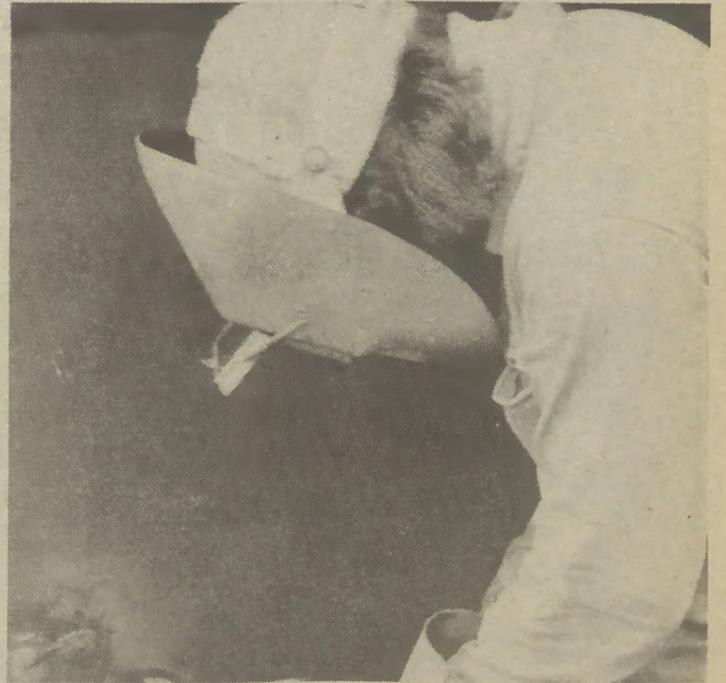
## são rosas...

### • Alguns sectores industriais em análise

O que parece desenhar-se é um sector têxtil e do calçado português cada vez menos português, são exportações portuguesas com crescente componente importada, é a conquista de importantes segmentos no mercado interno, inclusive de confecções e de calçado por marcas estrangeiras, é uma base industrial têxtil no distrito crescentemente desarticulada e concentrada em subsectores de simples incorporação de mão-de-obra barata. Não se trata de exagero. As recentes declarações dos industriais têxteis dirigentes da PORTEX, na abertura da Portex Primavera/Verão, confirmam, insuspeitadamente, tais apreensões. São eles que dizem, «A crise já aí está».

Noutros sectores industriais — mobiliário, artes gráficas, transformação da borracha e outros sectores da química ligeira, metalomecânica, máquinas-ferramentas, agro-alimentar — independentemente dos ciclos de negócios mais ou menos favoráveis que atravessam, é sobretudo o problema da defesa do mercado interno que assume acuidade. E nem as perspectivas limitadas de exportações para algumas importantes empresas são suficientes para iludir as preocupações que se manifestam nos meios industriais com a perspectiva da integração plena e da afirmação do mercado único europeu.

As limitações que estão colocadas à expansão das poucas mas importantes unidades industriais ligadas a sectores básicos — siderurgia, refinação de petróleos e metalomecânica pesada —, a enorme fragilidade do sector



agrícola e o cerco que está a ser movido, por via legislativa, dos acordos negociados, de barreiras técnicas, à pesca artesanal, da sardinha e ao arrasto costeiro, completam um quadro francamente ameaçador para a base produtiva do distrito.

A aparente prosperidade decorrente do florescimento de actividades comerciais, sobretudo de importação/exportação, não alteram esta realidade de fundo.

Daí que a questão do desenvolvimento da região do Porto, evitando a sua redução a uma região economicamente periférica desarticulada e extrovertida seja

uma questão que, no seguimento da política de direita dos últimos 12 anos, a integração de Portugal na CEE veio recolocar a uma nova luz e na ordem do dia.

Tendo como eixo a questão do desenvolvimento económico — embora alargando o ângulo de análise a outros aspectos do desenvolvimento — a DORP do PCP anunciou já a realização no próximo Outono de um Encontro sobre o Desenvolvimento da Região do Porto no qual se procurará desenvolver as propostas dos comunistas do Porto relativamente à forma de encarar o conjunto de questões que neste âmbito se colocam. ■

Em primeiro lugar, a questão do desenvolvimento económico do distrito para o progresso social. Trata-se de analisar em concreto como estão a reagir os sectores em que assenta a base industrial do distrito.

Como estão ou não a concretizar-se as expectativas, em grande medida positivas, que eram alimentadas pelos sectores mais fortes da indústria, como sejam os têxteis, confecções, calçado, curtumes, mobiliário e madeiras. Como estão a surgir novos projectos nos sectores tradicionais. E que projectos industriais aparecem em novos sectores. Se está a haver ou não diversificação da base industrial. O que se passa em concreto com sectores de forte representação no distrito como o das máquinas-ferramentas e o da fundição de metais. E qual é a evolução registada das actividades industriais de base — siderurgia, refinação de petróleo, metalomecânica pesada no distrito do Porto. Se estamos a assistir a um real desenvolvimento industrial ou pelo contrário, o crescimento industrial está a ser progressivamente extrovertido, quer pela dependência crescente da produção face a mercados externos, quer pela acrescida presença de capitais estrangeiros. E analisar também quem está a ganhar os mercados internos, nos diferentes ramos industriais.

Apesar de não ser possível e definitiva uma resposta a este conjunto de questões, os sinais existentes são elucidadivos.

É o exemplo da têxtil, onde eram maiores as expectativas com a integração na CEE, tendo em conta a penetração que já existia no mercado externo e a localização no distrito de importantes unidades industriais, tecnologicamente avançadas e atingindo, quer em qualidade quer em produtividade, os melhores padrões internacionais.

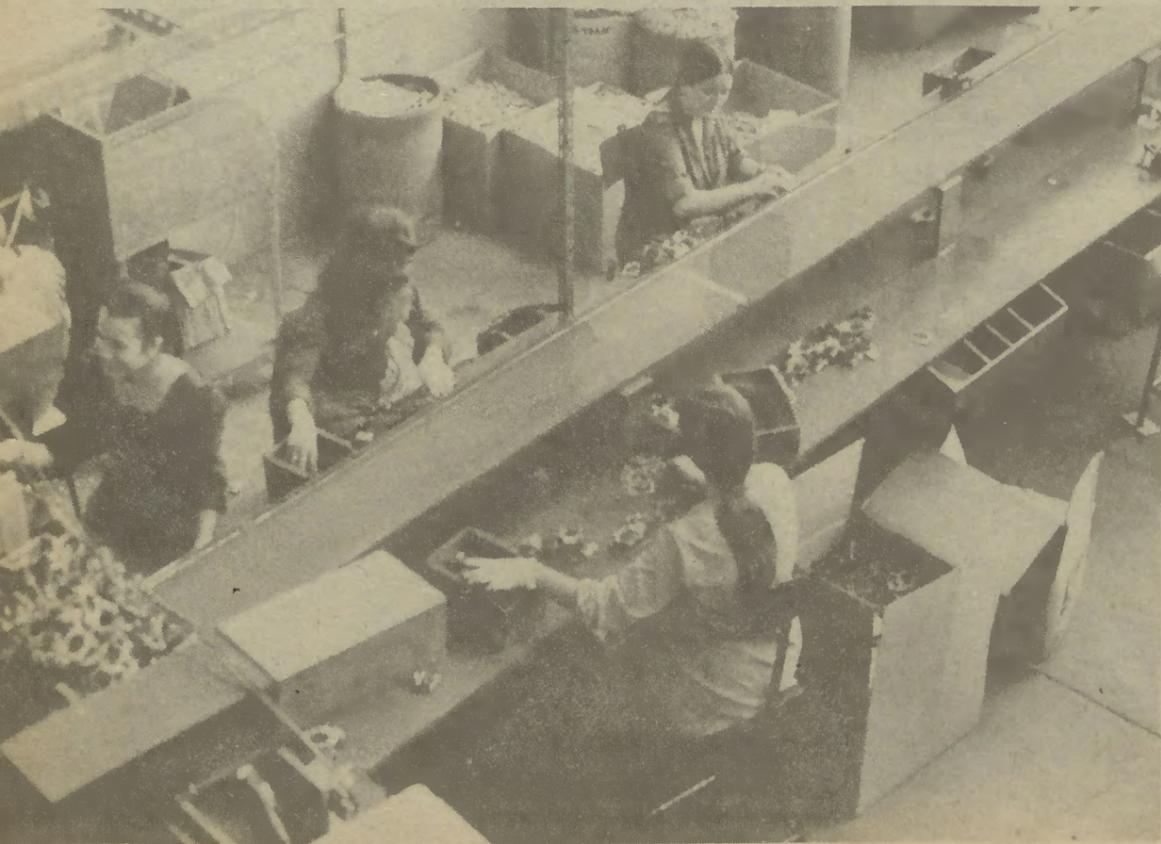
É certo que a têxtil e as confecções têm atravessado anos de crescimento, quer da produção, quer das exportações. Crescimento e bastante acentuado que também a indústria de calçado tem registado. Entretanto, o que é actual nestes sectores, porque novo, é que o crescimento das exportações está a ocorrer a ritmo inferior ao simultâneo crescimento das importações.

O que é novo é a crescente preocupação dos industriais no que respeita à perda do próprio mercado interno, ao mesmo tempo que se acentua a concentração das exportações nos mesmos mercados euro-

peus que já ocupávamos antes da integração.

O que é qualitativamente novo é o surgimento em força do capital estrangeiro, com destaque para poderosos grupos multinacionais da RFA, Reino Unido, França, países escandinavos, conforme se comprova pelo facto de mais de metade (117) das empresas de capitais estrangeiros recenseadas nos sectores têxteis, confecções e calçado se terem implantado em Portugal desde 1985. Realidade que vai a par do enfraquecimento de subsectores a montante do processo produtivo têxtil — fiacções, tecelagens, estamparia e acabamentos — como o confirma quer o encerramento e dificuldades de várias grandes e médias empresas desses subsectores, quer a crescente importação de fios e tecidos. Realidade que se completa pela crescente presença de sociedades estrangeiras no próprio processo de comercialização das produções, designadamente para o mercado externo.

## Formação profissional



## Insuficiência e desfasamento

Uma segunda questão que importa analisar é a dos recursos humanos.

Sendo o Porto uma região com uma grande concentração de trabalhadores e com uma população jovem e em expansão, o pleno emprego e a formação profissional desta força produtiva, a elevação do seu nível de vida e o seu empenhamento criador na produção são aspectos centrais para o progresso do distrito.

Neste plano, uma questão em foco tem sido a da formação profissional, designadamente em função das possibilidades criadas em termos de meios financeiros, pelo acesso ao Fundo Social Europeu e correspondente participação do Estado português.

Muito poderia ser dito e muita tinta correrá ainda acerca de como esta eminente questão que é a da formação profissional numa nova geração de trabalhadores se trans-

formou com espantosa velocidade em mais um capítulo da economia subterrânea...

Entretanto, o número de formandos envolvidos na região do Porto, em formação em cooperação com o Fundo Social Europeu (15713 em 1987) número que em função das candidaturas apresentadas será mais baixo em 1988, e os grupos profissionais com maior expressão nos formandos — professores, técnicos de informática, mecâ-



nicos, empresários agrícolas — põem em evidência quer a **mais completa insuficiência quantitativa do sistema, quer os riscos dum completo desfasamento e desarticulação do mesmo face às necessidades efectivas do desenvolvimento do distrito.**

Conhecidas que são as graves carências educativas de base no distrito — um recente estudo revelava alguns concelhos do distrito como dos mais carenciados do País e um outro punha em evidência que na têxtil algodoeira do Vale do Ave mais de 10% dos trabalhadores são analfabetos e cerca de 30% não têm a escolaridade básica completa —, conhecida que é a escassez absoluta de formação profissional pós-escolar em geral e nas empresas em particular, a reformulação imediata do sistema de formação, é uma necessidade urgente sem a qual as disponibilidades financeiras existentes ameaçam esvaír-se numa prática de desperdício e frustração.

### Trabalho infantil

Ainda no campo dos recursos humanos e no que respeita às **relações de trabalho**, não pode ficar sem observação o facto de ser nas regiões do distrito e em sectores de maior dinamismo induzido pelo afluxo de capital estrangeiro — confecções e calçado — que alastra a prática do trabalho infantil, a feitura, à tarefa numa desregulamentação selvagem da relação de trabalho.

É certo que muitas vezes não é directamente nas empresas multinacionais que tais situações ocorrem, mas sim através de centenas de pequenas e muito pequenas empresas que para elas funcionam a feitura, em regime de subcontratação, ou como simples agentes de arrematação de mão-de-obra. Mas temos que saber ver o processo no seu conjunto.

**A brutalidade está aí — milhares de crianças e jovens do nosso distrito que crescem na época dos computadores da quinta geração estão em riscos de ficar semi-analfabetos, cortando moldes de sapatos ou vestuário, pontecendo até dez, doze e mais horas por dia.** É uma realidade a exigir uma pronta intervenção múltipla — desenvolvimento da acção de denúncia, da intervenção política, dos sindicatos, dos órgãos do Poder Local, da opinião pública, designadamente dos educadores — que trave definitivamente uma situação que se traduz já em taxas de abandono da escolaridade obrigatória da ordem dos 40%, nos concelhos do distrito onde o problema mais se faz sentir. ■

## Financiamentos A governamentalização escondida com o rabo de fora...

Outro do domínios em que se tem feito sentir mais no distrito o reflexo dos meios financeiros decorrentes da integração na CEE, é o do **financiamento de um vasto conjunto de infra-estruturas, de obras relativas à rede viária** — auto-estrada Porto-Braga, IP4 cintura interna do Porto, etc. —, **ferroviária** — designadamente a nova ponte sobre o Douro e todos os projectos integrantes do Nó Ferroviário do Porto —, **melhoramento e expansão do Porto de Leixões e do Aeroporto de Pedras Rubras**, entre outros, possibilitando a execução de um diversificado plano que alterará radicalmente a situação das vias de comunicação na região, há muitos anos projectada.

Têm sido também variados os programas de âmbito municipal, sobretudo de infra-estruturas, que têm recebido ou recebem neste momento comparticipação do FEDER.

Estão a iniciar-se as primeiras experiências — em fase de estudos prévios — de operações integradas em sub-regiões do distrito, no concreto, uma Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) relativa aos concelhos do Vale do Ave, iniciativa dos respectivos municípios, e um Plano Nacional de Interesses Comunitários (PNIC) relativo à Área Metropolitana do Porto.

Independentemente de vários aspectos que no âmbito desta tomada de posição não é possível aprofundar, a questão de fundo que este conjunto de acções está a colocar — desde a sua concepção, elaboração, acompanhamento e execução — é o da **nefasta governamentalização que as envolve**, exercida na região sobretudo através da CCRN (1).

A questão fi recentemente focada pelos municípios envolvidos na OID do Vale do Ave, quando da deslocação ali de uma delegação de parlamentares europeus.

A DORP do PCP denunciou-a também recentemente, a propósito da forma como estão a decorrer os trabalhos preparatórios do PNIC para a Área Metropolitana do Porto e dos passos que estão a ser dados para a instituição de facto da Área Metropolitana do Porto na base de um Conselho Coordenador Metropolitano integrado pelos presidentes das Câmaras Municipais, o presidente da CCRN e representantes de departamentos governamentais.

O que vem colocar sobretudo com nova acuidade e a urgência o problema da regionalização.

Mas também da necessidade de uma atitude mais activa e enérgica de denúncia da ingerência do poder central, da defesa pelos municípios da plenitude das suas funções e prerrogativas e de iniciativa na

cooperação e coordenação intermunicipal, e da dinamização de movimentos de opinião, estruturas e iniciativas que questionem as soluções apontadas, elaborem as respectivas alternativas, afirmando cla-

ramente a vontade da região e as soluções que mais servem os interesses das suas populações. ■

(1) — CCRN: Comissão Coordenadora da Região Norte

### A acção e a intervenção dos comunistas

**A acção e intervenção políticas dos comunistas, estreitamente ligadas aos problemas e aspirações das populações, procuram desenvolver a acção política nas mais variadas formas, designadamente a luta de massas, de todos os sectores lesados nos seus interesses pela afirmação implacável dos interesses transnacionais prevalecentes nas condições da CEE.**

Trata-se de uma acção política indispensável para se garantir da parte dos órgãos de soberania nacional — órgãos do poder central e seus periféricos na região — uma atitude vigilante e activa na máxima salvaguarda possível dos interesses nacionais.

Trata-se de uma acção política insubstituível para que, inclusive, potencialidades financeiras e outras que, apesar de tudo, decorrem da integração de Portugal na CEE e que são susceptíveis de ser inseridas numa estratégia nacional e regional de desenvolvimento não sejam delapidadas, ao serviço de uma lógica estreita cuja consequência mais certa será a amplificação e proporções evitáveis do prejuízo dos interesses nacionais e regionais mais fundamentais.

É na base dessa acção política e dessa luta que se tornará possível impedir que um Governo como o do PSD/Cavaco, se abstenha na CEE na votação que abre as portas da CEE, de Portugal, aos fios e tecidos de algodão da Turquia e do Egipto ou impedir que um Comissário como Cardoso e Cunha aplauda um acordo como o Acordo de Pescas com Marrocos, que vem pôr ainda mais em causa a exportação de conservas e sardinhas portuguesas, em baixa acentuada desde a entrada de Portugal na Comunidade.

No que respeita ao muito e variado que há a fazer nesta frente de trabalho e de luta, os comunistas têm já desenvolvido valiosas iniciativas, de que é recente exemplo o debate promovido acerca do **Centro Histórico do Porto**, no seguimento do qual foi já anunciada a apresentação duma proposta de Resolução do Parlamento Europeu, e o debate público a propósito dos problemas das **pescas** e dos pescadores. Outras iniciativas irão ser desenvolvidas nos próximos meses, abrangendo diversas áreas produtivas do distrito do Porto, designadamente no âmbito da preparação das eleições de 1989 para o Parlamento Europeu. ■



# NICARÁGUA

## Nove anos de revolução e de luta pela paz

**E** estamos a trabalhar para que a paz seja uma realidade com os menores custos possíveis para a vida dos nicaraguenses, mas também sem sacrificar as bases e os princípios da Revolução. Quer dizer, procuramos uma paz digna, e é nesse âmbito que se inscrevem os acordos de Sapoa. Será possível alcançar essa paz? Isso dependerá, em primeiro lugar, da nossa vontade, da vontade dos nicaraguenses em continuar a defender o país, a defender a pátria com todos os recursos disponíveis. Em segundo lugar, dependerá de conseguirmos vencer a política imperialista, isolar a política de Reagan e impor uma política realista que leve a um acordo definitivo para a paz na Nicarágua.

As palavras são de Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, em recente entrevista à Prensa Latina, onde com toda a frontalidade aborda as principais questões do complexo processo político, económico e militar que o país enfrenta.

Questões candentes para o povo nicaraguense, que no passado dia 19 comemorou o 9.º aniversário da Revolução Sandinista, num clima de crescente tensão ainda bem distante da almejada paz.

A anteceder a histórica data do aniversário do derrube da ditadura de Somoza, o governo nicaraguense expulsou do país o embaixador dos Estados Unidos e sete outros funcionários norte-americanos, por intromissão nos assuntos internos da Nicarágua; dias depois, a administração Reagan anunciava a disposição de propor a concessão de novo auxílio aos «contras» no valor de 47 milhões de dólares.

Dois exemplos das dificuldades que enfrenta a Revolução Sandinista e dos sérios obstáculos que se levantam à paz na América Central, a tornar pertinente a questão de saber se será ou não possível um cessar-fogo definitivo na Nicarágua.

Na citada entrevista, Daniel Ortega não hesita em afirmar que o governo sandinista está a trabalhar seriamente para conseguir a paz no âmbito dos acordos de Esquipulas (Guatemala), mas «sem renunciar, logicamente, ao direito de defesa da soberania, autodeterminação, segurança e à própria vida dos nicaraguenses, através dos seus mecanismos de defesa militar».

O governo norte-americano — diz Ortega — fez grandes esforços para desarticular o acordo de Esquipulas II, que é o antecedente próximo do acordo de Sapoa, e que foi um gesto de independência dos governantes centro-americanos face ao que tem sido a tradicional dominação dos Estados Unidos na região. A assinatura do acordo de Esquipulas tem essa virtude, que na ocasião ninguém esperava dos governantes centro-americanos, de apesar da pressão norte-americana terem decidido subscrevê-lo. É compreensível a atitude da Nicarágua, mas como entender a atitude de governos como o das Honduras, de El Salvador e outros, que estão submetidos à pressão e chantagem norte-americana?

A verdade é que existe uma preocupação real, a consciência de que o conflito afecta toda a região, a América Latina, o que levou os Grupos de Contadora e de Apolo a desenvolver esforços durante largos anos, cujo fruto foi o próprio acordo de Esquipulas. Não podemos desvincular o acordo de Esquipulas do trabalho de Contadora e do Grupo de Apolo. Não podemos pensar que um está separado do outro, mas antes que se trata de um processo de paz para a América Latina

apoiado pela comunidade internacional. Defrontamo-nos contudo com a atitude intransigente dos governantes norte-americanos e



O fim da ditadura de Somoza, há nove anos, foi aclamado pelo povo da Nicarágua empenhado em viver em liberdade e democracia

do presidente Reagan, que se negam a aceitar o acordo de Esquipulas e, logo, o acordo de Sapoa, e sabotam todo esse esforço.

Os acontecimentos recentes na Nicarágua provam a justeza destas acusações.

### Provocações

Lembremos que desde o início das conversações entre os sandinistas e os «contras», no âmbito dos referidos acordos, se assistiu, por

um lado, a sucessivas tomadas de medidas por parte das autoridades de Manágua tendentes a facilitar o cessar-fogo e o diálogo político e, por outro lado, a provocações e manobras de diversão por parte dos «contras» e dos EUA, com o objec-

tivo óbvio de boicotar o processo de paz.

Ainda há dias a «Comissão para a reconciliação nacional» o constatou, reconhecendo que a situação política interna do país se tem vindo a agravar.

Aquele organismo, que integra representantes governamentais de forças sociais nicaraguenses, reuniu para analisar a situação provocada pela realização das manifestações antigovernamentais, bem como a detenção de alguns líderes oposicionistas de direita e a decisão de encerramento da estação de rádio «Rádio Católica» e do jornal «La Prensa».

Segundo Rene Nunes, ministro adjunto da presidência, as manifestações anti-sandinistas (em que participaram diplomatas norte-americanos, o que levou à sua expulsão), bem como os apelos ao derrube do governo sandinista, obrigaram a direcção nacional a tomar medidas com vista à observância das leis constitucionais.

Também o presidente Daniel Ortega se pronunciou sobre o assunto, reafirmando a sua disposição de impedir «todas e quaisquer provocações das forças reaccionárias».

A expulsão de diplomatas norte-americanos de Manágua — disse — e a limitação da actividade das forças de extrema-direita visam proteger a legalidade revolucionária e a constituição para podermos fazer face à agressão norte-americana contra o nosso povo.

Enquanto que a contra-revolução armada continua a assassinar nicaraguenses pacíficos, a contra-revolução «civil», disfarçada de partidos políticos de direita, apola estes actos terroristas. Manifestámos demasiada tolerância com os actos perpetrados pelas forças reaccionárias, mas agora iremos actuar energeticamente contra os instigadores — afirmou o presidente nicaraguense.

### Intervenção dos EUA faz lembrar o Chile

Para Daniel Ortega, a actuação dos Estados Unidos face à Nicarágua assemelha-se à praticada por aquele país no Chile, nas vésperas do derrube do governo de Salvador Allende. Recordando que o objectivo do plano norte-americano é conseguir desestabilizar o poder popular e abalar a revolução por dentro, Ortega disse em entrevista à Tass que o principal instrumento para a sua concretização tem sido a embaixada dos EUA em Manágua.

Embaixada essa que, disse, se transformou num ninho da contra-revolução. Foi por isso, acrescentou, que o governo sandinista expulsou do país o embaixador dos EUA, Richard Melton, e outros diplomatas americanos, cujas acções visavam agravar a situação política interna. Não estamos dispostos a tolerar tais activida-



Defender a soberania e independência nacional dos ataques fomentados pelos EUA numa guerra não declarada continua a ser um dever de todos os patriotas nicaraguenses

des da contra-revolução interna e externa e vamos também futuramente impedir a sabotagem.

A decisão da Nicarágua, disse ainda aquele dirigente, demonstrou que os povos dos países pequenos podem e têm o direito de defender a sua independência e a soberania nacional face às manobras do imperialismo internacional.

O que não impede, por outro lado, que Daniel Ortega reconheça que «o destino da revolução sandinista depende em muito da posição que tomará a administração e o Congresso dos EUA em relação à ajuda às formações mercenárias somozistas», bem como da posição a tomar pelos Chefes de Estado dos países centro-americanos sobre o assunto, no seu próximo encontro.

Que se está perante mais uma manobra concertada entre os EUA e os sectores mais extremistas dos «contras» é uma evidência.

A par das manobras da dita «oposição civil» é uma evidência.

A par das manobras da dita «operação civil», a luta armada reacendeu-se. Apesar do governo sandinista ter decidido prorrogar unilateralmente até 31 de Agosto a suspensão das operações ofensivas, sucedem-se os ataques dos «contras» a posições do exército em diversas regiões do país. Ainda na semana passada, no departamento de Matagalpa, sete civis morreram e cinco ficaram feridos na sequência de uma emboscada; também no mesmo departamento, um ataque dos «contras» à cooperativa agrícola «Ernesto Acuna» provocou a morte de dois camponeses, enquanto outros foram raptados, desconhecendo-se o seu destino.

Ao incremento da luta armada não será estranha a recente nomeação do antigo coronel somozista Enrique Bermudez para a direcção política-militar dos «contras».

Bermudez tem-se oposto desde o início a quaisquer conversações com o governo de Manágua e recusa o processo de paz através de soluções políticas.

### Agravam-se as divergências

A liderança de Enrique Bermudez está no entanto longe de ser pacífica. De acordo com as informações disponíveis, cerca de três mil membros da chamada «Frente Sul», que representam cerca de 40 por cento das forças armadas anti-sandinistas, declararam na Costa Rica que abandonam a «Resistência Democrática Nicaraguense» (RDN).

Um comunicado da «Frente Sul» acusa a «RDN» de se ter transformado numa «força de extrema direita» e exige a demissão de Bermudez.

De referir, por outro lado, que nas «eleições» para a direcção da «RDN», realizadas na República Dominicana, os elementos ditos mais «moderados», Asuena Ferrer e Pedro Joaquim Chamorro, foram afastados, por serem favoráveis a um acordo de paz com o governo nicaraguense no quadro dos acordos de Esquipulas. Debilitada com esta mudança de direcção ficou ainda a chamada «ala democrática», chefiada por Alfredo César, o único dirigente dos «contras» que participou em todas as conversações com as autoridades sandinistas.

Como facilmente se conclui, o reforço das posições de Bermudez e dos seus aliados ameaça seriamente a continuação do processo de regularização política na Nicarágua.

Como a administração Reagan pretende, desde a primeira hora.

No caso do Congresso norte-americano vir a aprovar o pedido de Reagan para novo auxílio militar aos «contras», o processo de paz que tão dificilmente tem vindo a ser incrementado sofrerá sem dúvida um retrocesso, cujas consequências para a América Central são imprevisíveis.

A chegar ao termo do seu mandato, Ronald Reagan pouco ou nada ganha com tal recuo nos esforços de paz para a América Central. Porquê então a insistência num conflito para que se não vislumbre solução militar?

Seria simplista procurar reduzir a questão a uma mera teimosia. Reagan é a face visível de interesses político-militares que dominam nos Estados Unidos e cujos objectivos foram muito claramente definidos no célebre «Documento de Santa Fé». Para eles, a América Latina é uma zona de interesse e de influência exclusiva, um pálio das traseiras a que não se reconhece, de facto, autonomia.

Todos os casos vitoriosos de independência, seja em Cuba ou na Nicarágua, são «maus exemplos» para os restantes países. A tentar liquidar por todos os meios, incluindo pela força.

Ao assinalar o 9.º aniversário da Revolução Sandinista, apesar das difíceis condições em que o faz, a Nicarágua está a assinalar mais uma vitória sobre o imperialismo norte-americano. A merecer o apoio e a solidariedade de todas as forças democráticas do mundo. ■



Os «contras» fazem o inventário da ajuda militar que recebem dos EUA lançada em pára-quadras de aviões pilotados pela CIA



## A 19.ª Conferência do PCUS e as transformações na economia da URSS

# Acelerar o desenvolvimento económico melhorar as condições de vida do povo

**N**a reestruturação em curso na União Soviética um papel muito importante cabe às transformações económicas e aos seus resultados práticos. Do que se discutiu e decidiu na 19.ª Conferência do PCUS sobressai como grande linha a reorientação social da economia, ou seja, a afirmação de que o desenvolvimento económico se faz no socialismo para, antes de mais nada, melhorar as condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Mas há que não deixar as intenções tomarem o lugar determinante das realidades a transformar. Há que encontrar os meios mais eficazes de dar corpo aos ideais do socialismo. «Precisamos não de uma fé cega num futuro radioso, mas de um prognóstico científico, fundamentado no conhecimento profundo e exacto das inesgotáveis possibilidades do homem da sociedade socialista, do seu trabalho e da sua criatividade — sublinhou Mikhail Gorbatchov no encerramento da Conferência.

Para possibilitar uma melhor compreensão do que se passa na URSS neste campo deixamos aqui alguns passos mais expressivos dos documentos da Conferência.

Aqui não se esgota, naturalmente, o assunto. Sugerimos, por exemplo, uma olhada ao que sobre esta problemática se escreve no último número (o segundo) da revista da JCP «Cadernos POLITIKA», concretamente na parte em que dá «Notícias da Perestroika», com depoimentos de um dirigente do Komsomol e de Carlos Carvalhas, Pina Moura e António Mendonça. Por exemplo...

Na resolução «Sobre o cumprimento das decisões do 27.º Congresso do PCUS e as tarefas para o aprofundamento da *perestroika*» faz-se o balanço do trabalho efectuado:

«Iniciou-se um processo de saneamento da economia do país, voltando-a para a satisfação das necessidades essenciais das pessoas. Ganham força novos métodos de gestão. De acordo com a Lei da Empresa Estatal, está em curso a mudança para a auto-gestão financeira e a rentabilidade. Foi elaborada, amplamente discutida e aprovada a Lei da Cooperação. Ganham corpo novas formas, progressivas, de relações de trabalho nas empresas na base da empreitada e do ar-

rendamento, bem como o trabalho individual. Está em curso uma reestruturação das estruturas organizativas de gestão, tendo em vista a criação de condições favoráveis à direcção eficiente dos elos-base da economia.

O trabalho desenvolvido por iniciativa do partido permitiu retomar o crescimento dos rendimentos reais dos trabalhadores. Estão a ser postas em prática medidas concretas para o aumento da produção de produtos alimentares e artigos de grande consumo, para o alargamento da construção habitacional. Efectuam-se reformas na educação e na saúde. A vida intelectual está a tornar-se um potente factor de progresso do país».

Registam-se de seguida as dificuldades que surgem na aplicação da nova política do PCUS e os problemas que há que resolver:

«A estrutura económica continua, no fundamental, a orientar-se pelos gastos. Alarga-se lentamente o progresso científico-técnico, não são cumpridos os planos de aumento do rendimento nacional e de poupança de recursos. Não há um melhoramento sensível na qualidade da produção. A situação financeira do país continua complexa. Mantém-se uma situação tensa no abastecimento de produtos alimentares e artigos de grande consumo, não se satisfaz a procura de serviços. Mantém-se com acuidade o problema habitacional.

### Concluir a reforma ainda neste quinquénio

«A par da democratização da sociedade — afirma-se nesta reso-

lução da 19.ª Conferência do PCUS —, a reforma económica radical é um fundamento de toda a nossa reestruturação. A reforma tem agora um novo estímulo nas modificações do sistema político. No fundamental, deverá concluir-se no quadro do corrente plano quinquenal. Disto depende, por seu turno, o ritmo e o êxito da reconstrução do sistema político que pretendemos. Entretanto, o novo mecanismo económico marca passo por vezes devido ao facto de não se executarem devidamente nos departamentos centrais as respectivas resoluções do partido e do governo. Mantém-se, como sérios obstáculos ao desenvolvimento intensivo da economia, o igualitarismo e o parasitismo. Nota-se um atraso na criação de condições para uma ampla divulgação de formas de gestão como cooperativas, empreitadas e rendas».

Sobre os motivos de tal situação, os comunistas soviéticos são de

opinião que «a pesada herança da estagnação trava os processos de reestruturação. Mas o lento cumprimento das transformações definidas não se pode explicar só por isso. Muito radica nas insuficiências do actual trabalho dos organismos do partido, do Estado, da economia, das organizações sociais. Falta a necessária persistência e clareza de objectivos na realização das decisões do 27.º Congresso do PCUS e dos plenários do CC de Janeiro e Junho de 1987. Os novos métodos democráticos de direcção, a abertura e a transparência abrem caminho com dificuldade, defrontam-se com o conservadorismo e a inércia, o dogmatismo no pensamento e na acção. A vários níveis, incluindo os colectivos laborais, não mudou como devia a própria relação para com o trabalho, para com a causa. O cumprimento consciencioso das obrigações ainda não se tornou uma norma. Não corresponde às exi-

## Relacionamento entre nacionalidades

**A** exemplo do que se fez com as outras resoluções da Conferência do PCUS, divulgamos hoje o resumo, distribuído pela TASS e Novosti, da resolução sobre as relações entre as nacionalidades, aprovada por unanimidade no dia 1 de Julho.

A resolução «sobre as relações entre as nacionalidades», aprovada na 19.ª Conferência do PCUS, sublinha a necessidade de criar condições para o aumento da autonomia das regiões e de cooperar de forma a que cada república se interesse pela melhoria dos resultados finais da sua actividade económica «como base da sua prosperidade, multiplicação da riqueza comum e do poderio do Estado soviético».

O documento tece críticas à conduta que tem sido adoptada neste campo. Afirma-se, nomeadamente, que «o dinamismo inerente à etapa inicial da formação do Estado multinacional dos soviéticos foi consideravelmente desperdiçado e subvertido devido ao abandono dos princípios leninistas da política de nacionalidades, às transgressões da lei na altura do culto da personalidade e à

ideologia e psicologia do período de estagnação».

«Muitas questões candentes da evolução continuavam por resolver, o que suscitava insatisfação na sociedade e, por vezes, situações conflituosas» — acrescenta o documento. «Actualmente continuam a verificar-se manifestações de egoísmo e arrogância nacionalista, tendências para viver à custa dos outros e um apego excessivo aos interesses locais».

Para equilibrar os interesses das nacionalidades, a resolução considera de primordial importância elevar o papel dos Sovietes de Deputados do Povo e, antes de mais, da Câmara das Nacionalidades do Soviete Supremo da URSS, das suas comissões permanentes e do Governo soviético.

O documento recomenda a criação — no seio do Soviete Supremo



da URSS, dos soviets supremos das repúblicas federadas e dos soviets locais — de comissões permanentes para as relações entre as nacionalidades e propõe o estudo da hipótese de instituir um órgão de Estado especial para as relações

entre as nacionalidades.

Recomenda, ainda, rever a legislação das repúblicas federadas e autónomas, regiões e circunscrições autónomas, de forma a «reflectirem-se mais plenamente os seus direitos e deveres e os princípios de au-

togoverno e representação de todas as nacionalidades nos órgãos de poder centrais e locais». Neste contexto, julga-se necessário alterar a Constituição da URSS e as constituições das repúblicas federadas e autónomas. ■



Na Rua Arbat (foto) encontraram um local para exporem e venderem as suas obras muito pintores e artistas plásticos moscovitas. Um dos objectivos da reforma económica na URSS é o máximo aproveitamento das possibilidades e da energia do trabalho individual e cooperativo

gências da reestruturação o nível da disciplina laboral. Tudo isto reflecte-se nos resultados finais do trabalho».

Além disso, «em todos os escalões da actividade social, estatal e económica há ainda muitos funcionários que não querem ou não podem abandonar os métodos de comando e administrativos, reagem às inovações de forma pouco saudável. Também não são poucos os que se assustam com as dimensões e a profundidade da reestruturação, os que preferiam ficar a meio caminho, limitar o conteúdo revolucionário da *perestroika* a meias medidas. Ao mesmo tempo, há tentativas de acelerar artificialmente o curso dos acontecimentos, saltar etapas, ouvem-se apelos a que se decida tudo de uma vez, sem ter em conta as condições objectivas e o nível da consciência social».

Com vista a «ultrapassar os métodos burocráticos de gestão, característicos do sistema de comando e administrativo», a Conferência decidiu apoiar «firmemente a linha da modificação das funções e do estilo de trabalho dos ministérios e outros departamentos centrais, da liquidação de elos desnecessários e da passagem dos seus direitos para os locais, da redução substancial do aparelho e da reciclagem dos seus quadros» e sublinhou que «é inadmissível prolongar este trabalho por muito tempo».

## Reorientação social

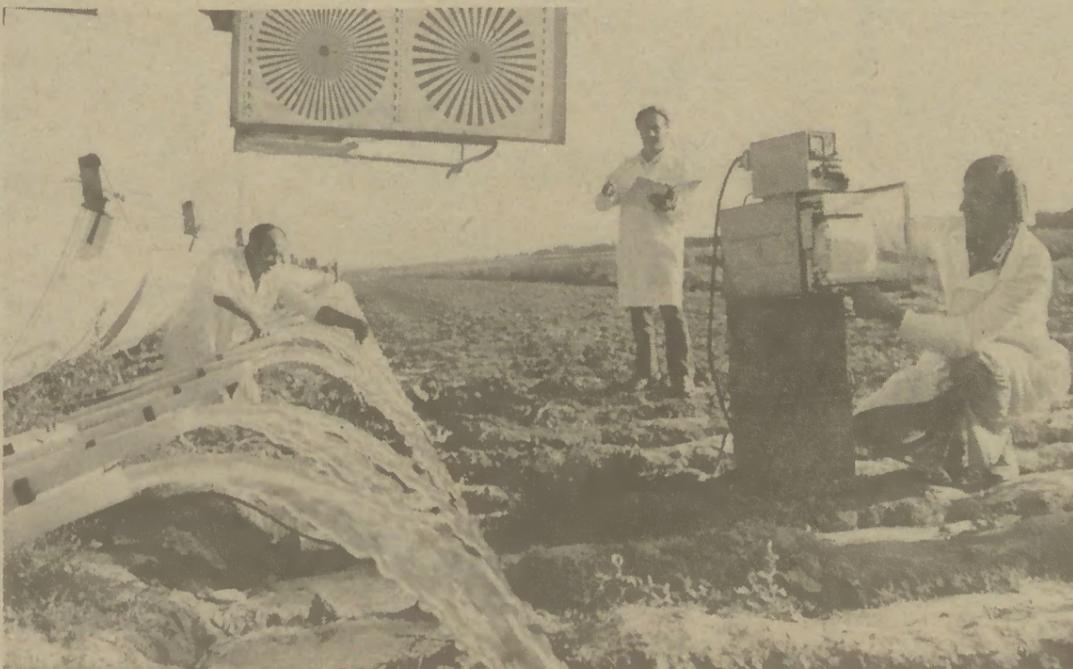
A resolução afirma que «deve imediatamente ser posto termo a quaisquer tentativas de comandar os *kolkhozes* e os *sovkhozes*», uma vez que «eles estão em condições de resolver por si próprios as questões do seu trabalho interno, de definir as formas de relacionamento com outros agentes económicos».

Questões fundamentais da actual política agrária são — refere-se na resolução — a reestruturação social da aldeia, o melhoramento das condições de trabalho no campo, garantindo os necessários recursos técnico-materiais. A essência da política agrária está em repor o equilíbrio socioeconómico entre a cidade e a aldeia, alterar as relações de produção na própria agricultura».

Para ultrapassar as sérias deficiências na resposta às necessida-

des de consumo e às possibilidades de aquisição dos soviéticos, a Conferência chama a atenção para que, «utilizando as possibilidades do novo mecanismo de gestão, é necessário acelerar o amplo abastecimento do mercado com artigos e serviços diversificados, desenvolver por toda a parte um trabalho para aumentar a produção de artigos de grande consumo; há que proceder a um reequipamento radical da indústria ligeira e de outros ramos que produzem tal tipo de artigos. Devem ser amplamente utilizados os recursos locais, as possibilidades do movimento cooperativo e do trabalho individual. É necessário aumentar o interesse dos soviéticos locais e dos colectivos de trabalho no aumento da produção de artigos para satisfação das necessidades da população da sua zona».

A Conferência considera «tarefa importantíssima» o cumprimento «Integral» dos programas aprovados para a saúde e a defesa do meio ambiente, o melhoramento da situação ecológica no país. «Na base de todas as iniciativas nestas áreas — frisa-se na resolução — devem estar os interesses das pessoas, uma orientação social, e a eficiência do trabalho deve crescer significativamente à custa da introdução de métodos de estimulação económica e de uma base técnica e científica moderna».



A Conferência do PCUS considerou que «a essência da política agrária está em repor o equilíbrio socioeconómico entre a cidade e a aldeia, alterar as relações de produção da própria agricultura»

A linha do 27.º Congresso do PCUS para a reorientação social da economia deve ser a trave-mestra de toda a política de estruturas e investimentos, a base para a formação dos ritmos e proporções de reprodução. E na resolução recorda-se que «tal linha está indissoluvelmente ligada à nova qualidade do crescimento económico, à intensificação de todos os aspectos da produção, à poupança de recursos, à aceleração do progresso científico-técnico, à reconstrução do fabrico de máquinas-ferramentas».

Apontando a uma nova fase já não muito distante, a resolução afirma que «este critério deve igualmente caracterizar o espírito do 13.º quinquénio», a iniciar em 1990.

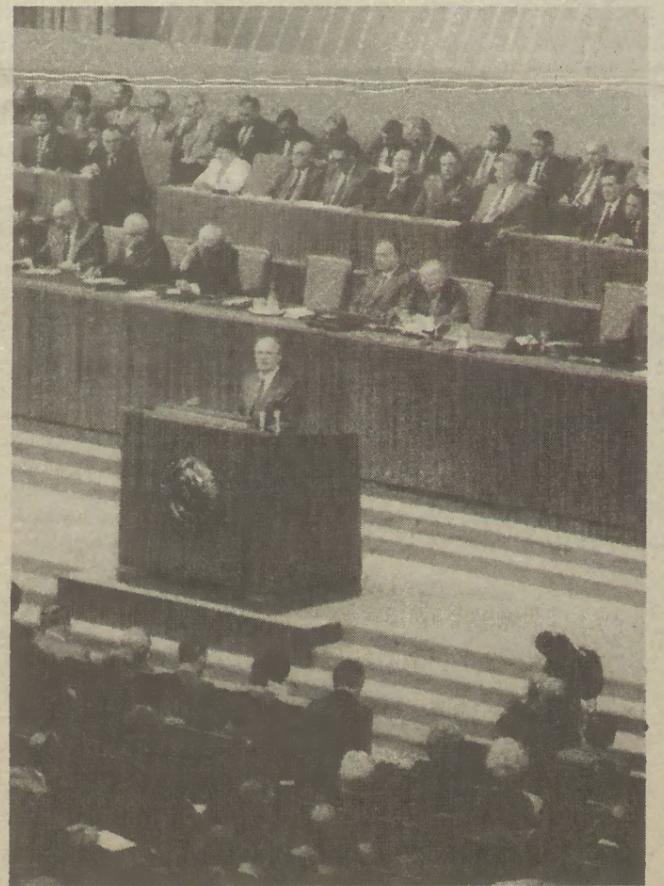
## Mecanismo económico e justiça social

A 19.ª Conferência do PCUS chama igualmente a atenção para a necessidade de «desenvolver e aprofundar» a reforma económica, «concluir a formação do novo mecanismo económico, levar os princípios da reforma a todos os colectivos laborais, a cada local de trabalho».

Uma das palavras de ordem da *perestroika* é «mais justiça social» — que, com «mais democracia» e «melhor funcionamento da economia», completa o conceito de «mais socialismo».

É precisamente para que haja mais justiça social que na resolução da Conferência se apontam algumas orientações fundamentais nesta fase do desenvolvimento da sociedade soviética: «Há que reforçar em flecha o interesse das pessoas em conseguirem os melhores resultados finais, vencer definitivamente o igualitarismo, com mais energia e por toda a parte guiar-se pelo princípio da remuneração do trabalho segundo a sua quantidade e, sobretudo, a sua qualidade; há que não permitir situações em que se possa viver folgadamente trabalhando mal».

A Conferência sublinha que o cumprimento de todas as tarefas económicas e sociais «só pode ser assegurado com base num traba-



(...)

«A implantação nas empresas da gestão financeira, do autofinanciamento e da autogestão dá aos colectivos a possibilidade de sentirem realmente tanto os seus novos direitos, como a carga nada ligeira da responsabilidade. E embora a reforma esteja apenas a dar os primeiros passos e os novos métodos de gestão ainda estejam a ser assimilados, já se notam reflexos positivos na resolução de muitos problemas sociais e da produção, em todo ambiente dos colectivos».

«No ano corrente as empresas que modificaram os seus métodos de trabalho não só garantiram o cumprimento do plano de produção, como também melhoraram significativamente os seus índices económicos. Isto é inteiramente justo que se realce».

«Mas o principal hoje é retirar as lições das dificuldades da etapa inicial da reforma. A prática pôs a descoberto problemas que levam o novo mecanismo económico a marcar passo. Em alguma medida eles têm a ver com o facto de ainda nem todos os elementos desse mecanismo estarem introduzidos, com o facto de termos iniciado a reforma, como se diz, em andamento, no curso do quinquénio, quando já tinham sido definidas as posições estruturais do plano, mantendo-se os preços envelhecidos e os antigos métodos centralizados de distribuição dos recursos».

«E isto pode explicar muita coisa. Muito, mas está longe de poder explicar tudo. As dificuldades que surgiram devem-se em grande medida a estarem ainda vivos estereótipos de funcionamento da economia, à vontade de conservar os métodos iniciais de comando e administrativos na gestão económica, à oposição de parte dos funcionários da gestão às inovações. E numa série de casos defrontamo-nos também com tentativas abertas de deformar a essência da reforma, de dar às novas formas de gestão um conteúdo antigo. Por toda a parte ministérios e departamentos permitem desvios à letra e ao espírito da Lei sobre a Empresa, que levam a que, como muitos reconhecem, esta não seja aplicada na totalidade.» ■ (Mikhail Gorbachov na abertura da 19.ª Conferência do PCUS, Moscovo, 28 de Junho)

lho consciencioso e altamente produtivo dos soviéticos».

Quanto aos objectivos concretos e prazos, diz a resolução: «considera-se correcto que no âmbito do actual quinquénio se concluam os últimos pormenores do mecanismo económico; se refaçam as estruturas organizativas de gestão central e local e do sis-

tema de relações económicas externas; acelerar a implantação do comércio por grosso de meios de produção; realizar o programa de saneamento financeiro da economia, pondo em ordem o Orçamento, o sistema de finanças e crédito, a actividade dos bancos».

A resolução aponta ainda para que, «depois de uma ampla discussão popular», se realize na URSS uma «reforma do sistema de formação de preços», reverendo os preços de compra e de venda a grosso e retalho.

«Na realização da reforma dos preços de venda a retalho — sublinha a resolução da Conferência do PCUS — deve-se ter firmemente por base o princípio de que a alteração dos preços não deve de forma alguma prejudicar o nível de vida da população. ■



## Sobrevivência

No último fim-de-semana o CDS encomendou 300 quilos de febras e 10 cabazes de sardinha e foi para Miramar (Gaia) comemorar os seus 14 anos de existência. A tão proletário repasto acorreram cerca de 1000 pessoas, segundo relatos pormenorizados, o que dá umas satisfatórias 300 gramas de febras por cabeça e um suplemento sardinhado de abarrotar o mais bojo centrista. Catorze anos depois o CDS — há que reconhecê-lo — já encosta à mesa, com perícia e por via da ementa, dois órgãos socialmente contraditórios — o cérebro da «massa» e a barriga das massas. Talvez por isso, em vez de discursar o professor Freitas queixou-se: «Se em 1974/75 corremos o risco de ser esmagados pela violência da Revolução — lamentou-se ele — hoje estamos novamente perante um problema de sobrevivência enquanto partido autónomo no sistema político português». E especificou: «Pela segunda vez na história, o CDS está a travar uma luta pela sobrevivência». Não se assuste, professor. Lá por se verem forçados a descer ao nível da febra e da sardinhada, não quer dizer que vão cair já de inanição.

## Lotarias

Parece que os portugueses vão em breve poder jogar na «Lotaria Europeia», segundo informou a Santa Casa da Misericórdia. Os primeiros e segundos prémios serão, respectivamente, de 100 000 e 50 000 contos. Estamos safos. Afinal a CEE não é só «jogo branco». E quem ganhar até pode beber tinto. Europeu, claro.

## Considerações

O primeiro-ministro Cavaco Silva afirmou esta semana que os agentes económicos portugueses «não tomaram em devida consideração 1992, ano em que estará substancialmente avançado o mercado interno europeu sem barreiras técnicas, físicas, administrativas e também fiscais». 1992 agradeceu e disse: «ao menos ainda há alguém que me considera!».

## Plenamente

Mira Amaral, ministro da Indústria e Energia, falando na cerimónia solene de posse dos corpos sociais do Nersant, uma delegação da Associação Industrial Portuguesa (AIP), informou a

## Pontos Cardeais

dada altura: «Santarém é um Distrito plenamente europeu, quer no plano agrícola, quer industrial».

E a gente a pensar que Santarém era um Distrito plenamente asiático. Em qualquer plano.

## Milhões

A CAP, que logo a seguir aos temporais que devaštaram a agricultura do continente se apressou a concordar com as medidas então propostas pelo Governo e que, em substância, recusavam indemnizações a fundo perdido (a única forma de, efectivamente, minorar o desastre que se abateu sobre a generalidade dos agricultores), deu nessa altura uma imagem a corpo inteiro daquilo que realmente é: uma agremiação ao serviço dos latifundiários e grandes proprietários de terras, que nada tem a ver com a esmagadora maioria

dos pequenos e médios agricultores que constituem o tecido produtivo agrícola do País.

Apercebendo-se da «argolada», a CAP surgiu agora numa reunião em Santarém, misteriosamente convocada, a anunciar que iria pedir «60 milhões de contos ao Governo» para uma linha de crédito, afirmando-o com a arrogante convicção de quem está seguro de obter o que quer. Na verdade ninguém duvidou que a CAP venha a obter o que quer do Governo. O que a generalidade dos agricultores presentes fizeram claramente sentir aos «esforçados» representantes dos grandes agrários é que aquilo que a CAP quer (e até podem ser os 60 milhões de contos...) tenha alguma coisa a ver (ou a dar...) com aquilo que os agricultores necessitam — esse dinheiro e muito mais, como indemnização compensatória. Que, entretanto, o Governo continua a recusar...

Gazetilha  
por Ignotus Sum

## Diferença

Quer Cavaco o quê?  
A revisão  
da Constituição?  
Por mim, considerando o que ela é,  
acho que não.

O que ele quer então  
não é a revisão  
mas a visão... à ré.

## A oportunidade

Constância à partida  
dizia de Cavaco esta verdade:  
«Ele é o homem da oportunidade  
perdida...»

Hoje, porém, doutra maneira fala.  
Magnânimo parece ter vontade  
de na questão da oportunidade  
ajudar o Cavaco a encontrá-la.

Já não é um, depois,  
a perdê-la: são dois...

Roque Santeiro  
(a propósito da revisão)

Quem vê Roque Santeiro  
e quem entende  
o seu falar ligeiro  
alguma coisa de importante aprende.

Dizia o Flô com aquele olhar ambíguo  
para a mulher, em jeito de lição:  
— Gostou sempre o Poder de ter um bom amigo  
na Oposição...

Entendo bem esta linguagem franca.  
E conclusão final:  
ali não se falava de Asa Branca  
mas sim de Portugal...

Sim ou não?  
Não ou sim?

PSD levou a UNITA ao Parlamento.  
Fracá glória!  
Triste momento!  
Sakala disse que era uma vitória...

Governo diz à UNITA que não.  
Partido do Governo diz que sim.  
Eu cá, enfim,  
não me quero meter na confusão,  
mas se fosse ao Cavaco, pediria  
de chefe do partido a demissão...

... se não, está mesmo à vista a hipocrisia...

## Nem com pinça!

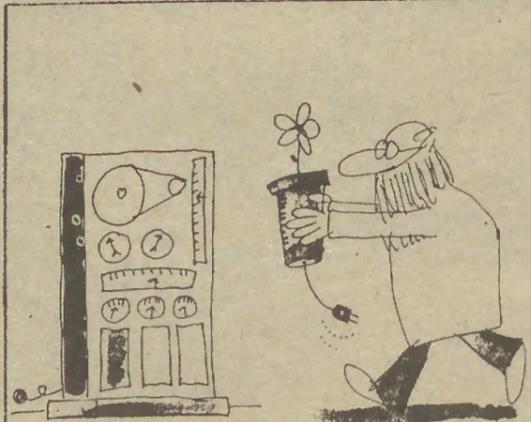
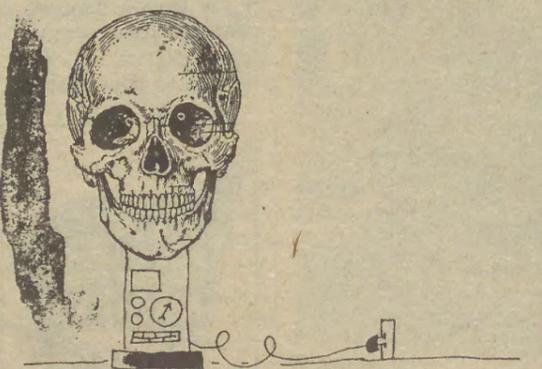
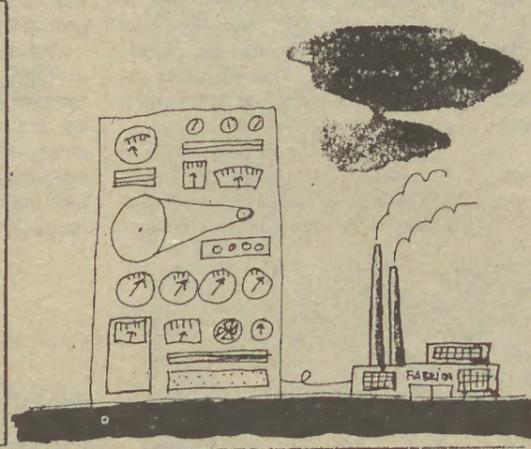
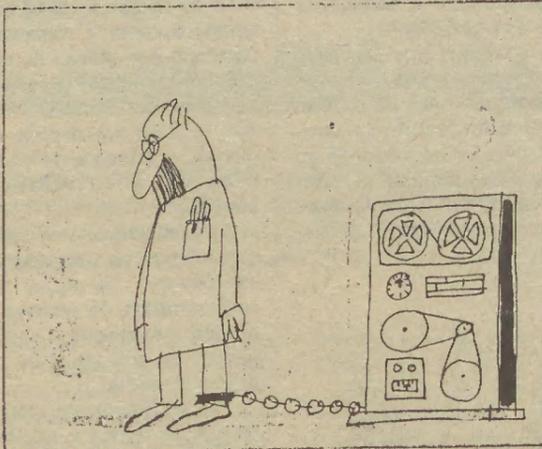
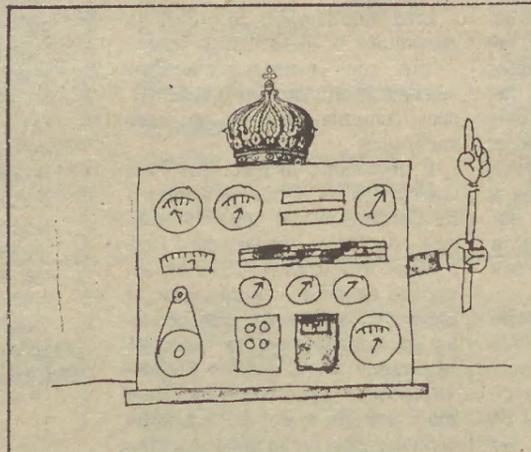
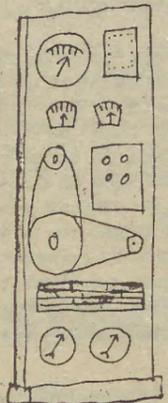
Cardoso Pires, o olhar correcto  
na frase da semana:  
«A UNITA é o braço preto  
da União Sul-Africana...»

Por isso, eu, tirando a pinça que manejo  
de dentro do estojo,  
não toco no Savimbi-percevejo  
já nem é por política: é por nojo.

## Poema para Mandela

Clarão e janela  
o nome de Mandela

Mandela, camarada, já venceste  
o opressor:  
ele nunca terá um poema de amor  
como este.

ORDENADORES  
ELECTRÓNICOS



# TV O Programa

Quinta <sup>28</sup>

## RTP1

10.00 - Às Dez  
12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra» (75.º epis.)  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - liha da Fantasia  
14.20 - Série: «Jogos Olímpicos»  
14.50 - Peter's Pop Show  
16.00 - Brinca Brincando  
17.00 - Ponto Por Ponto  
18.00 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro» (205.º epis.)  
21.05 - Primeiro Andamento  
21.40 - Telemundo



22.10 - Série: «Espelho Secreto»  
3.10 - 24 Horas  
23.45 - Remate

## RTP2

14.30 - Série: «Filhos e Filhas»  
14.55 - Série: «Joana»  
16.00 - Série: «Quem Sai aos Seus...»  
16.25 - Trinta Minutos Com...  
16.55 - Telenovela: «Helena» (17.º epis.)  
17.40 - Série: «O Regresso de Antilópe»  
18.10 - Série: «Equinócio»  
19.05 - Totally Live  
20.00 - Série: «O Fugitivo»

20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Montra de Livros  
21.35 - Artes Plásticas  
22.05 - Série: «As Teias da Lei»  
23.00 - América, Luta pelos Direitos Cívicos» (ult.º epis.)

Sexta <sup>29</sup>

## RTP1

10.00 - Às Dez  
12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série: «Derrick»  
14.20 - Imagens da Arte Portuguesa  
15.05 - James Cotton  
16.00 - Brinca Brincando  
17.00 - Ponto Por Ponto  
18.00 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.00 - Escolher Saúde  
21.20 - Série: «Os Homens da Segurança»  
22.45 - Tribunal de Polícia  
23.15 - 24 Horas  
23.50 - Remate  
00.15 - Pela Noite Dentro - «Trágica Recordação», real. Walter Grauman (EUA/1980)

## RTP2

14.30 - Série: «Filhos e Filhas»  
14.55 - Agora, Escolha!  
16.25 - Giramundo  
16.55 - Telenovela: «Helena»  
17.40 - Gente de Fora  
18.05 - Basquetebol Americano  
19.05 - Totally Live  
20.00 - Série: «O Fugitivo»  
20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Montra de Livros  
21.35 - Clube de Jornalistas



22.10 - Série: «A História»  
23.05 - Entre Barreiras  
23.30 - Troféu

Sábado <sup>30</sup>

## RTP1

10.00 - Juventude e Família  
12.05 - Operação Open  
13.00 - Notícias  
13.10 - Série: «Os Fiscais»  
14.00 - Parlamento  
14.30 - 13.º Festival Internacional de Circo de Monte Carlo  
15.30 - Sessão da Tarde: «Um Verão na Montanha», real. Jeannot Szwarc (EUA/1973)  
17.35 - Série: «Allô, Allô»  
18.05 - Vivamusica  
19.10 - Sete Folhas  
19.45 - Totoloto  
20.00 - Jornal de Sábado  
21.15 - Boletim Meteorológico  
21.25 - Série: «Alf»  
22.00 - Espectáculo (gravado no Coliseu dos Recreios)



23.50 - Cinema da Meia Noite: «Divina Loucura», real. Michael Ritchie, interpr. Bette Midler (EUA/1980)

## RTP2

10.10 - Compacto «Totally Live»  
13.00 - Compacto «Selva de Pedra»  
16.00 - Troféu  
20.00 - Music Box  
22.50 - Uma Boa Ideia  
21.15 - Molière - Comédia e Drama (2.º progr.)  
22.15 - Concorde ou Talvez Não  
23.45 - O Som da Surpresa

Domingo <sup>31</sup>

## RTP1

10.00 - Juventude e Família  
11.15 - Missa  
12.05 - 70x7  
12.30 - TV Rural  
13.00 - Notícias  
13.10 - Um País de Floresta  
13.35 - Série: «O Continente Americano»  
14.30 - Primeira Matinée: «O Amor Nasceu em Paris», real. Mervyn LeRoy  
16.15 - Deixem Passar a Música



17.00 - Cinema Português: «Fado, História de uma Cantadeira», real. Perdigão Queiroga, interpr. Amália Rodrigues (1947)

19.00 - Série: «O Justiceiro»  
20.00 - Jornal de Domingo  
20.30 - Boletim Meteorológico



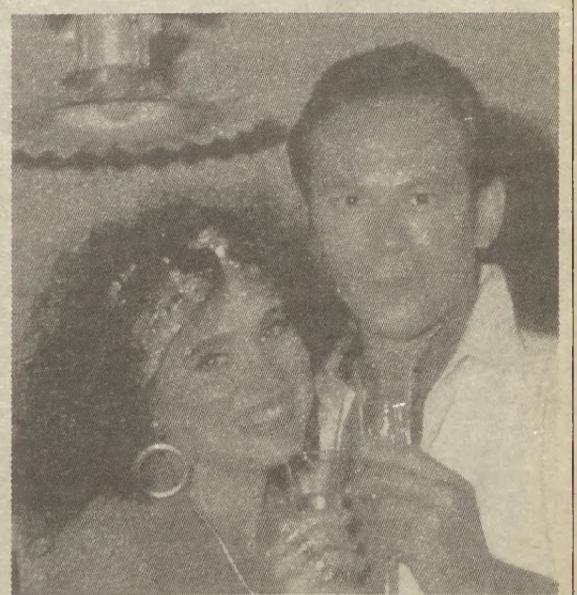
20.45 - Série: «Acasos de Guerra»  
21.50 - Cacau da Ribeira  
22.55 - Domingo Desportivo

## RTP2

10.00 - Troféu  
13.00 - Music Box  
14.00 - Caminhos  
14.30 - Novos Horizontes  
15.00 - Troféu  
17.00 - Concurso de Jovens Empresários  
18.10 - Série: «5.ª Dimensão»  
19.00 - Piano Bar  
20.00 - Série: «Quem Sai aos Seus...»



20.25 - Artes e Letras - Delacroix  
21.25 - Cineclub - «Playtime - Vida Moderna», real. Jacques Tati (França/1967)



Quarta-feira a despedida

Segunda <sup>1</sup>

## RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série: «O Império de Carson»  
14.20 - Guimarães, Dia Um de Portugal  
14.45 - Classic Aid (2.ª parte)  
15.50 - Brinca Brincando  
17.00 - Ponto por Ponto  
18.00 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.10 - O Sonho do Emigrante  
21.40 - Jogos Sem Fronteiras  
23.30 - 24 Horas  
00.15 - Remate.

## RTP2

14.30 - Série: «Filhos e Filhas»  
14.55 - Agora, Escolha!  
16.25 - Trinta Minutos Com...  
16.55 - Telenovela: «Helena»  
17.35 - Série: «Um Amigo Especial»  
18.05 - Série: «Histórias Maravilhosas»  
19.05 - Totally Live  
20.00 - Série: «O Fugitivo»  
20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa  
21.00 - Jornal das Nove  
21.35 - Teatro Português - três peças de Franz Xaver Kroetz, encenadas e interpretadas pelo Teatro da Cornucópia.

Terça <sup>2</sup>

## RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série: «Dallas»  
14.20 - Série: «Jogos Olímpicos»  
15.50 - Brinca Brincando  
17.00 - Ponto por Ponto  
18.00 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Vamos Jogar no Totobola  
20.35 - Telenovela: «Roque Santeiro»

21.30 - Programa da Direcção de Informação

22.35 - Série: «Simenon»  
23.40 - 24 Horas  
00.15 - Remate.

## RTP2

14.30 - Série: «Filhos e Filhas»  
14.55 - Dois Dedos de Conversa  
16.25 - Trinta Minutos Com...  
16.55 - Telenovela: «Helena»  
17.35 - Série: «Histórias Fantásticas de Ray Bradbury»  
18.05 - Music Box  
19.05 - Totally Live  
20.00 - Série: «O Fugitivo»  
20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Lá em Casa Tudo Bem (últ. ep.)  
22.00 - Cinemadois: «Os Subversivos».

Quarta <sup>3</sup>

## RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série: «Fama»  
15.50 - Brinca Brincando  
17.00 - Ponto por Ponto  
18.00 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro» (últ. ep.)  
21.15 - Lotação Esgotada: «Meu Irresistível Selvagem», real., Jean-Paul Rappeneau (França/1975)  
23.25 - 24 Horas  
24.00 - Remate.

## RTP2

14.30 - Série: «Filhos e Filhas»  
14.55 - Agora, Escolha!  
16.25 - Trinta Minutos Com...  
16.55 - Telenovela: «Helena»  
17.40 - Série: «A Viagem do Mimi»  
18.10 - Série: «Hans na Maior»  
19.05 - Totally Live  
20.00 - Série: «O Fugitivo»  
20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa  
21.00 - Jornal das Nove  
21.35 - Série: «Joana»  
22.25 - Clube de Jornalistas  
23.10 - Fantasia e Realidade - Cinema de animação.

problemas da paz e do socialismo

revista dos partidos comunistas e operários

# revista internacional

Os comunistas e a juventude

A unidade: o que se deve colher do passado?  
Diálogo entre veteranos do movimento comunista

Álvaro Cunhal: Numa situação de crescente confronto entre as classes

LEADEROS

# POLITIKA!

O REGRESSO...

# Cinema

A seleção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Império do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★★
<b>B</b>	A Insustentável Leveza do Ser	—	★★★	★★	★	★
<b>C</b>	Maurice	—	—	★★★	—	★★★★
<b>D</b>	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de \* a ★★★★★

A — Real. Steven Spielberg — Alfa/2 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Lisboa.  
 B — Real. Philip Kaufman — Las Vegas (15.00, 18.15, 21.30); Londres (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.  
 C — Real. James Ivory — Mundial/2 (15.15, 18.15, 21.30) — Lisboa.  
 D — Real. Bernardo Bertolucci — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45) — Lisboa.

# Teatro

O Cartaz

• LISBOA

**Casa dos Tabuleiros**, R. Poiais de S. Bento, 75-B. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumental**, de Fialho de Almeida, enc. Silvina Pereira, pelo Grupo Maizum.

**Comuna**, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Deus os Fez, Deus os juntou**, teatralização de quatro contos de Tchekov. Interpr. Manuela de Freitas, Mário Viegas.

**Ritz Clube** De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Baile**, adaptação e encenação de Helder Costa,

pelo Grupo A Barraca.

**Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45; dom. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

**Teatro do Bairro Alto**, R. Ten. Raul Cascais, 1. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Auto da Feira**, de Gil Vicente, encenação Luís Miguel Cintra — A Cornucópia.

**Teatro Nacional D. Maria II**, Rossio. Sala Garrett — De 3.ª a sáb. às 21.30; sáb. e

dom. também às 16.00. **O Fidalgo Aprendiz**, de D. Francisco Manuel de Melo, enc. Varella Silva. Sala Gil Vicente De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Crimes do Coração**, de Beth Henley, enc. João Canijo, pela Comp. de Teatro Luzes.

**Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armand Cortez.

• ALMADA

**Teatro Municipal de Almada**, R. Conde Ferreira. Dona Rosinha Solteira, de Fe-

derico Garcia Lorca, enc. Joaquim Benite, diariamente às 21.30, sáb. e dom. Também às 16.00 — Companhia de Teatro de Almada.

• ESTORIL

**Teatro Mirta Casimiro**. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Opereta**, de Gombrowicz, adaptação e encenação de Carlos Avilez — Teatro Experimental de Cascais.

• ÉVORA

**Teatro Garcia de Resende**. De 4.ª a sáb. às 21.30. **Moderado**, de Arthur Adamov, encenação de Luís Varella — Companhia do Centro Cultural de Évora.

# Exposições

• LISBOA

**António Melão** — Fotografias sobre o Japão. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17. 2.ª Dt.º. Às 3.ª e 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 29/7)

**«Arte High-Tech em Questão»** — técnicas várias. De E. M. de Melo e Castro, Cecília Melo e Castro, Pedro Barbosa, Silvestre Pestana, Clara Menezes, Eduardo Kac. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 30/7)

**Catarina Balaieiras e Pedro Campos Rosado**. Galeria Quadrum, R. Alberto de Oliveira (Coruchéus).

**Colectiva de escultura** (Croft, Miguel Branco, Alberto Carneiro, Graça Costa Cabral, Xana). Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/7)

**Colectiva de pintura** (Leonel Moura, Cabrita Reis, Julião Sarmento, Fernando Calhau, Pedro Proença). Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/7)

**A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro**. — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª

a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**Costa Pinheiro Tapeçaria**, pintura. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 31/7)

**Filipe Rocha da Silva** — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

**Gil Teixeira Lopes** Pintura e escultura. Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, ao sáb. só de manhã (até 31/7)

**Hein Senke** Pintura. Gal. S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 161. De 3.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30, e das 15.00 às 19.00, ao sáb. só à tarde (até 30/7)

**«Imagens de Nossa Senhora»**. Mosteiro dos Jerónimos (Refeitório). De 3.ª a dom. das 10.00 às 18.30 (até 31/7)

**Isabel Augusta** — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/7)

**Jorge Jacinto** — «O Mundo do Espectáculo», fotografia. SPA, Av. Duque de Loulé, 31. De 2.ª a 6.ª, das 15.00 às 20.00 (até 22/5)

**Jorge Martins** — Desenhos. Gal. de Ex-

posições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30. (até 14/8)

**José Noel Perdigoão** — «Tauromaquias», desenho. Atelier 15, R. Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 21.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 6/8)

**Lino António** — Pintura. Gal. de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 13.30 e das 14.30 às 19.00.

**Luís Caruncho** Pintura e Gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113. (até 29/7)

**Nuno Siqueira** — Pintura recente. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 30/7)

**«Paisajes»** — Colectiva de jovens pintores espanhóis. Forum Picoas (até 30/7)

**Paula Rito, Isabel Tavares, Paula Carreira** — Desenho e pintura. Gal. Voz do Operário, R. da Voz do Operário. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 e das 20.00 às 22.00; sáb. das 15.00 às 19.00 (até 28/7)

**Verónica Nel** — Pintura. Gal. St.ª Justa, R. Santa Justa, 93-2.º. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 28/7)

**Vieira da Silva** — Pintura (80 obras de

várias colecções). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 31/8)

• PORTO

**Manuel Baptista** — Pintura. Gale. Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 19/8)

**Nadir Afonso** — Pintura. Quadrado Azul, R. Costa Cabral, 777. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00.

**Patrícia Garrido** — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. Das 16.00 às 20.00 (até 30/7)

• OUTRAS LOCALIDADES

**António Pimentel** Pintura. Até 9/9, Centro Cultural de S. Lourenço ALMANSIL.

**1.ª Mostra de Escultura ao Ar Livre**. Até 30/9, Parque Central — AMADORA.

**A Indústria do Vidro no Séc. XVIII** — Real Fábrica de Vidros de Coia. Convento de Verderena, das 15.00 às 19.00 e das 21.00 às 23.00 (até 31/7) BARREIRO.

**Júlio Pomar** — Desenho e serigrafia. Até 3/8, Galerias da Universidade — BRAGA.

**Mostra de Arte Brasil-Portugal** — Colectiva de novos pintores brasileiros. Até 15/8, Casa dos Crivos BRAGA.

**A Arte da Miniatura em Barro** (colectiva). Até 21/8, Museu José Malhoa CALDAS DA RAINHA.

**O Azulejo na Rua** (o azulejo na arquitectura portuguesa) — Fotografia. Museu da Cerâmica, Quinta Visconde de Sacavém (até 2/8) CALDAS DA RAINHA.

**Velloso Saigado** — Pintura. Gal. de Colares, R. Fria, 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 7/8) COLARES.

**José de Guimarães** — Pintura e escultura. Convento dos Capuchos (até 20/8) COSTA DA CAPARICA.

**Costa Martins** — «Lisboa Revisitada», pintura. Até 31/7, Galeria de arte do Casino — ESTORIL.

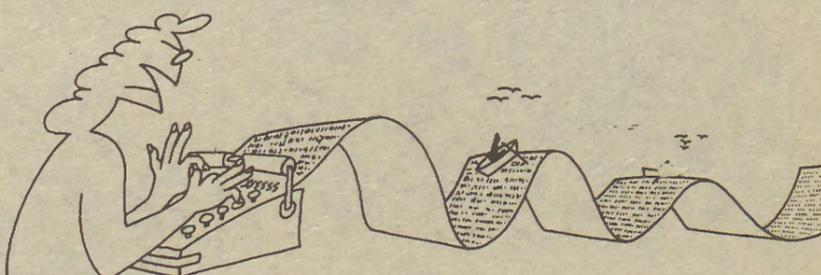
**Aníbal Falcato Alves** — Colagens. Galeria Municipal. ESTREMOZ.

**Bienal Internacional de Óbidos**. Até 31/7, Solar de Santa Maria — ÓBIDOS.

**Eurico Gonçalves** — Desenho e pintura (retrospectiva anos 50-80). Até 20/8, Museu de SETÚBAL.

**Fernando Pinheiro** — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA

**Arte Portuguesa Contemporânea** — Exposição inaugural da Gal. Municipal de Vila Franca de Xira; pintura e escultura de Álvaro Perdigoão, António Carmo, António Trindade, Carlos Calvet, Helder Baptista, Hilário Teixeira Lopes, Isabel Sabino, João Duarte, Jorge Pinheiro, Maria João Franco, Nelson Dias, Rocha de Sousa, Rogério Amaral, Rogério Ribeiro, Virgílio Domingos. Até 21/8 VILA FRANCA DE XIRA.



# ...e ainda

Música, debates, etc.

**Bailado**

Falemos agora da música interpretada pelo corpo. Duas companhias de bailado a actuarem simultaneamente em Lisboa. No Teatro Municipal de São Luiz, até domingo (31), oportunidade para ver a **Companhia Canária de Dança** — Ballet Gelu Barbu e os temas Iguaya e Pajaros de Dias Likvidos.

No Teatro da Trindade e só até amanhã, sexta-feira (29) tempo para a **Oficina Coreográfica** apresentar dois programas. Hoje, o primeiro, constituído por O Absurdo Aventura, Cântico à Inocência, Amantes, Entrópia e Romantismo. Amanhã, o segundo programa, constituído por Ficções, Amantes, Alvorada e Romantismo.

**Bienal de Cerveira**

A VI Bienal Internacional de Cerveira abre as suas portas no sábado (30), tendo como tema central deste ano o **Design Gráfico**. Até 4 de Setembro, ir até Vila Nova de Cerveira é programa. Não só pela mostra internacional de design gráfico, mas também

pela exposição de obras de pintores galegos que viveram o fascismo e que tem o título feliz de «**Vanguardas e Silêncios**» e pela exposição de gravura de **Bartolomeu Cid**, um consagrado gravador europeu.

Ir a Vila Nova de Cerveira também pelas peças de teatro, performances e animação de rua que completam o programa desta que é já a sexta Bienal Internacional de Cerveira.

**Jazz e Clássica**

O Jazz volta a Lisboa por iniciativa da Fundação Gulbenkian. O primeiro espectáculo do ciclo «Jazz em Agosto» é já na quarta-feira (3) com a «**Vienna Art Orchestra**», que voltará a apresentar-se no dia seguinte.

Mas esta é uma temporada fértil em acontecimentos musicais. Em Évora, tempo ainda para os dois últimos espectáculos das 2.ª Jornadas de Música Clássica. No sábado e no domingo, respectivamente, a actuação dos coros **Gulbenkian** e **Regina Coelide Lisboa** no espaço da Sé.

E porque de festivais se fala, espaço também para o Festi-

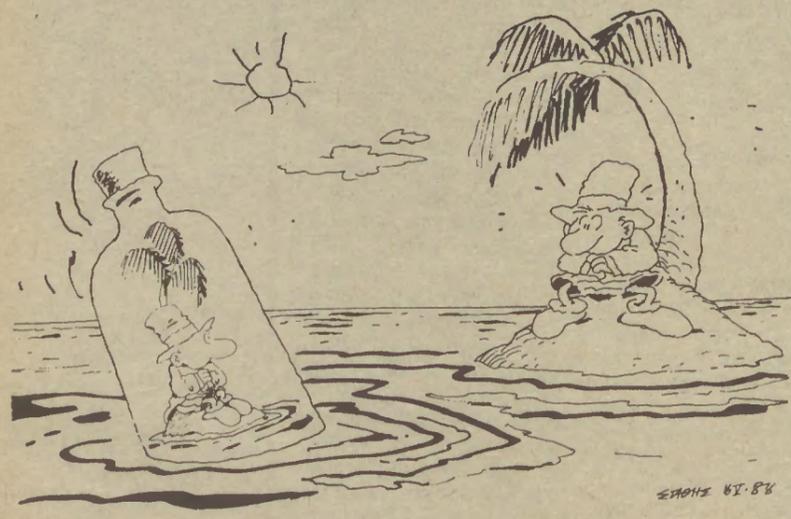
**Festas de Loures**

Até ao último dia do mês (domingo), a continuação dos festejos comemorativos do 102.º aniversário do concelho de Loures. Hoje (28) com a actuação da Banda dos Voluntários do Zambujal e com o baile animado pelos «Xicos», tudo no palco do Arraial Saloio.

Amanhã (29) no Palco principal do Polidesportivo de Loures, a actuação de **Júlio Pereira** e, no palco do Arraial Saloio, a actuação da banda da Sociedade Musical e Desportiva de Caneças e o baile, uma vez mais com os «Xicos», e ainda com «Acordeonistas».

30 de Julho, porque é sábado, é o dia da Infância e tempo para a actuação de escolas de música. Mas o prato forte é a actuação de **Sérgio Godinho** em Santa Iria de Azoia.

No domingo, último dia do mês, as comemorações dos 102 anos do concelho de Loures a fecharem dedicadas à juventude e com os **Sétima Legião** a serem cabeça de cartaz no último espectáculo dos festejos. Um espectáculo que se realiza no palco principal no poli-desportivo de Loures.



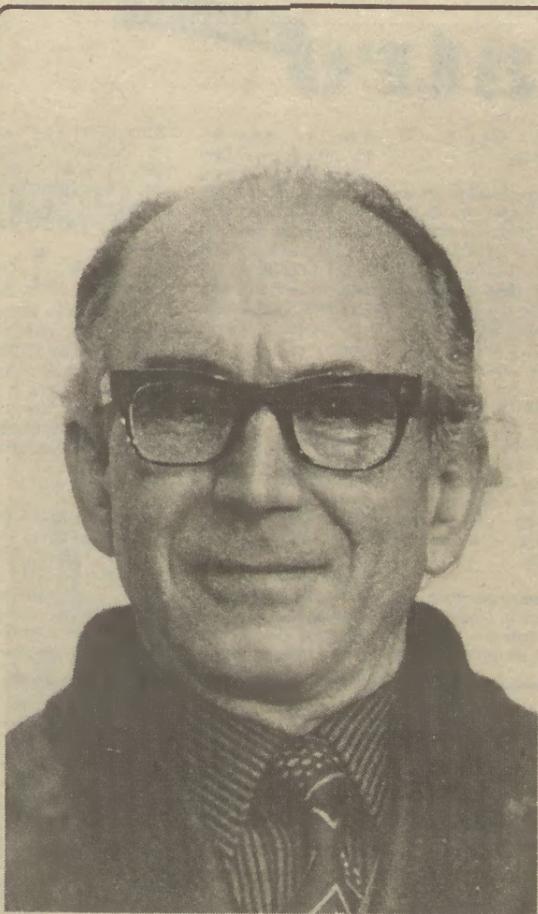
# Tempo Fim de Semana

Céu limpo ou pouco nublado com vento fraco, soprando durante a tarde em regime de nortada moderada na faixa costeira ocidental a sul do cabo do Mondego.

Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

# Todos os caminhos vão dar a Loures





## FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado  
por  
**Fernando Correia**  
Colecção «Resistência»



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

## Síntese semanal da IMPRENSA

O DN, como é aliás seu hábito, comentou esta semana em editoriais as questões mais quente da actualidade nacional. Dessas, as que hoje seleccionamos (protesto na AR contra a aprovação do pacote laboral, a falência das metas governamentais da inflação e o auto-aumento a que os políticos do PSD procederam) servem também para mostrar de que maneiras se vai fazendo a social-democratização de um jornal. Espera-se que tal «estado de espírito» acabe quando acabar este Governo...

### O Parlamento e a rua

• «Será inútil insistir em qualificar os incidentes ocorridos no hemiciclo de São Bento, aquando da votação do pacote laboral. Quando o público, instalado nas galerias, se permite insultar deputados de qualquer partido e arremessar-lhes objectos, dizer que este facto é "lamentável" equivale a enunciar o óbvio, pelo que se trata de uma redundância. Da mesma forma, não cabe dramatizar, evocando os tumultuosos acontecimentos do período revolucionário: a dimensão dos recentes distúrbios não é comparável. Embora, nas exactas proporções que atingiu, justifique amplamente uma reflexão.

Como é evidente, não estão em causa os alegados méritos, vícios ou inconstitucionalidades do pacote laboral; essa é ou deveria ser — uma questão perfeitamente alheia ao juízo que se possa fazer sobre a ocorrência. E, igualmente, não está sequer em discussão a ideia, inaceitável, de considerar a Assembleia da República uma entidade "sagrada", acima do comum dos mortais, intocável pela crítica ou pelo verbo do humor, porque a deificação das instituições humanas é algo que não se casa com a democracia.

Mas, não podendo ela estar acima da crítica, resta que a Assembleia da República é um órgão de soberania e tem de funcionar com dignidade e normalidade; há uma distinção, nítida e fundamental, entre democracia e arruaça, diferença que é apreendida, sem ambiguidades, pela maioria do público e deve ser intransigentemente defendida pelos próprios membros do Parlamento.

Todavia, importa fazer notar que nenhuma das declarações proferidas, dentro desta linha de raciocínio, tomou os factos pelo seu significado objectivo: o desrespeito pela Assembleia no seu todo; a arruaça levada ao hemiciclo. Importa igualmente fazer notar o seguinte: claro que estes incidentes, em si, são apenas "lamentáveis"; porém, não deixam de criar precedentes e inserem-se numa prática perigosa — no extremo desta linha de acção está um tenente-coronel Tejero entrando de rompage nas Cortes espanholas, arma na mão, gritando: "Todos estendidos no solo!". Tal ponto encontra-se muito distante do caso de São Bento — mas a trajectória é

a mesma e isto deveria fornecer aos deputados matéria para ponderação.»

(«Diário de Notícias»,  
22. Julho)

### Concertação em causa

• «Durante meses a fio, os parceiros sociais e o Governo negociaram um acordo sobre política de rendimentos e preços para 1988 que veio a ser assinado por todos, com excepção da CIP e da CGTP, em cerimónia solene a que presidiu o Primeiro-Ministro. O compromisso foi enaltecido pelas partes subscritoras, tendo Cavaco Silva observado que ele constituía "um factor decisivo para a estabilidade social e o progresso económico nesta fase crucial em que se concretizará o grande salto qualitativo no desenvolvimento". Estávamos a 25 de Janeiro.

Há uma semana, o Instituto Nacional de Estatística divulgou valores da inflação a partir dos quais se pode considerar, com uma margem de segurança praticamente incontestada, que o índice esperado — na base do qual foi celebrado o acordo com os parceiros sociais — não será atingido até ao fim do ano. A UGT declarou nulo o compromisso e formalizou a sua denúncia na última sexta-feira. O acordo caducou — e deixou de ser, pelos vistos, um instrumento decisivo para a estabilidade social e o progresso económico. Todas as partes contratantes, do Governo à UGT, passando pela CAP e pela Confederação do Comércio, se empenharam em afirmar publicamente que a ruptura não é nenhum drama.

Drama não será, com efeito. Basta termos presente que o Conselho Permanente de Concertação Social foi criado em 1984 e que só em 1987 vigorou o primeiro acordo sobre política de rendimentos e preços. Anteriormente, portanto, nenhum dos parceiros sociais estava obrigado a orientar a sua acção segundo termos previamente estabelecidos com os restantes e com o Governo. E o País sobreviveu, conquanto a economia se tenha ressentido, ao longo dos anos, dos prolongados conflitos laborais, dos desequilíbrios frequentemente chocantes entre os níveis de crescimento dos salários em diferentes sectores ou empresas — consoante o poder reivindicativo dos respectivos sindicatos — e de uma desordem equivalente em matéria de preços.

Foi para tentar corrigir esta situação que o Governo do bloco central criou o Conselho Permanente de Concertação Social e que os dois Governos de Cavaco Silva se esforçaram, com êxito, por obter o acordo sobre rendimentos e preços. Eis porque se afigura algo surpreendente que todos os parceiros se apresentem a desvalorizar o acto de denúncia do instrumento em causa, incluindo a UGT, que tomou a iniciativa, e o próprio Executivo. Mas, cada um terá, por certo, boas razões para formular esse juízo.

O acordo teve sete meses de vigência que coincidiram com a negociação da maioria dos contratos colectivos de trabalho. Serviu de orientação para o aumento de vencimentos na Função Pública, o que não é questão de somente, na perspectiva do Orçamento de Estado. Estamos praticamente em férias e quando Setembro chegar já os eventuais efeitos da ruptura do compromisso estabelecido com a UGT pouco poderão contribuir para pôr em causa as grandes metas da política económica para este ano.»

(«Diário Notícias», 26. Julho)

### Cargos e ordenados políticos

• «Em primeiro lugar, reconhecemos que os vencimentos dos titulares de cargos políticos, em Portugal, antes ou depois do último aumento, não são escandalosos. Olhe-se perto de nós, para qualquer país europeu, e façam-se comparações. Ou façam-se comparações com vencimentos de outras carreiras, aqui mesmo, no nosso país.

De facto, não é com os vencimentos praticados nesses cargos que se farão fortunas. Para tentarmos partir de uma base razoável, digamos ainda que não são os políticos, mesmo depois deste aumento, que ganham escandalosamente de mais. O que há é demasiados portugueses que ganham escandalosamente pouco...

Do ponto de vista da população mais desfavorecida e sobretudo da função pública nos seus escalões mais baixos, dos reformados e dos que vivem dos salários mínimos, indexados a valores de uma inflação prometida e nem sempre verificada, será sempre chocante que os políticos se promovam a um aumento tão acima do seu magro "tecto" salarial.

É verdade que as finanças do Estado "sofrem" menos em aumentar os políticos em 25 por cento do que em subir em 10 por cento os salários mínimos e as pensões de reforma ou em encurtar, em benefício das letras mais baixas, a largueza do leque da função pública. E sendo verdade, como já dissemos, que este aumento não foi escandaloso e é talvez necessário para evitar a deserção de quadros do Estado, como responder aos que não têm essa capacidade reivindicativa nem podem brandir a ameaça de alternativas?

A solução do problema terá de ser procurada, e encontrada, com vontade efectiva de justiça social, solidariedade e outros valores...

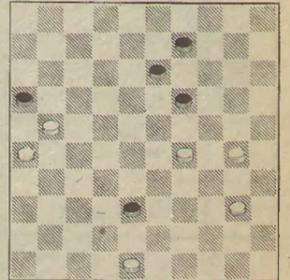
(«Diário Notícias», 23. Julho)

## Damas

CLXIV — 28 de Julho de 1988  
Proposição N.º 164

Por: E. Condemi  
— Itália, 1973

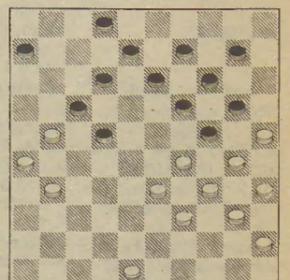
Pr: [5]: 9-13-16-19-38



Br: [6]: 21-26-29-30-40-48  
Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 164  
Por: Jacques Hauchard  
— Le Havre (F), 1963

Pr: [13]: 2-6-8-9-10-12-13-14-17-19-20-22-24



Br: [13]: 21-25-26-29-30-31-33-34-35-39-40-45-48  
Jogam as brancas e ganham

Solução do N.º CLXIV

Miniatura N.º 164 (E.C.): 29-33! (19x28\*); 30-24 (16x27) 48-43 (38x49)=D; 26-21 (49x19); 21x3+

Golpe N.º 164 (J.H.): 29-23 (19x28); 30x19 (13x24\*); 31-27 (22x31); 33x11 (6x17); 26x37 (17x26); 37-31 (26x37); 48-42 (37x48); 34-30 (48x34); 30x19 (14x23); 40x7 (2x11); 25x12+

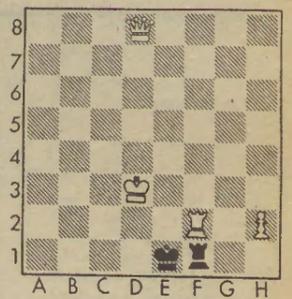
A. de M.M.

## Xadrez

CLXIV — 28 de Julho de 1988  
Proposição N.º 164

Por: Loumagne  
«Bulletin Ouvrier des Échecs»,  
1937

Pr.: [2]: Tf1-Ré1  
Br.: [4]: Ph2-Tf2-Dd8-Rd3



Mate em dois lances

\*\*

Jogo N.º 164  
Edimburgo, 1985

Br.: Bellin  
Pr.: Ivell

1. f4,c5; 2. Cf3,é6; 3. é3,Cf6; 4. b3,b6; 5. Bb2,Bb7; 6. g3,Bé7; 7. Bg2,0-0; 8. Dé2,Dg7; 9. 0-0,a6; 10. d3,b5; 11. Cbd2,Cg6; 12. ç4,d6; 13. Cg5,Tab8; 14. Cdé4,Dd8; 15. f5,é:f5; 16. T:f5,C:e4; 17. C:h7,Cg5; 18. C:f8,D:f8; 19. Dh5,Ch7; 20. T:f7 e as brancas ganham.

\*\*

Solução do N.º 164

Chave: 1. Dg5! (ameaça: 2. Dd2++)  
1. ... R:f2; 2. Dg3++  
1. ... T: f2; 2. Dc1++

A. de M.M.



# na festa!

*Avante!*

Director  
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 3  
28 de Julho de 1988

Não pode ser vendido  
separadamente

LOURES • 9, 10, E 11 SETEMBRO

# Melanie



na

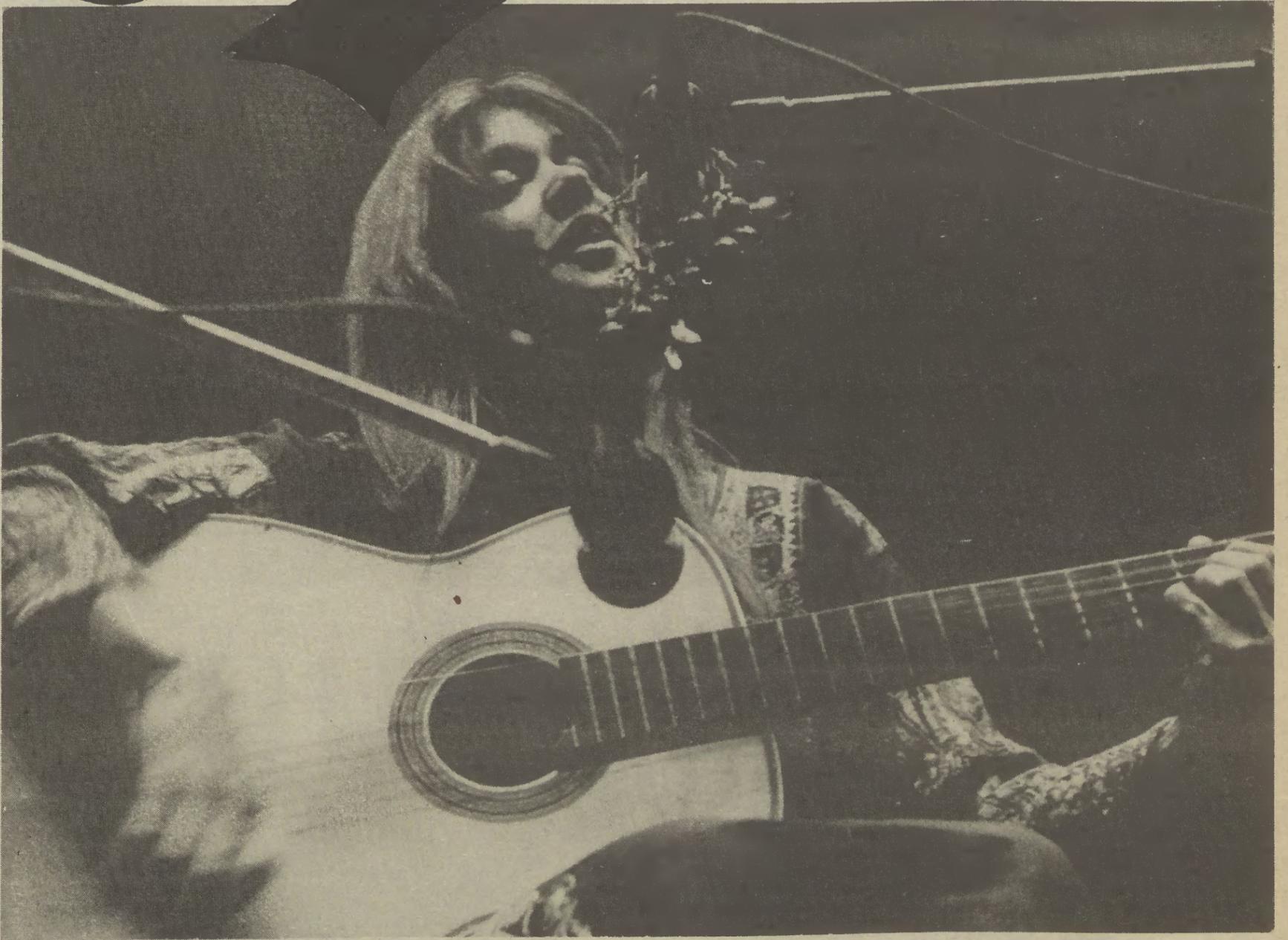
XII festa  
*Avante!*

e

# Gonzaguinha



# Melanie



«What have they done to my song, Ma» é uma canção que se transformou num autêntico hino. Uma das canções que tornaram a sua compositora e intérprete uma personagem mítica do movimento pacifista norte-americano e porta-voz em todo o mundo das melhores tradições progressistas do *boom folk* dos anos 60.

A mulher de que vos estamos a falar, Melanie, é outro dos nomes grandes da 12.ª Festa do «Avante!».

Melanie Safka nasceu em 1947, no dia 3 de Fevereiro, no bairro nova-iorquino de Queens. Depois, ainda adolescente, foi a mudança primeiro para Boston e, mais tarde, para Long Branch, em New Jersey.

Filha de uma antiga cantora de *jazz*, Melanie queria pisar os palcos mas no teatro, tendo frequentado a American Academy of Dramatic Arts.

Essa era a sua vontade, que o acaso tornou a sua vida bem diferente para gáudio de todos os amantes da *folk*.

A história não é novidade. É bem conhecida e divulgada. Foi de facto o acaso que levou Melanie a encetar a sua carreira como compositora e intérprete.

## A distração e o começo

Em 1968, ia Melanie para uma audição onde estavam a ser procurados intérpretes para um pequeno papel numa peça, quando se enganou na porta. Levava consigo uma guitarra para participar numa festa de amigos marcada para a noite desse dia.

Enganou-se na porta e deu consigo numa sala onde se realizavam audições de cantores. Viola a tiracolo, nada mais lhe restou do que cantar.

O resultado deste equívoco foi a gravação de «Born to be» para a pequena editora independente Buddah Records e o início de uma carreira que marcaria a história da *folk* dos 60.

As vendas deste seu primeiro disco

não foram de modo a transformá-lo num êxito e ainda durante 1968, mas já trabalhando com um agente chamado Peter Schekeryk, Melanie percorre o circuito dos clubes *folk* com pequenas audiências. Depois veio 1969 e o mítico festival de Woodstock.

Woodstock veio dar um novo impulso à carreira de Melanie, que na Primavera seguinte compunha e gravava «Lay Down (Candles in the rain)».

Estrondoso êxito e o seu primeiro disco de ouro.

## Um êxito continuado

Era o consolidar de uma carreira. Depois de «Lay Down», outros êxitos se seguiram e com eles a certeza da importância de Melanie na *folk song*. «What have they done to my song, Ma» foi um deles. A sua interpretação do *hit* de Mick Jagger e Keith Richards «Ruby Tuesday» foi outro.

De então em diante, o seu êxito foi continuado e em 1971 surge outra das canções históricas, «Peace Will Come (according to plan)». É nesse mesmo ano que Melanie e o seu agente, com quem entretanto se casa, constituem a sua própria editora, a Neighborhood que encerraria em 1975. O primeiro *single* da nova editora, «Brand New Key» atingiu o número 1 dos tops e vendeu mais de três milhões de cópias, atingindo também ele o disco de ouro. Era a terceira vez que tal acontecia a Melanie, uma vez que também «Peace Will Come (according to plan)» o tinha alcançado.

1971 é, aliás, um ano fundamental para Melanie Safka. Nesse mesmo ano realiza uma *tournee* mundial para a UNICEF e é reconhecida em todo o mundo como porta-voz das melhores tradições progressistas da canção *folk* dos anos 60.

É Melanie quem veremos ao vivo na Festa do «Avante!». ★



△ Etiqueta Buddah Records para que Melanie gravou o seu primeiro single...



... e a Neighborhood Records criada pela própria Melanie

## Quando acenderem os isqueiros num espectáculo...

Em 1969, Melanie esteve em Woodstock. A sua apresentação sucedeu-se à de um nome então mítico, o do músico indiano Ravi Shankar; quando entrou no palco, havia-se abastido sobre a audiência de centenas de milhares de jovens o dilúvio de água que, também ele, celebrizou Woodstock.

Não obstante, Melanie Safka obteve uma das maiores ovações do histórico festival e (pela primeira vez na história dos espectáculos ao vivo) durante a sua actuação acenderam-se na audiência milhares de velas, fósforos e isqueiros em afirmação de solidariedade.

Na Primavera seguinte Melanie compôs e gravou «Lay Down (Candles in the rain)», sentido tributo a quanto acontecera então.

«Lay Down (Candles in the rain)» deu a Melanie o seu primeiro disco de ouro e foi um gigantesco êxito que antecedeu outro sucesso histórico no ano seguinte, «Peace will come (according to plan)».

Para «Lay down» Melanie e o seu marido e produtor do

álbum Peter Schekeryk, encontraram uma fórmula que dificilmente poderia ser ultrapassada para conceder à canção todo o seu significado de memória de um dos mais gigantescos e fraternos acontecimentos culturais da história moderna: acompanhando Melanie surge o coro negro dos Edwin Hawkins Singers, um grupo que com a sua gravação do velho espiritual «Happy day» conseguira, no final dos anos 60, um histórico êxito discográfico da música negra americana. ★

# Melanie

Atenção à música brasileira. Ela está de volta aos palcos da Festa, cumprindo-se assim uma tradição que já trouxe ao nosso país os mais representativos compositores e intérpretes. Uns que não precisavam de apresentação, casos de Chico Buarque ou ainda de Gonzagão. Outros que hoje toda a gente conhece, mas que eram desconhecidos quando pisaram o palco 25 de Abril. Falamos de Elba Ramalho, de Simone, ou ainda de Alceu Valença.

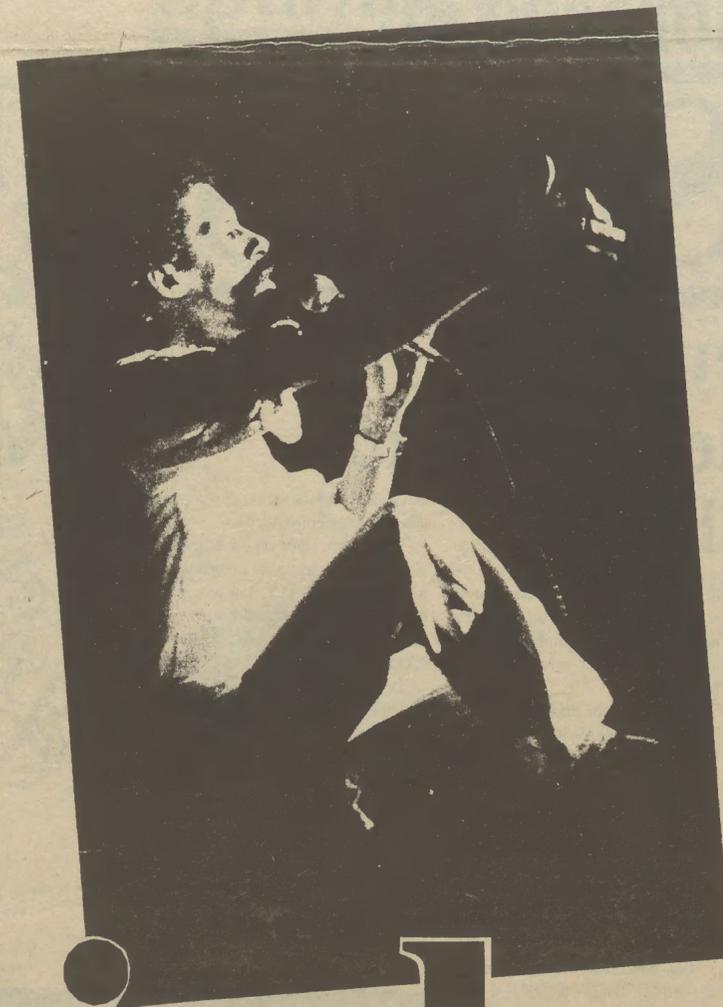
O homem de que hoje vos damos notícia não necessita de apresentação — já todos ouviram falar dele —, mas merece que falemos da sua obra, e isto porque os seus créditos no nosso país estão firmados essencialmente como compositor. É raro o disco dos melhores intérpretes brasileiros que não inclua pelo menos uma composição sua. Chama-se, como já

sabem porque leram o título e a primeira página deste suplemento, Gonzaguinha.

De seu nome próprio Luiz Gonzaga Júnior, o diminutivo é para contrapor ao nome com que seu pai ultrapassou as fronteiras do Brasil. Gonzagão, ou Lua, o Rei do Baião, que já tivemos oportunidade de ver na Festa.

Gonzaguinha nasceu no Rio de Janeiro a 22 de Setembro de 1945. Quando estiver no palco 25 de Abril da Festa, estará a poucos dias de fazer 44 anos. Hoje, é um dos mais profícuos compositores do Brasil, mas também um cuidado intérprete, que empresta aos seus espetáculos toda a verdade das suas músicas.

Por isso, os seus espetáculos são simples. Jogam mais com a força das suas palavras, composições e voz, do que com a ilusão dos grandes efeitos. Pelo que diz, pelo que toca e pela forma como interpreta, Gonzaguinha é um daqueles espetáculos a não perder na 12.ª edição da Festa do «Avante!». ★



# Gonzaguinha



## Cantor do quotidiano

Gonzaguinha foi já cantor maldito na sua terra. Tendo iniciado a sua carreira no final da década de 60, apenas uns anos mais tarde veria consagrada a sua grande qualidade de compositor.

Tudo tem uma razão, e isto não é excepção. Luiz Gonzaga Júnior canta o quotidiano do povo brasileiro e as suas canções estão peçadas de incitamentos à luta por melhores dias. Duas razões para que visse proibido o seu primeiro disco e para que durante anos, a imprensa brasileira visse nele o «cantor-rancor», sobre-explorando uma agressividade que o

compositor reconhece também possuir. Também, mas não só.

Uma agressividade que lhe vem da sua vivência enquanto catraio e de uma visão realista do Brasil, ao longo dos anos.

Significativa, esta sua afirmação: «eu acho que a abertura está na capacidade de as pessoas tomarem nas suas mãos suas reivindicações, sem esperarem que as concedam de cima para baixo».

É baseado neste preceito que vai construindo toda a sua obra. Uma vez canta o dia-a-dia, outras, o amor. Duas

vertentes de uma mesma realidade, porque como sublinha, «toda a música é política. Se ela não se coloca nem contra nem a favor, ela já é, por inércia, a favor. O que lhe dá a dupla característica de alienada e alienante».

Não é este o seu caso. Gonzaguinha canta a violência urbana, a vida nas favelas, os conflitos sociais.

Mas canta com uma sensibilidade e um apuramento tanto musical como poético que faz dele um dos compositores mais procurados do Brasil. E um compositor que canta com maiúscula. ★

## Intérprete da sua vida

Luiz Gonzaga Júnior canta a vida, o dia-a-dia de todo um povo a partir da sua própria vivência.

A sua infância, passou-a num dos morros do Rio de Janeiro. O Morro de São Carlos, por detrás de uma penitenciária, e cedo aprendeu a cuidar de si.

A vida nos morros não é fácil. É um daqueles locais onde os rapazes não têm tempo de ser meninos, onde a luta pela sobrevivência se trava a qualquer minuto do dia.

Filho de Gonzagão, pouco viveu com o seu pai, que passava a vida a viajar de sanfona às costas a tornar cada vez mais

popular o sertão nordestino e que o conuiu à guarda de um casal.

«Não vivo numa ilha»

Os primeiros acordes de violão, não sabe quando os aprendeu. Sabe isso sim, que foi seu pai adoptivo quem lho ensinou, e teve um bom mestre. Chamava-se Henrique Xavier e era conhecido como o Baiano do Violão.

Hoje, Gonzaguinha compõe e canta todo o percurso da sua vida e diz: «é tão bom ver a vida da gente cantada. Eu me emociono quando o público canta junto comigo músicas como "Grito de Alerta". Eu sempre coloco minhas coisas para

fora, sempre dou "Bandeiras". Alguns dizem que sou repetitivo. Claro que sou, mas cantando minha vida estou cantando a vida de muita gente, pois não vivo numa ilha. Minha clareza está no facto de me abrir. Talvez por isso faça tanto sucesso».

Cantando a sua vida, Gonzaguinha canta a de toda a gente. «Falo de nós, de todos, da estrada e da gente que se conhece em viagem. Falo no poder chegar e no poder voltar. Em resumo, é uma crença, uma confiança na vida e na capacidade de começar tudo outra vez, sempre».

Uma capacidade que deu título a um seu álbum e que provém da tuberculose que o atacou e que lhe trouxe uma serenidade que porventura não teria antes. Houve que parar e tempo para pensar: Uma pausa que o leva hoje a afirmar que «todos somos vozes de um só coração. Eu seria o cantor da esperança. Uma daquelas pessoas que não temem a dor e que representam a chama. Digo isso porque vejo a maneira como as pessoas se dirigem a mim. Elas sabem que eu acredito em alguma coisa. E algumas vezes sei que sou o porta-voz dessas pessoas». ★

# Exploração do COSMOS

## Ao encontro do desconhecido



Desde sempre, o desconhecido atrai irresistivelmente o Homem, lançando-o no espaço misterioso e aprendendo a conhecê-lo. Foi assim há quinhentos anos, continua a assim ser hoje em dia. Numa procura constante de ultrapassar as suas fronteiras e de «dar novos mundos ao Mundo».

Quinhentos anos atrás, foram os portugueses os protagonistas. Foram os portugueses a utilizar as mais modernas tecnologias de então para ultrapassarem o universo conhecido e aventurarem-se no horizonte. Um passo e uma vontade que marcaram a história da Humanidade.

Quinhentos anos depois, na última metade do século XX, são os soviéticos e os norte-americanos os protagonistas dessa mesma vontade.

Uma nova era da Humanidade que se iniciou a 4 de Outubro de 1957 com o lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik, e que lançou definitivamente o Homem no limiar do século XXI.

Portugal, e o mundo inteiro, comemoram actualmente as cinco centenas de anos passados sobre os descobrimentos marítimos. Uma epopeia para a qual o contributo dos portugueses foi fundamental e que como tal nesta Festa do «Avante!» tem de ter direito a honras de primeiro plano.

Porque o PCP é um partido patriótico, mas ao mesmo tempo aquele que vê a evolução da Humanidade no seu todo, estes

dois acontecimentos tinham obrigatoriamente de aparecer interligados.

E isto, numa altura em que estará em discussão nas organizações, a proposta do novo programa do PCP. Um programa onde se avança com a necessidade de uma democracia avançada no limiar do século XXI.

De corrida para o Espaço não vos vamos falar nesta exposição. O Cosmos tem de ser entendido como um pólo de cooperação entre todos os homens. A sua exploração tem de visar a melhoria das condições de vida. Tem de ser pacífica, como pacíficos não foram os descobrimentos marítimos.

Se então era a procura das matérias-primas e das especiarias — a procura do lucro — que motivava o Homem, agora a ciência e o bem estar serão o mote para esta nova aventura. ★

## A realidade ultrapassou a ficção

Em 1957, a realidade conseguiu ultrapassar a ficção. A 4 de Outubro desse ano, o sinal emitido pelo primeiro satélite artificial da história do Homem foi manchete nos jornais de todo o mundo. «Bip-bip» foi o sinal, o anúncio de que começava uma nova era para a Humanidade.

Em Abril de 1961, no dia 12, a notícia voltava a causar a admiração geral. Pela primeira vez, um homem aventurava-se para além da Terra. Yuri Gagarin a bordo da nave Vostok-I foi quem pela primeira vez viu a Terra redonda e azul.

Oito anos depois, a primeira grande meta era atingida. Neil Armstrong, astronauta norte-americano, punha os pés na face lunar. A data, 21 de Julho de 1969. Disse então uma frase espontânea e que

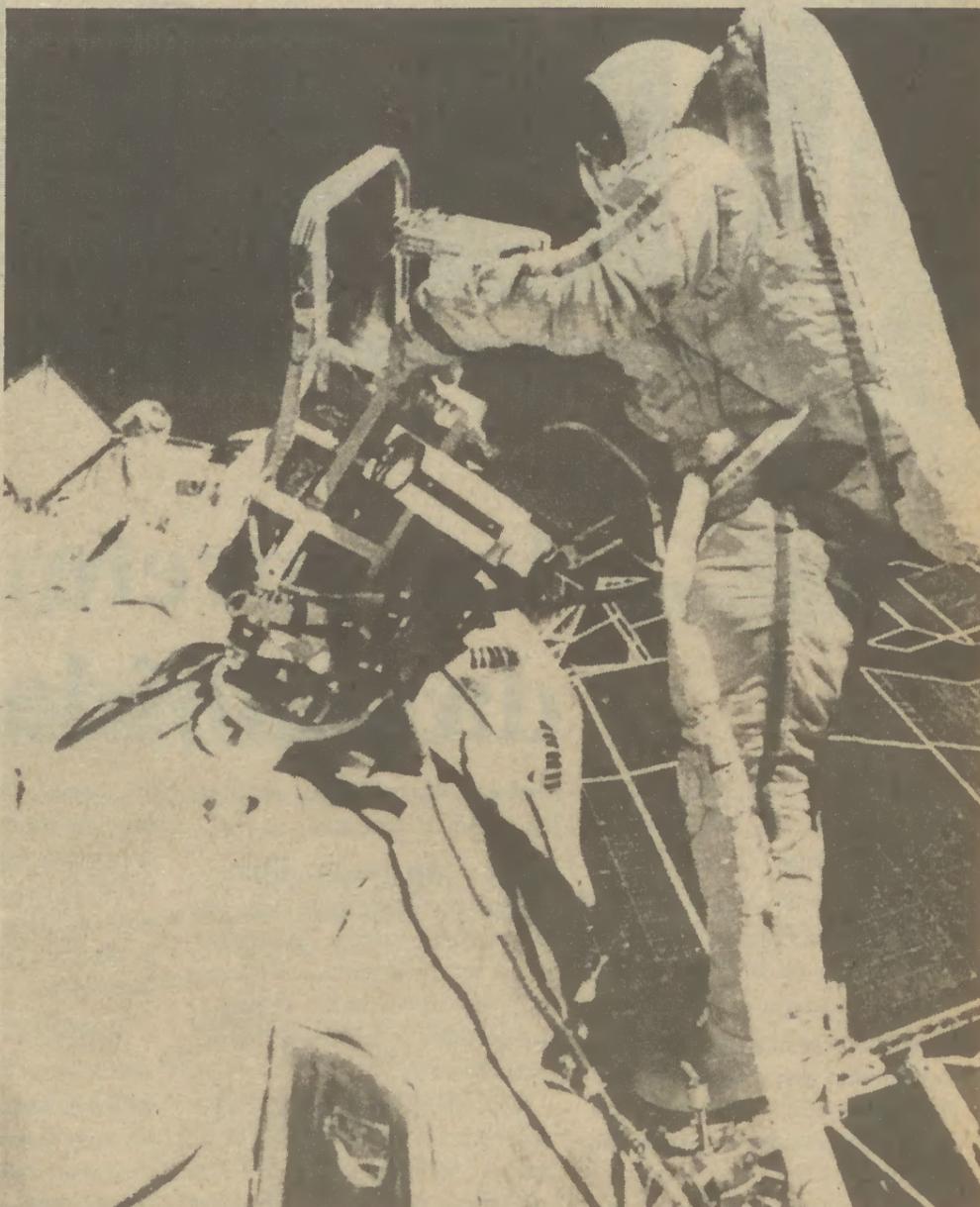
sintetiza toda esta procura do desconhecido.

«Um pequeno passo para mim, um grande salto para a Humanidade».

Estavam consumadas as primeiras etapas e hoje em dia, a ideia é de levar o homem mais além. Até ao planeta que mais espicaçou o imaginário do homem moderno: Marte.

Um grande percurso se andou nesta trintena de anos. Estações orbitais foram construídas e homens há que estão há mais de duzentos dias no Espaço.

O Homem, pela sua vontade e com a sua inteligência, conseguiu ultrapassar a ficção, numa nova epopeia em que as velas foram substituídas pelas baterias solares e de que ainda não se conhece o horizonte. ★



O primeiro passeio de uma mulher no espaço. 25 de Julho de 1984. O nome da cosmonauta: Svetlana Savitskaya

# Sputnik em Loures

A exploração do Cosmos vai estar presente na Festa. Em exposição no Pavilhão Central estará o Sputnik, o primeiro satélite artificial.

Mas não só.

Para que possamos constatar o progresso, estarão ainda em exposição outros engenhos espaciais. Lá teremos dois satélites de Comunicações, um outro de Comunicações TV e ainda um terceiro para estudos de efeitos físicos.

Na Festa, ainda a oportunidade rara de podermos ver de perto o escanfandro de um cosmonauta e os artigos que por ele são utilizados durante a sua permanência nas estações orbitais, como seja a comida de que se alimenta.

Lá estarão, também, miniaturas da Estação Espacial Inter-Cosmos e do Conjunto Espacial Soyuz-Mir-Kvant.

Nesta décima segunda edição da Festa do «Avante!», até há espaço para o espaço.



## No limiar

Há 19 anos atrás, fui um dos muitos milhões que passou a noite em branco para assistir em directo ao milagre. O homem, pela primeira vez, aventurou-se num outro planeta.

Era catraio, não tinha ainda completo os seis anos, mas as imagens dessa noite foram perdurando e estão bem vivas na minha memória. O Homem estava na Lua e não mo podiam desmentir. Tinha-o visto. Hoje ainda, corro à televisão sempre que a notícia é o Espaço e a sua descoberta.

É o entusiasmo de ter participado com

as horas que me foram tiradas ao sono, no tal grande salto de que falou Neil Armstrong. Um exemplo apenas, como há outros de quem tenha passado a noite preso a uma montra de loja de electrodomésticos.

Mas também sei de quem tenha nascido depois, já na década de 70, e para quem Apollo, Soyuz e Mir nada mais diga do que anda alguém lá pelo espaço, ou de que continua alguém lá pelo espaço. Pouco mais, que esta aventura já é um dado do dia a dia no limiar do século XXI.

■ J.M.

## Cosmonauta soviético ao «Avante!»

# «A Terra tem de continuar a voar»

**A** Terra é como se fosse uma grande nave, com muitos tripulantes que somos todos nós. Apelo, por isso, para que toda a gente defenda a Paz. Só assim podemos continuar a voar.

São palavras de Vladimir Djanibekov. General Cosmonauta. Duas vezes Herói da União Soviética. O homem que mais vezes viajou no espaço, numa entrevista exclusiva que concedeu ao «Avante!» na tarde de domingo. Em plena Festa.

Do espaço se falou. Da militarização. Da exploração pacífica. Da vida de um cosmonauta.

Vladimir Djanibekov comandou aquela que é considerada a mais ariscada missão da história da cosmônautica.

A 6 de Junho de 1985, juntamente com Victor Savinikh, a bordo da «Soyuz T-13» viaja em direcção à estação orbital Saliut-7 que deixara de funcionar e de emitir qualquer sinal para a Terra. Objectivo: «evitar que a estação caísse na cabeça das pessoas».

Não só o conseguiram como a repararam integralmente, apesar da espessa camada de gelo que encontraram a bordo.

Foi assim: «Na estação, o sistema de energia recusou. Sucederam-se uma série de avarias na parte automática, deixaram de funcionar os carregadores principais e as baterias suplentes também se descarregaram. Tudo isto, naquele que considerávamos o mais seguro sistema da estação».

(E aqui se abre um parêntesis para contar da conferência de imprensa realizada na segunda-feira, em que, a propósito da guerra das estrelas, Djanibekov lembrou que «a vida da humanidade dependerá do nível de segurança dos computadores. Só!»)

Depois, «a missão de acoplagem foi dificultada por não haver sinal algum da estação e, por isso, fomos obrigados a aprender a realizar uma acoplagem manual, a maior distância».

Tudo correu bem e a Saliut-7 está

de novo a funcionar, o que prova que «o homem é capaz de muito mais».

Mas durante a conversa, não só este voo foi abordado. Falou-se de muito mais. Por exemplo:

«Avante!» — Um cosmonauta sente medo quando sai para o espaço exterior? E quantas mais vezes sai, maior é esse medo?

Vladimir Djanibekov — Quanto mais vezes o piloto voa, melhor ele voa e mais ele voa. Eu não queria terminar o meu último voo. É como se estivesse a ver um filme interessante e fôssemos para uma reunião chata.

«Av!» — 113 dias no espaço é

muito tempo. Tal prova não acarreta problemas fisiológicos e psicológicos?

V.D. — Nos primeiros quatro voos, o homem não tem condições para se adaptar às condições de imponderabilidade, que afecta essencialmente o organismo. Mesmo a nível das células e da circulação sanguínea, pelo que é necessário uma boa forma física.

A nível psicológico, já não se é tão afectado nas estações orbitais modernas, uma vez que as condições são muito boas.

(E uma vez mais a conferência de imprensa. Onde foi dito que até fruta fresca os cosmonautas têm, graças

aos voos de abastecimento. E que possuem compartimentos próprios, podendo falar com a família duas vezes por semana, via TV. E ainda que



«Saliut 7»: cumprindo o programa previsto, os cosmonautas Vladimir Lljajov e Alexander Alexandrov montaram baterias solares suplementares no exterior da nave. Na foto (colhida via telessatélite), o cosmonauta Alexandrov fora da nave. A 6 de Junho de 1985 Vladimir Djanibekov partiu para a «Saliut 7» numa missão muito especial...



Vladimir Djanibekov no Alto da Ajuda

só trabalham oito horas por dia, têm filmes, ouvem música...)

«Av!» — Mudemos de assunto e passemos à guerra das estrelas...

V.D. — A guerra das estrelas é um beco sem saída. O que é necessário é que o cosmos seja explorado pacificamente, porque o espaço não pertence a ninguém e é necessário a todos.

É isso que desde o princípio faz a União Soviética. Não só por ver no espaço uma fonte de conhecimento, como por realizar missões internacionais, estando desde já a ser preparada uma missão conjunta União Soviética-Síria, que partirá para o espaço no próximo Verão ■

# Para quê os nervos? Vamos a Loures!

Para quê gastar o resto dos nervos que nos sobram ao fim de uma semana de trabalho em intermináveis filas, em ouvir o rádio que ali mesmo ao lado não pára de nos gritar a sua presença? Para quê gastar o resto da paciência com as discussões, com os frangos assados e as moscas, mais o guarda-sol do vizinho que por pouco não furou a toalha — a nossa e voltar com a cabeça feita em água (que ainda por cima estava fria) para novas filas de um trânsito interminável? Este fim-de-semana não vão à praia. Vão a Loures. A antiga Quinta do Infantado. O local onde se constrói a Festa do «Avante!». A promessa não é de sopas e descansos. É de trabalho, muito, que há muito para fazer. Mas também de convívio e de sol. Rever amizades e construir outras que ficam tão sólidas quanto a estruturas que começam a despontar no terreno. E a aliciente redobrada de ajudar a construir o maior acontecimento político-cultural do país este ano num terreno novo.



## Dois mil a jogar à bola

A Festa do «Avante!» volta este ano a ter um torneio nacional de Futebol de Salão. Trata-se de uma modalidade que de ano para ano ganha um maior número de adeptos e que desde sempre a Festa tem incluído no seu programa.

E a Festa, no caso desta modalidade desportiva, começa muito antes do seu início. Em todo o país, se vão realizando os torneios que decidem quais as equipas

que estarão presentes na fase final a disputar na antiga quinta do Infantado, em Loures, no dia 10 de Setembro.

Assim, e apenas até ao momento, são já cerca de 2000 os atletas que participam nesta festa do desporto, sabendo-se para já apenas o nome de duas das equipas que estarão na fase final. São de Lisboa e foram as vencedoras do campeonato distrital.

Na categoria de juvenis, a equipa presente será a do Damaia Ginásio Clube e em séniores, os representantes de Lisboa serão os «Onze Unidos».

Em mais duas finais distritais se avizinhavam. Atenção a Beja e Setúbal. A final do distrito de Setúbal joga-se já no próximo dia 5 e a de Beja, no dia seis.

Até ao momento, são já mais de duzentas as equipas que participam no tor-

neio nacional de futebol de salão da Festa do «Avante!» 88, mas as inscrições ainda estão abertas em Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Porto, Coimbra, Viseu, Castelo Branco, Guarda, Évora, Portalegre e Faro.

E não esquecer que o torneio se disputa em quatro categorias. Séniores, juvenis, juvenis e femininos. ★

## II FESTIVAL DA CANÇÃO JUVENIL

### Este fim-de-semana em Setúbal e Castelo Branco

Os vencedores do primeiro Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!», realizado em 1986, foram os «Cantares», que vieram de Setúbal

**Atenção** que a música feita por jovens vai mexer este fim-de-semana um pouco por todo o País. Por iniciativa da Festa do «Avante!», é tempo para apurar mais participantes na final nacional Festival da Canção Juvenil.

Apuramento imediato, terão os vencedores das finais distritais de Setúbal e de Castelo Branco, que se juntarão assim aos vencedores das finais da Zona Norte e dos distritos de Leiria e da Guarda.

O espectáculo do distrito de Setúbal realiza-se no sábado dia 30, pelas 21 e 30 na praia de Sesimbra e terá, além dos concorrentes, a voz de Jorge Lomba. Espectáculo também a prometer e no mes-



mo dia, será a final do distrito de Castelo Branco, que se realiza na cidade da Covilhã.

#### Lisboa

Também uma referência especial para a zona da Grande Lisboa. As finais concelhias realizam-se todas este fim-de-semana, com particular destaque para a de Loures, Vila Franca e concelhos do Norte. No palco instalado sobre o Tejo no cais de Vila Franca actuarão, este sábado além dos concorrentes, os Peacemaker.

Aliás os Peacemaker serão também atracção no espectáculo da final dos concelhos de Sintra, Oeiras, Amadora e

Cascais.

O espectáculo realiza-se amanhã, sexta, às 21 horas no Parque Delfim Guimarães da Amadora.

Finalmente, referência à final do concelho de Lisboa. Realiza-se esta noite, a partir das 21 e 30 na sala do Rock Rendez Vous. É nesta mesma casa que fez nome nas noites lisboetas que se realizará a final distrital a 18 de Agosto. Este fim-de-semana saberemos já quais serão os participantes.

#### Já apurados

E por falar em participantes, já estão apurados alguns dos jovens que actuarão

na final nacional do Festival da Canção Juvenil, uma final que terá como palco a cidade da Juventude na Festa do «Avante!»

São eles, na modalidade de solistas Victor Santos pela Zona Norte e Jorge Rivotti por Leiria.

Em música popular portuguesa, Marco José e Susana Maria por Leiria e o grupo «Fora de Cena» pela Guarda.

Em Música Rock, já apurados estão a banda «Orpheu Rebelde» pela zona Norte, a «Banda do Castelo» por Leiria e o grupo «Raio X» pela Guarda. ★